



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACTORES CRÍTICOS E DE FORÇA NA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

Relatório de Estágio apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Serviço Social - vertente Acompanhamento Social e Inserção

Por

Ana Margarida Bento Guerreiro

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro 2011



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACTORES CRÍTICOS E DE FORÇA NA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

Relatório de Estágio apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Serviço Social - vertente Acompanhamento Social e Inserção

Por

Ana Margarida Bento Guerreiro

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Prof. Dr.^a Maria Inês Martinho Antunes Amaro

Setembro 2011

RESUMO

O presente trabalho surge na sequência do estágio curricular de mestrado em Serviço Social – vertente Acompanhamento Social e Inserção, que decorreu na Casa Pia de Lisboa, designadamente na equipa de inserção e acompanhamento na transição.

Após uma primeira fase de integração e de conhecimento da instituição e população, seguiu-se uma fase de interacção com as crianças, jovens e famílias, de conhecimento das suas características, problemas, potencialidades, etc., e por fim uma fase mais activa, de participação e discussão sobre a intervenção. Deste modo, foram acompanhadas oito crianças e jovens em processo de reunificação familiar.

Durante o percurso de estágio, procurou-se reflectir acerca dos factores críticos e de força da intervenção em contexto de reunificação familiar, partindo de uma perspectiva ecossistémica. Esta tem em conta aspectos que são analisados a partir de uma dinâmica interactiva dos factores implicados na vida destas famílias.

Os resultados apontam para a importância de factores intrafamiliares e extrafamiliares na intervenção, bem como para a importância que a equipa assume nos processos de intervenção e na forma como vê a família. Já a capacidade da própria família surge como um factor inevitável para o desenrolar da intervenção. Deste modo, o papel do profissional passa por dar suporte às famílias para que estas fortaleçam os seus patrimónios e desenvolvam recursos de mudança intervindo no sentido da capacitação e consciencialização, do que são as suas potencialidades e fornecer ferramentas auxiliares para a construção de trajectórias integradas.

Palavras-chave:

Intervenção social com jovens – Perspectiva ecossistémica- Reunificação familiar

ABSTRACT

The current work arises from a Masters' in Social Service curricular internship, taken in Casa Pia de Lisboa, specifically in the monitoring team to the insertion.

The first phase of the internship was all about integration and knowledge of the institution and population, a second phase focused on the interaction with the young people and respective families, and the awareness of its characteristics, problems and potentialities, and lastly an active phase of participation and intervention discussion. Along these lines, there were eight children and teenagers' reunification processes accompanied.

Through the internship's course there was an attempt to meditate on the intervention's critical and force factors in a family reunification context, starting from an ecossistemic perspective which considers aspects that are analyzed from the dynamics of the factors implied in those families lives.

Results point to the importance of intra and extra-familiar factors in the intervention, as well as the importance of the role the team plays in the intervention processes and the way it sees the family. On the other hand, the family's capability appears as an unavoidable factor of intervention. This way, the role of the professional is to support the families so that they strengthen their patrimony and develop the necessary resources to change, intervening to raise the families' capacity and consciousness of what their potentialities are, and to provide the auxiliary tools to the construction of integrated trajectories.

Keywords:

Social intervention with young people– Ecossistemic perspective – Family reunification

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós.

Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”

Antoine de Saint-Exupéry

AGRADECIMENTOS

Este relatório de estágio não representa apenas o resultado de longas horas de trabalho e de reflexão durante as várias etapas que o constituem. É igualmente o culminar de um objectivo académico, que apesar de ter sido um percurso solitário reuniu o contributo de várias pessoas. Deste modo, é um prazer, enunciar cada uma delas e proceder ao reconhecido agradecimento:

À Professora Inês Amaro, pelo apoio prestado, quer na orientação deste trabalho, quer no incentivo manifestado nos encontros que mantivemos, pela partilha do saber e pelas valiosas contribuições para o trabalho.

À professora Ana Oliveira, pelo tempo disponibilizado para sugestões e comentários, tranquilizando-me sempre com a sua boa disposição.

Aos TEIAnos pela magnífica capacidade de integração, confiança e desafios profissionais que me proporcionaram, em especial à Ana Cristina Conceição, assistente social e coordenadora da equipa, pela aprendizagem, pelos conselhos e pelo reconhecimento do esforço e dedicação que imprimi nesta experiência, e à educadora Manuela Nogueira, pelo acompanhamento, pela partilha e pela magnífica viagem proporcionada que me fez ser e crescer.

Ainda neste enquadramento, agradeço a todas os jovens e crianças que me fizeram sentir pequena, pelos sentimentos partilhados, pelo sentido de justiça, e pela confiança que depositaram em mim. A todos os pais, que apesar das circunstâncias da vida, lutam todos os dias.

Aos colegas e amigos desta caminhada, especialmente à Rita Pires que me deu alento nos momentos de desânimo e cansaço e que me criticou com o intento da construção.

Aos familiares e amigos, pelo companheirismo, pela confiança, o entusiasmo e a força que por vezes esmorece.

Devo um especial agradecimento aos meus pais, pela educação transmitida, pelas críticas mais severas que me fizeram ser quem sou e lutar para atingir objectivos. Expresso-lhes,

ainda, a minha gratidão por todos os sacrifícios efectuados para que eu pudesse seguir o caminho escolhido.

E por fim, ao meu irmão, a quem dedico este trabalho por ter sido sempre o meu grande pilar, por me conceder a força suficiente para enfrentar todos os obstáculos.

O meu Obrigada!

<u>ÍNDICE DE TABELAS.....</u>	8
<u>ÍNDICE DE GRÁFICOS.....</u>	9
<u>ÍNDICE DE FIGURAS.....</u>	10
<u>LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS</u>	11
<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>1. UM OLHAR SOBRE A CRIANÇA, O JOVEM E FAMÍLIAS EM RISCO</u>	16
1.1 A CRIANÇA E O JOVEM NA PROTECÇÃO DA LEI: A MUDANÇA DE ORIENTAÇÃO NAS POLÍTICAS DE APOIO	16
1.2 A PROBLEMÁTICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E A TENDÊNCIA DESINSTITUCIONALIZADORA	22
1.3 A REUNIFICAÇÃO FAMILIAR: NOVAS FORMAS DE PENSAR O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS E JOVENS	27
1.3.1. A FAMÍLIA COMO SISTEMA – PRINCIPAIS PERSPECTIVAS E MODELOS	29
1.3.1.1. O PONTO DE VISTA DA ABORDAGEM ECOSISTÉMICA	34
1.3.2 A INFLUÊNCIA DOS CONTEXTOS SOCIAIS NA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS E JOVENS....	38
1.3.2.1. FACTORES DE RISCO E DE PROTECÇÃO DAS FAMÍLIAS	40
1.4. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS	42
<u>2 – DA TEORIA À PRÁTICA: O CASO DA EQUIPA DE INSERÇÃO E ACOMPANHAMENTO NA TRANSIÇÃO</u>	44
2.1. O LOCAL DE ESTÁGIO	44
2.2. FASES DE INTERVENÇÃO DA EQUIPA	49
2.3. O PERCURSO DE ESTÁGIO	52
2.4. OS ACTORES ENVOLVIDOS	54
2.5. AS CRIANÇAS E OS JOVENS ACOMPANHADOS	57

2.6. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	62
<u>3 - RETRATOS DE FAMÍLIAS: DISCURSOS (SOBRE) VIVER.....</u>	<u>67</u>
3.1. TRAJETÓRIAS DE VIDA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE	67
3.2. A RELAÇÃO DA CRIANÇA COM A INSTITUIÇÃO E A FAMÍLIA	73
3.3. A INTERVENÇÃO COMO PROCESSO	79
3.4. TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO COM AS FAMÍLIAS	88
<u>4 - A INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR: FACTORES DE FORÇA E FACTORES CRÍTICOS.....</u>	<u>93</u>
4.1. FACTORES CRÍTICOS DA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR	93
4.2. FACTORES DE FORÇA NA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR	100
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>108</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u>	<u>116</u>
<u>ANEXOS.....</u>	<u>121</u>
ANEXO A – REGULAMENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA ORGÂNICA DA CASA PIA DE LISBOA.....	122
ANEXO B – RESPOSTAS SOCIAIS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SANTA CATARINA	124
ANEXO C - GRELHA DE SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA DURANTE O PERCURSO DE ESTÁGIO (CD-ROM)	127
ANEXO D - GRELHAS DE CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO (BASEADAS NOS PROCESSOS PSICOSSOCIAIS DAS CRIANÇAS E JOVENS)(CD-ROM)	127
ANEXO E – MAPA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIAS (CD-ROM).....	127
ANEXO F – GRELHAS DE ANÁLISE DOS DISCURSOS (CD-ROM)	127

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Classificação dos centros de educação e desenvolvimento quanto à sua natureza (Portaria nº 1637-A/2007).....	46
Tabela 2: Funções da T.E.I.A.....	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Contextos de intervenção.....	57
Gráfico 2: Distribuição das crianças e jovens por sexo.....	58
Gráfico 3: Idades das crianças e jovens acompanhados pela equipa	59
Gráfico 4: Duração do Acolhimento Institucional	59
Gráfico 5: Situação Escolar e Ocupação Actual	60

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões essenciais para a satisfação das necessidades das crianças e jovens.....	39
Figura 2: Sistema de Acção da equipa de inserção e acompanhamento na transição	55
Figura 3: Dimensões de análise-Factores críticos.....	94
Figura 4: Dimensões de análise-Factores de força	101
Figura 5: Factores críticos da intervenção em contexto de reunificação familiar	110
Figura 6: Factores de força da intervenção em contexto de reunificação familiar	112

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

CED- Centro de Educação e Desenvolvimento

CPCJ- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CPL- Casa Pia de Lisboa

DGAS- Direcção Geral de Acção Social

I.P- Instituto Público

IPSS- Instituição particular de solidariedade social

L.A.R- Lugares para Acolher e Reintegrar

LPCJP- Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

MTSS- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

ONG- Organização não Governamental

P.I.- Plano de Intervenção

R.A.I.A- Residências de Apoio à Integração de Adolescentes

SCML- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SSE- Serviços Sócio – Educativos

T.E.I.A- Equipa de Inserção e Acompanhamento na Transição

TFM- Tribunal de Família e Menores

UTE- Unidade terapêutica e educativa

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio é um trabalho que consolida o desfecho de um percurso de aprendizagem inerente ao percurso de contacto com a realidade. Trata-se de um instrumento de compilação e articulação de todas as etapas metodológicas percorridas no decorrer deste processo, onde se estabelece uma ligação coesa entre os fundamentos teórico-metodológicos apreendidos ao longo de toda a formação académica e a realidade específica de intervenção.

A produção do relatório estruturado no presente documento surge no âmbito da realização do estágio na equipa de inserção e acompanhamento na transição de crianças e jovens, em situação de saída das residências de acolhimento, para meio natural de vida (inserção familiar e/ou autonomia de vida), inserido no mestrado de Serviço Social - vertente Acompanhamento Social e Inserção da Universidade Católica Portuguesa. Este estágio teve como objectivo geral fornecer uma familiarização com as práticas e as problemáticas da intervenção do assistente social no âmbito do acompanhamento e inserção de crianças, jovens e suas famílias. Neste caso específico, trata-se de crianças e jovens cuja medida de acolhimento institucional é substituída por uma medida em meio natural de vida.

O estágio contou com o acompanhamento de duas docentes da Faculdade de Ciências Humanas, a professora Inês Amaro (orientadora) e a professora Ana Oliveira que trabalharam de forma articulada com a assistente social e coordenadora da equipa, Ana Cristina Conceição.

A equipa, na qual foi realizado o estágio, actua segundo uma orientação sistémica, focalizada na criança ou jovem em fase de transição do acolhimento para meio natural de vida e no seu ambiente sócio-familiar. A intervenção tem como objectivo melhorar a qualidade do acompanhamento prestado às crianças e jovens em situação de saída de lar, que retornam ao ambiente familiar, e /ou que estão em processo de autonomia na comunidade. Assim, a equipa oferece um conjunto de serviços orientados para a promoção e consolidação de competências familiares, sociais e pessoais necessárias para qualificar os processos de inserção social e familiar e/ou de autonomia pessoal e social.

De acordo com o regulamento de mestrado em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, o estágio teve a duração de 375 horas e dirigiu-se ao segundo perfil de estagiário previsto, ou seja, mestrandos cuja formação inicial não é em serviço social.

Tratou-se de um efectivo processo de articulação entre a equipa e a estagiária, definindo-se que o pedido de estágio se centraria na familiarização com a realidade em causa, bem como na participação da estagiária nas intervenções sociais/domiciliárias/comunitárias e no acompanhamento a crianças /jovens e suas famílias. Este percurso de estágio permitiu identificar os recursos sociais e promover a cooperação entre os serviços através de reuniões com a restante equipa, consolidando redes de suporte social, com vista à criação de condições de bem-estar emocional e físico das famílias.

Após este percurso de estágio em interacção com crianças e jovens com percursos de risco, que estiveram em situação de abandono, negligência, maus-tratos e institucionalizações, o interesse pelos factores de força e factores críticos de uma intervenção em contexto de reunificação familiar, constitui um desenvolvimento natural de um percurso de proximidade com esta realidade, e surge como uma preocupação para uma intervenção que se deseja cada vez mais eficaz e eficiente.

Neste contexto, são tidos como objectivos específicos desta reflexão: compreender a importância da intervenção em contexto de reunificação familiar; identificar e compreender as estratégias utilizadas para valorizar os factores de protecção destas famílias; recolher experiência e conhecimento, relativas a factores críticos e de força desta intervenção de modo a criar formas de actuação para assegurar um maior sucesso na intervenção, onde a criança/jovem assume um papel activo na transformação das condições da sua existência, quando correctamente guiada, tornando-se agente da sua própria felicidade e do seu meio envolvente (cf. Martins, 2004:8).

No sentido de proceder à recolha de informação que permitiu analisar os procedimentos da resposta em causa, caracterizar a população envolvida e conhecer a história de vida de cada família, criança ou jovem, procedeu-se num primeiro momento à análise dos documentos existentes na Casa Pia de Lisboa, bem como documentos relativos à equipa de inserção e acompanhamento na transição. Este trabalho de pesquisa visou captar os princípios da

instituição e orientações para a intervenção da equipa. Num segundo momento procedeu-se à consulta dos processos psicossociais dos jovens acompanhados entre Outubro de 2010 e Fevereiro de 2011 (período de estágio) e ao registo das visitas domiciliárias e comunitárias a algumas famílias. Em simultâneo foram elaboradas grelhas de sistematização da experiência para que fossem reflectidos os pontos fortes e os pontos fracos da intervenção, bem como grelhas de caracterização das crianças, jovens e famílias acompanhadas pela equipa. O que se pretendeu privilegiar foi a riqueza da informação permitida pela consulta dos processos e a partilha de sentimentos, dificuldades e potencialidades de cada caso.

Ao longo do relatório pretende-se estudar os factores de força e factores críticos da intervenção em contexto de reunificação familiar, adoptando uma perspectiva ecossistémica. Esta tem em conta aspectos que deverão ser analisados a partir de uma dinâmica interactiva dos factores implicados na vida destas famílias, partindo do princípio que os problemas que se dizem existentes nestas não são apenas da sua responsabilidade e procurando perceber de que forma são estas famílias influenciadas pelo seu contexto social.

Deste modo, o presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos que traduzem um percurso de reflexão inerente ao desenvolvimento de um percurso de estágio e ao contacto com crianças, jovens e suas famílias.

O primeiro capítulo – **Um olhar sobre a criança, jovem e famílias em risco** – irá centrar-se em primeiro lugar no enquadramento teórico - legal da criança e jovem em perigo sendo este comparado ao conceito de risco, em que normalmente estas famílias se encontram após reunificação familiar, bem como na problemática da institucionalização e por conseguinte na tendência desinstitucionalizadora, dando prevalência à aplicação de medidas em meio natural de vida. De seguida pretende-se reflectir acerca da influência dos contextos de vida das famílias na satisfação das necessidades das crianças e jovens, dando ênfase a uma perspectiva ecossistémica.

No segundo capítulo – **Da teoria à prática: O caso da equipa de inserção e acompanhamento na transição** – pretende-se num primeiro momento elaborar uma descrição do local de estágio, de modo a compreender qual a missão e objectivos que regem a intervenção da equipa de inserção e acompanhamento na transição que acompanha

crianças e jovens em meio natural de vida, iniciando um processo de transição. Num segundo momento, importa conhecer as fases de intervenção da equipa, os actores sociais envolvidos que integram o sistema de acção desta resposta, bem como a caracterização da população envolvida, sem descurar a importância que o Serviço Social tem nesta área.

No terceiro capítulo – **Retratos de famílias: discursos (sobre) viver** – pretende-se sistematizar e analisar o material empírico, de modo a compreender as trajectórias de vida destas famílias, a sua capacidade de sobrevivência e a especificidade dos processos de intervenção junto destas. Os discursos das crianças, jovens e famílias foram analisados, tentando captar e explorar aspectos que possam permitir a compreensão dos factores críticos e de força da intervenção em contexto de reunificação familiar.

No quarto capítulo – **A intervenção em contexto de reunificação familiar: Factores de força e factores críticos** - e com base na reflexão acerca do assunto e na experiência recolhida através do estágio curricular, pretende-se analisar factores críticos e de força da intervenção na perspectiva das crianças, jovens, suas famílias e profissionais da equipa, com o objectivo de identificar os pontos fortes e os pontos fracos desta, contribuindo para a reflexão em torno desta área.

Termina-se com uma síntese dos factores críticos e de força deste tipo de intervenção e com a enunciação de propostas breves para a reflexão sobre a intervenção com crianças, jovens e suas famílias.

1. UM OLHAR SOBRE A CRIANÇA, O JOVEM E FAMÍLIAS EM RISCO

Este primeiro capítulo irá centrar-se na problemática geral sobre crianças jovens e famílias em risco. Pretende-se, em primeiro lugar, focar o enquadramento teórico - legal da criança e jovem em perigo comparando-o com o conceito de risco, em que normalmente estas famílias se encontram após reunificação familiar. Em segundo lugar, será dada importância à problemática da institucionalização e por conseguinte, da tendência desinstitucionalizadora, dando prevalência à aplicação de medidas em meio natural de vida. Por fim, pretende-se reflectir acerca da influência dos contextos de vida das famílias na satisfação das necessidades das crianças e jovens, dando ênfase a uma perspectiva ecossistémica.

1.1 A CRIANÇA E O JOVEM NA PROTECÇÃO DA LEI: A MUDANÇA DE ORIENTAÇÃO NAS POLÍTICAS DE APOIO

A protecção das crianças e jovens com dificuldades nos seus processos de desenvolvimento e de crescimento tem sido objecto de particular atenção ao longo do último século, tendo a perspectiva da criança vindo a sofrer alterações, para que esta seja reconhecida pela sua individualidade e direitos. Para tal foram necessárias profundas modificações culturais, sociais e de sensibilidades para atingir a mudança.

Em Portugal, foi a partir do século XX que se começaram a operar um conjunto de alterações significativas ao nível da promoção e protecção da criança e do jovem.

Em 1927 é adoptada a primeira Declaração dos Direitos da Criança, que defendia que a criança por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tinha necessidade de protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, considerando que a necessidade de tal protecção já tinha sido proclamada na Declaração de Genebra de 1924, que consagrou os deveres da humanidade para com as crianças.

Já em 1959, surge a Declaração dos Direitos da Criança enunciada pelas Nações Unidas, que acrescentou aspectos inovadores, como o direito ao nome da criança e à nacionalidade além do direito de brincar e de se desenvolver integralmente, alargando-se também ao

campo do atendimento aos problemas das crianças, que na convenção de Genebra se focava quase exclusivamente nos deveres da protecção (cf. Ramião, 2010: 12).

Nos anos 80, Portugal foi considerado como o único país a encarar uma reforma global da lei relativa a menores, ou seja, da Organização Tutelar de Menores, aprovada pelo Decreto-lei nº 44288 de 20 de Abril de 1962, modificada em 1967 e por fim aprovada na actual organização tutelar de menores pelo Decreto-lei nº314/78 (cf. Ramião, 2010:12). Nesta, ainda que as medidas aplicáveis a crianças em perigo pudessem ser, pelo menos parcialmente distintas das que se aplicavam aos menores agentes de crime, já na prática reduziam as diferenças e aproximavam as respostas, tornando possível que as “crianças vítimas” e “crianças agentes de crimes” fossem tratadas da mesma forma, juntando-as nas mesmas instituições. Deste modo, o modelo de protecção acaba por entrar em crise, sendo abandonado por países que tal como Portugal o adoptaram. Consequentemente, assiste-se a um debate entre o chamado “modelo de justiça” que privilegia a defesa da sociedade e o “modelo de protecção” que privilegia a intervenção do Estado na defesa do interesse do menor, reconhecendo-se a necessidade de separar o tratamento de jovens agentes de crime e os jovens vítimas e carenciados de protecção.

Neste contexto, a reflexão em torno da justiça de menores desloca-se da mera protecção da infância para a promoção e protecção dos direitos das crianças e jovens.

Esta concepção resulta, nomeadamente, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, assinada em 1989 que “adopta uma abordagem integrada dos direitos da criança, ao reconhecer que o seu desenvolvimento pleno implica a realização de direitos sociais, culturais, económicos e civis, ao estabelecer um equilíbrio entre os direitos das crianças e dos seus responsáveis legais, concedendo àquelas o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito, de acordo com uma perspectiva global de responsabilidade e solidariedade social” (LPCJP¹ cit. *in* Ramião, 2010:13).

Assim, em 1999 surge a Lei nº147/99 de 1 de Setembro que veio regulamentar uma nova abordagem à protecção e promoção da situação da criança e jovem em perigo. De acordo com esta, considera-se uma criança em situação de perigo, quando os pais, o representante

¹ Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação, desenvolvimento, ou quando esse perigo resulta da acção ou omissão de terceiros ou da própria criança/jovem, a que aqueles que não se oponham de modo adequado a removê-lo (cf. Lei nº 147/99, 1 de Setembro:27).

Aqui, não são apresentadas características concretas dos menores e das situações de perigo (como em diplomas anteriores), mas sim o tipo de situações consideradas como estando revestidas de perigo. Neste sentido, uma criança ou jovem está em perigo quando confluem várias situações de risco podendo assumir diferentes manifestações: abandono ou entrega a si próprio; maus-tratos físicos, psíquicos ou abusos sexuais; negligência, por falta de cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal; abuso de autoridade, colocando a criança ou jovem numa situação de actividades, trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade; comportamentos desviantes e/ou aditivos, quando sujeita a comportamentos que afectem a sua segurança ou equilíbrio emocional, ou quando se encontram em actividades de consumos que afectem a sua saúde, segurança, formação, educação e desenvolvimento (cf. Lei nº 147/99, 1 de Setembro:27).

Perante este panorama, designam-se crianças/jovens em perigo, aqueles que, pelas suas características biológicas, pelas características da sua família e do seu meio envolvente, estão sujeitos a elevadas probabilidades de vir a sofrer privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva (cf. DGAS, 1996:2).

Já o conceito de risco é definido como a eminência de um perigo efectivo e considera a heterogeneidade das necessidades físicas e psicológicas nas diferentes idades da criança (estádios de desenvolvimento) e, a capacidade dos vários contextos de desenvolvimento (família, escola, comunidade) em satisfazer essas mesmas necessidades. Já o perigo é definido como uma ameaça para a vida de alguém (cf. Oliveira, 2010:34).

Nas situações de risco para a criança ou jovem, a legitimidade da intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista evitar o eclodir do perigo, através de políticas, estratégias e acções integradas dirigidas à população em geral ou específica, para crianças e jovens em situações familiares, habitacionais, ambientais,

escolares, sanitárias, sociais, culturais e económicas que, pela sua precariedade, criem condições de especial vulnerabilidade.

Ao contrário de diplomas anteriores, a Lei de protecção de crianças e jovens em perigo apresenta, de forma mais genérica, as situações que legitimam a intervenção das entidades com competência em matéria de infância e juventude.

Neste contexto, o actual sistema de protecção de crianças e jovens focaliza a sua acção nas situações de perigo, dado que nem todas as formas de risco legitimam a intervenção do Estado e da sociedade, na família da criança e/ou jovem. A acção do Estado limita-se assim, às situações que envolvam perigo para a segurança, saúde, formação, educação e/ou desenvolvimento, conforme especificado no art.3º da Lei nº147/99 de 1 de Setembro.

A intervenção junto das crianças e jovens que se encontram nestas situações funda-se desde logo, no artigo 69º da Constituição, que confere à sociedade e ao Estado o dever de os proteger contra todas as formas de abandono e de discriminação com vista ao seu desenvolvimento integral. Sendo esta uma tarefa dos pais, da família e da sociedade, que o Estado deve apoiar e enquadrar, a cooperação de todas as entidades e o seu envolvimento nas situações susceptíveis de pôr em perigo a segurança, a saúde, a formação moral e a educação das crianças e jovens.

Assim, a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo competem, em primeira linha, às entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude e às comissões de protecção. Em última instância, compete aos tribunais a promoção e protecção dos jovens, quando a intervenção das comissões de protecção não possa ter lugar por falta de consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou jovem, ou por não dispor dos meios para aplicar ou executar a medida adequada.

Consequentemente, e em obediência à Convenção sobre os Direitos da Criança estabelecem-se como princípios orientadores da intervenção: O interesse superior da criança e do jovem²; a privacidade³; a intervenção precoce⁴; a intervenção mínima⁵; a

² A intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem.

proporcionalidade e actualidade⁶; a responsabilidade parental⁷; a prevalência da família⁸; a obrigatoriedade da informação⁹; a audição obrigatória e participação¹⁰; e por último a subsidiariedade¹¹ (cf. Ramião, 2011:14).

Partindo do princípio que uma criança se encontra em perigo, deverão ser tomadas as medidas adequadas para remover a situação em que esta se encontra. Para tal, existem medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e jovens que visam afastar o perigo em que estas se encontram, proporcionando-lhes condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Estas medidas agrupam-se em três categorias: medidas em meio natural de vida, medidas de colocação, que implicam o afastamento da criança da sua família de origem, e uma medida de confiança da criança ou jovem a instituição com vista à sua futura adopção, devendo, sempre que possível, aplicar-se medidas que preservem a manutenção da criança no seio da sua família e contexto actuais.

Em Janeiro de 2008, é publicado o Decreto-Lei 12/2008 que regulamenta a aplicação de medidas em meio natural de vida, tendo como objectivo, a manutenção das crianças e jovens no seu meio natural, proporcionando condições adequadas ao seu desenvolvimento integral, através do apoio psicopedagógico, social e, quando necessário, de apoio

³ A promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.

⁴ A intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

⁵ A intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança ou jovem em perigo.

⁶ A intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou jovem se encontra no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade.

⁷ A intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança ou jovem.

⁸ Na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na família ou que promovam a adopção.

⁹ A criança ou jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa.

¹⁰ A criança ou jovem, em separado ou na companhia dos pais ou da pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção.

¹¹ A intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e em última instância, pelo tribunal.

económico. Estas medidas podem ser: Apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida e acolhimento familiar (cf. Lei 147/99 de 1 de Setembro; Decreto-Lei nº12/2008).

Assim, são privilegiadas as medidas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida) e só depois as medidas de colocação (acolhimento familiar, acolhimento institucional), ou adopção.

O desafio que se coloca às CPCJ's aquando de uma sinalização, será o de conseguir promover, com base no conhecimento da realidade, a integração das crianças ou jovens no seio das suas famílias, sempre que, apesar das dificuldades de relacionamento, se vislumbre uma relação afectiva com significado positivo para a criança (cf. Casa Pia de Lisboa, 2006:72). Portanto, a intervenção deverá ser orientada, sempre que possível, no sentido de os pais assumirem os seus deveres para com os filhos, e dada a prevalência a medidas que integrem o menor na sua família ou promovam a adopção.

Na verdade, a reavaliação do papel da família de origem no processo de protecção das crianças corresponde a uma mudança significativa na forma de pensar as questões relativas ao bem-estar das crianças, jovens e famílias. A protecção destas é assim entendida como uma questão familiar: a compreensão, e desejavelmente, a solução dos problemas envolvem a sua família e todo um contexto onde estas são integradas (cf. Martins, 2004:189).

Por conseguinte, no caso de uma criança ou jovem ter uma família com dificuldades ao nível das competências parentais, o desvio do seu papel como pai/mãe devido às problemáticas por vezes associadas, ou que exerçam a prática de maus-tratos sobre estas, deverá ser apoiada, encontrando-se as respostas adequadas ainda que provisoriamente, através do acolhimento institucional e em simultâneo, através de uma intervenção com a família.

1.2 A PROBLEMÁTICA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO E A TENDÊNCIA DESINSTITUCIONALIZADORA

O número de crianças e jovens institucionalizados tem vindo progressivamente a ocupar maior destaque na sociedade e uma maior preocupação sobre as formas adequadas de intervenção dos profissionais desta área.

De acordo com o Plano de Intervenção Imediata elaborado pela Segurança Social (2009), foram identificados 12.579 crianças e jovens em situação de acolhimento (menos 1.331 do que em 2008)¹². Constatou-se ainda que, o número de entradas no sistema de acolhimento (2.187) em 2009 foi inferior ao número de crianças e jovens que saíram deste sistema (3.016), o que indica que o investimento político, técnico e financeiro que tem vindo a ser feito com o objectivo de diminuir este número de crianças institucionalizadas, está a atingir objectivos quer do ponto de vista do esforço em garantir a concretização de projectos de vida em contexto familiar, quer no que diz respeito à intervenção que garanta a preservação familiar, evitando o recurso à institucionalização. Ainda relativamente ao mesmo ano, mantém-se um elevado número de crianças e jovens em situação de acolhimento (9,563), no entanto, os dados indicam que as crianças e jovens continuam a permanecer acolhidas por períodos superiores a dois anos (57% das crianças e jovens em situação de acolhimento relativamente ao ano 2009).

Quanto à taxa de desinstitucionalização¹³, em 2009 (média nacional de 21,4%) constatou-se que esta regressou a valores próximos de 2007 (média nacional de 21,0%)¹⁴, começando a

¹² De acordo com o Plano de Intervenção Imediata, 3.016 crianças e jovens saíram do sistema de acolhimento no decorrer deste ano, estando efectivamente em acolhimento 9.563. Deste total efectivo de crianças e jovens, 2.187 iniciaram o acolhimento em 2009 (tendência de estabilização ao nível de novas entradas no sistema de acolhimento) e 7.376 iniciaram o acolhimento em anos anteriores.

¹³ Entende-se por esta, a ponderação entre as crianças e jovens que cessaram o acolhimento por ter sido concretizado o seu projecto em meio natural de vida, face ao número total de crianças caracterizadas no âmbito do Plano de Intervenção Imediata.

¹⁴ Note-se que em relação ao ano de 2007, o cálculo da taxa de desinstitucionalização foi feito considerando todas as crianças que haviam cessado o acolhimento, independentemente, de ter regressado ao meio natural de vida ou terem transitado para outras respostas de acolhimento, fora do sistema de protecção. Só a partir de 2008 é que se afinou este conceito, considerando para efeitos de cálculo da taxa de desinstitucionalização apenas crianças e jovens que transitaram para meio natural de vida após cessação do acolhimento. Assim nesse ano, a taxa de desinstitucionalização revelou-se mais elevada (média nacional de 26,7) desencadeando a efectivação de um trabalho mais consolidado relativamente à concretização de projectos de vida, para os quais a manutenção do acolhimento já não se justificava e cujos tempos de permanência eram elevados.

evidenciar-se a tendência para que, permaneçam acolhidas apenas crianças e jovens em situações mais complexas, quer pela dificuldade em realizar um trabalho estruturado com a família, quer pelas dificuldades emocionais apresentadas pelas mesmas.

Para além dos números e dos factos constatados, importa realçar que qualquer criança é, como salienta Barudy (1998), um “*ser único, mas simultaneamente igual a todas as outras crianças e como tal, todas devem receber os cuidados necessários à sua saúde, bem-estar e desenvolvimento, sendo-lhe garantido ao mesmo tempo, que os seus direitos sociais, económicos e cívicos são respeitados para que todos tenham as mesmas possibilidades de viver, ser livres e felizes*”. Aliás, adoptando a ideia de Pedro Strecht (2000:30), todas as crianças deveriam ter o simples “*direito a tentarem manter-se acordadas até tarde numa noite de verão, na esperança de verem uma estrela cadente e pedirem três desejos (a justiça devia fazer acontecer sempre pelos um*”// todas as crianças deveriam ter o “*direito a não ficar sozinhas a chorar, //(...) o direito a ver o mar verdadeiro, especialmente em dia de maré vazia (...)*”, porque em todas as vidas há dias de maré vazia. Todas as crianças são iguais em termos de direitos e todas elas deveriam passar pelas coisas mais simples da vida que as fazem sentir-se crianças.

Tendo por base estes princípios, qualquer acto por acção ou omissão que prive as crianças destes cuidados, que não lhes garanta os seus direitos e liberdades, colocará a criança ou jovem numa situação de perigo e no centro de uma intervenção (cf. LPCJP cit. in Ramião, 2011:29).

A família natural surge como o principal recurso para ajudar a criança/jovem quando está em perigo. Todavia, após um diagnóstico rigoroso, assim que se verifique que a origem da negligência, de abuso ou qualquer outra forma de violência está na família biológica, a criança ou jovem deverá ser afastada do perigo em que se encontra.

As situações que colocam a criança numa situação de perigo acontecem, quase sempre, dentro da esfera do privado. Como tal trata-se de um problema complexo até porque nem sempre o lado mais visível da questão, aquele que ultrapassa as fronteiras da intimidade familiar, corresponde à parte mais dramática da situação. Situações como a negligência, abuso, maus tratos, tal como outras situações que ponham em perigo as crianças e os jovens, ao contrário do que se pensa, não se circunscrevem apenas a famílias

desfavorecidas social ou economicamente, ou que vivem em zonas degradadas. Estes são factores que poderão influenciar como potenciadores destas situações, mas atribuir-lhes toda a causalidade implicava ter uma visão reducionista do problema. Trata-se de um fenómeno que abarca todas as classes sociais, mesmo as mais favorecidas socialmente.

De acordo com Azevedo e Maia (2006), as famílias com dificuldades ao nível da satisfação das necessidades das crianças e jovens e por vezes do mau-trato, *“surgem em todos os estratos sociais, embora nas esferas mais altas da sociedade o problema, normalmente, se encontre revestido por outros contornos, o que pode torná-lo mais encoberto ou camuflado, acontecendo de uma forma mais subtil, e tornando-se de mais difícil detecção”*. No entanto, importa ter presente que as influências ou possíveis causas do perigo, causado no seio da família não poderá ficar circunscrito à própria família, até porque de uma perspectiva ecossistémica, os contextos de vida, quer sociais, quer culturais, também devem ser considerados uma vez que as características da sociedade poderão potenciar a ocorrência de violência na família, bem como situações que ponham em perigo a vida das crianças e jovens.

A criança/jovem em perigo surge assim como uma realidade humana e complexa que exige uma abordagem interdisciplinar, sistémica e global, tendo em conta que a criança terá sempre as suas necessidades e interesses próprios, independentemente do lugar e cultura em que se insere, como tal importa reparar as situações de perigo em que elas se encontram.

De forma a promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e o seu desenvolvimento integral, quando detectada e sinalizada uma situação de perigo é implicada a acção do sistema de protecção e promoção de crianças e jovens, sendo avaliadas as medidas de promoção e protecção de modo a encontrar respostas adequadas. Ainda que, em determinadas situações de perigo e quando esgotado um leque de medidas em meio natural, a criança/jovem seja retirada da família e colocada numa instituição, a intervenção terá como objectivo que a medida seja revista e alterada para meio natural de vida, dependendo dos casos/situação.

Ao longo do tempo, a família tem vindo a merecer o papel de primeiro agente de uma adequada socialização da criança, apesar das alterações que esta tem vindo a sofrer devido

aos processos de transformação da sociedade contemporânea. Face a isto, torna-se necessário reflectir acerca da permanência da criança e jovem na família afastando a ideia do acolhimento institucional por longos períodos de tempo. É neste pressuposto que tem vindo a ser equacionada, em termos científicos, a problemática da institucionalização e mais recentemente, da tendência desinstitucionalizadora. Assim, de acordo com o Conselho Técnico Científico da Casa Pia de Lisboa define-se aquilo a que este designa de três paradigmas: A institucionalização (acolhimento), desinstitucionalização (inserção) e a intervenção familiar (intervenção na e com a família) - *“que por sua vez, são inspiradores de modelos que fundamentam estratégias de acção, visando assegurar as intervenções necessárias em função do problema base das crianças/jovens com percursos de institucionalização”* (Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005:49).

O primeiro paradigma é o da institucionalização. Esta enquanto resposta social é cada vez mais, assumida como uma resposta transitória, de forma a salvaguardar as crianças e jovens dos efeitos nocivos da privação da vida em contexto familiar e de garantir o direito a crescer no seio de uma família (cf. Vilares, 2009:8).

O acolhimento institucional para crianças e jovens pode definir-se como a *“assunção de responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar), cometidas normativamente aos progenitores biológicos, por parte de lares de crianças e/ou jovens que os acolhem. Estas responsabilidades incluem o acompanhamento das crianças e dos jovens quer ao nível do seu desenvolvimento físico (alimentação, cuidados de saúde), quer ao nível psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afectivo), tendo em conta a adequação à sua idade, género de pertença, origens sociais, percursos de vida e características de personalidade.”* (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000: 21). Este pode assumir duas modalidades: de curta duração e de longa duração. O acolhimento de curta duração é feito por centros de acolhimento temporário enquanto é analisado e definido o percurso de vida da criança/ jovem. Já o acolhimento de longa duração, sempre superior a seis meses, realiza-se numa residência de acolhimento para crianças e jovens. Estas residências são equipamentos sociais que têm por finalidade o acolhimento de crianças e jovens, proporcionando-lhes estruturas de vida aproximadas tanto quanto possível às famílias, sabendo desde já que estes não a substituem de forma alguma (cf. Vilares, 2009:8).

No entanto, a forma tradicional de encarar o problema da criança em perigo, retirando-a à sua família é contestada cada vez mais, visto que esta surge como uma resposta que não resolve o problema, apenas adia a responsabilidade dos pais e da criança/jovem criando o isolamento e a exclusão, sendo este facto sentido pela criança como uma punição, um castigo (cf. Casa Pia de Lisboa, 2006:6). Se é na própria família que, por razões diversas, as suas crianças e jovens não beneficiam dos cuidados, atenção e afectos fundamentais para o seu bem-estar, o que se pretende, é que no meio institucional encontrem a segurança, confiança e esperança que lhes permita acreditar em si próprias, no seu valor e no seu direito a crescer numa família (cf. Plano de intervenção imediata, 2009:60).

É importante que o acolhimento institucional represente uma mudança clara no percurso de vida das crianças e jovens e respectivas famílias, para tal é necessário que as equipas trabalhem com estes em conjunto, tornando o acompanhamento eficaz. No entanto, a necessidade de eficácia e de rapidez nos percursos das crianças e jovens não poderá significar construir projectos de vida de forma insegura e susceptíveis de gerar a continuidade do perigo e do inerente sofrimento que culminará, eventualmente, em nova recolocação institucional.

Tendo como referência a criança como sujeito de direitos, é crucial que a mesma seja activamente envolvida na construção, definição e avaliação do seu projecto de vida, de forma adequada à sua idade e grau de desenvolvimento (cf. Plano de intervenção imediata, 2009:19). Aqui, o trabalho com as famílias surgirá desde que a criança é retirada e deverá merecer uma atenção individualizada e continuada, para que a institucionalização seja pensada como uma resposta temporária, colocando o retorno ao ambiente familiar e a consequente alteração da medida de protecção e promoção no centro da sua actividade.

O segundo paradigma diz respeito à desinstitucionalização. Esta por sua vez está relacionada com a saída da criança/jovem do acolhimento, sendo inserida na comunidade, na sua família de origem, família de acolhimento, ou adopção tomando como variáveis essenciais, aquando da análise da qualidade da reinserção, as condições da própria institucionalização e as condições sociais da criança e da família.

Diminuir o tempo de permanência das crianças/jovens em instituição é um debate essencial neste campo, pois existem consequências, tais como a maior dificuldade de inserção da

criança/jovem na família. De acordo com Levine (cit. in Casa Pia de Lisboa, 2006:56), e relativamente ao facto de este se ter debruçado sobre o elevado número de crianças colocadas em instituições, explica o conceito de “*tratamento multissistémico*”, ou seja, assumindo que a função comportamental e de desenvolvimento está inequivocamente relacionada com a pessoa e com o ambiente, parte do princípio que o tratamento e a resolução dos problemas devem estar estruturalmente vinculados à comunidade e à família.

Por fim, o paradigma da intervenção familiar que se enquadra no pós-acolhimento é importante para a real inserção da criança/jovem. A saída do lar não deve significar a cessação da sua função contentora e securizante.

A relação instituição/família/educando define-se como algo a construir progressivamente no tempo, na tentativa de estabelecer uma interacção dinâmica que possibilite um trabalho de equipa, no qual existe troca de informação e partilha de experiências, sobre um mesmo foco de atenção: as crianças e os jovens (cf. Vilares, 2009:9). Neste contexto, a instituição deverá assumir-se, por um período razoável, como um dos elementos da rede social de apoio dos seus educandos, mantendo uma relação empática, de envolvimento e apoio na concretização dos seus projectos pessoais (cf. Casa Pia de Lisboa, 2006:7).

É aqui, no retorno ao ambiente familiar que se centra o desenvolvimento do presente relatório de estágio.

1.3 A REUNIFICAÇÃO FAMILIAR: NOVAS FORMAS DE PENSAR O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS E JOVENS

O conceito de reunificação familiar, tal como outros conceitos utilizados com o mesmo significado, como o retorno à família de origem, integração familiar ou reinserção familiar têm sido utilizados ao longo do tempo para significar a saída do acolhimento institucional e a inserção em meio familiar, o que pressupõe a alteração da medida de acolhimento institucional por uma medida em meio natural de vida.

O termo reunificação familiar apesar de ter estar ligado à migração, no sentido de alguns membros de determinada família se juntarem aos familiares já instalados num novo país ou região (cf. Carneiro, 2005:22), é o conceito actualmente utilizado no local de estágio. A

sua utilização surge talvez por uma questão de evolução na linguagem, o que pressupõe que a criança ou jovem regresse para junto do seu meio familiar porque houve um pequeno afastamento das regras, limites, hábitos estabelecidos no seio da sua família, da qual a criança ou jovem faz parte, voltando-se a reunir.

Deste modo, a reunificação familiar deverá ser promovida assim que seja feita uma avaliação da criança e da família, e esta última apresente condições favoráveis para receber a criança/jovem, garantindo o desenvolvimento das suas necessidades.

Como já foi referido, o trabalho e o investimento envolvidos na relação instituição-família não termina com a saída da criança ou jovem do acolhimento institucional. Em primeiro lugar é importante dar continuidade ao envolvimento com a família, através de avaliações sistemáticas do cumprimento de resultados relativamente a objectivos antecipadamente estipulados; em segundo lugar a instituição deverá garantir uma rede de apoios na comunidade, desde a saúde à educação, passando pelos tempos livres, actividades em grupo, etc; em terceiro lugar a instituição deverá dar apoio a este processo de reunificação familiar, ajudando as famílias a reconhecer que elas próprias constituem a fonte primária de amor e apoio, e que são também responsáveis pela criação das forças interiores de que a criança ou jovem necessita para fazer frente a circunstâncias de risco e na satisfação das suas necessidades (cf. Casa Pia de Lisboa, 2006:83).

No entanto, a família de acordo com Alarcão (2006), surge como um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas de interacção: contactos corporais, a linguagem, a comunicação, relações interpessoais, considerando a família como um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social.

No entanto esta estabilidade não é total, o desenvolvimento familiar reporta-se à mudança da família enquanto grupo, bem como à mudança nos seus membros individuais, este carácter desenvolvimentista reside na identificação de uma sequência previsível de transformações na organização familiar. A essa sequência dá-se o nome de ciclo vital. As diferentes etapas do ciclo vital variam segundo vários autores, no entanto na perspectiva de Alarcão (2006) estas podem ser: o aparecimento de novos membros, tarefas a realizar, mudanças funcionais e estruturais a operar e a saída de elementos do grupo familiar. No

entanto, estas mudanças na família têm implicações no desenvolvimento futuro da família e dos seus elementos (cf. Alarcão, 2006:37). Quando a família não consegue manter a organização, torna-se mais vulnerável a pressões do meio ambiente podendo emergir, neste caso, situações de maus-tratos, entre estes o infantil.

Na perspectiva de Barudy (1998), a família é relativamente à sua estrutura, um conjunto de membros em contínuas interações: casal, irmãos, avós, adultos, crianças, etc. Esta tem a capacidade para modificar a sua própria estrutura, de modo a que se possa adaptar, sem perder a sua identidade. A família tem ainda ao seu dispor um conjunto de recursos que pode utilizar para manter a sua organização, no entanto, pode não conseguir adaptar-se às mudanças e/ou perturbações, produzindo-se nestas condições uma situação de crise. No entanto, importa referir que as perturbações familiares poderão, contudo, funcionar como factores de crescimento, desde que não ocorram com exagerada frequência ou intensidade. Até porque as famílias poderão encontrar um novo estado de equilíbrio a partir das perturbações internas ou provenientes do meio, se tiverem uma organização que as torne capazes de enfrentar a crise com êxito. A sobrevivência de uma família depende da capacidade para se adaptar e integrar de maneira harmoniosa no seu meio, sem perder a autonomia. O que acontece por vezes, é que as famílias já esgotadas do peso da mudança, pela acumulação de factores, poderão ser conduzidas a situações de tensão, de desespero, colocando os seus membros em perigo (cf. Azevedo e Maia, 2006:64).

Neste ponto de vista, e encarando a família como um sistema social com necessidades, características únicas, e em inter-relação com o meio ambiente, importa perceber qual o motivo para a escolha de uma abordagem sistémica para a análise das famílias a partir do conhecimento das várias perspectivas possíveis.

1.3.1. A Família como sistema – Principais perspectivas e modelos

A investigação desenvolvida no âmbito da família permitiu identificar factores que por vezes influenciam a satisfação das necessidades das crianças e jovens, bem como factores de risco e de protecção destas.

Na realidade existem estudos que se situam em diferentes níveis de análise, em variáveis individuais, na interacção familiar e/ ou contexto social e cultural, atribuindo ênfase a uma

ou outra variável, ou conjunto de variáveis. Como factores explicativos, em geral, estes níveis de análise estão de acordo com as orientações ou modelos que tradicionalmente guiam e exercem grande influência na produção teórica e empírica no serviço social, sociologia e áreas afins, para a compreensão dos maus-tratos, factores de risco e de protecção das famílias, trabalho com famílias, e influência do meio ambiente sobre estas (cf. Sousa e Figueiredo, 2000:80).

Através de Mary Richmond e dos primeiros assistentes sociais, chegou ao serviço social a necessidade de investir ao nível da investigação social e no esclarecimento dos factos e dados da vida dos indivíduos que necessitavam de ajuda, dotando esta disciplina de um método científico. De acordo com Friedlander (1989 cit. *in* Viscarret, 2007:79), os métodos e as aplicações práticas da investigação receberam uma profunda influência derivada do reconhecimento que os progressos da psicologia e da psiquiatria alcançaram, provocando um impacto no serviço social. O modelo psicodinâmico, em vez de conceder uma atenção primordial aos problemas económicos e sociais do utente, prestou maior atenção aos problemas psicológicos e emocionais dos indivíduos, atribuindo a causa dos maus tratos, abandono, negligência entre outras situações, à personalidade da criança/jovem ou dos pais e, ao desenvolvimento emocional destes. Assim, a influência psicanalítica acentua a sua tendência, perdendo a importância dos aspectos sociais (cf. Viscarret, 2007; Payne, 1995).

Por sua vez, o modelo de modificação da conduta surge como uma nova corrente da psicologia, e fixa-se em compreender e interpretar o comportamento observável das pessoas e não em analisar e interpretar a sua consciência como vinha sendo até aqui. Esta nova corrente da psicologia teve um grande impacto para o serviço social, visto que estes tinham por vezes necessidade de moldar ou mudar o comportamento dos seus utentes (cf. Viscarret, 2007:88). Assim, a teoria da aprendizagem social surge como uma corrente teórica deste modelo, ao considerar que a experiência dos outros pode conduzir à aquisição de novos comportamentos. Neste contexto, o indivíduo pode adquirir um novo comportamento por observação de um modelo – processo designado por modelação - que envolve a observação, imitação e interiorização do comportamento. Quando a pessoa aprende um novo comportamento, este passa a integrar o seu quadro de resposta (cf. Viscarret, 2007:110). A teoria da aprendizagem social na intervenção com famílias, surge

quando estas necessitam de reflexão e ensinamentos na organização da vida diária e desenvolvimento de competências parentais, seguindo o exemplo e comportamento do educador em contexto de reunificação familiar e de intervenção domiciliária.

No entanto, a prática diária dos assistentes sociais desenvolve-se em permanente contacto com pessoas, grupos ou famílias que, em determinada situação, experimentam situações de crise que as expõem a factores de risco. O modelo de intervenção na crise adopta uma base empírica fundamentada na psicologia e surge como uma acção clássica, que consiste em interromper uma série de acontecimentos que provocam anomalias no funcionamento normal das pessoas. Este centra-se no momento presente do indivíduo e não sobre o passado, centrando-se no aqui e agora com o objectivo de interromper a crise. No entanto, neste ponto surgem algumas críticas, ao defender que o indivíduo tem um passado e um presente, influenciando-o em todos os momentos da sua vida (cf. Payne, 1995:138).

Os partidários do modelo sociológico dão relevo aos factores socioeconómicos e socioculturais, conjugando a influência do stress social com aspectos do meio cultural e com a dinâmica da família. Nesta perspectiva, os aspectos que se relacionam com a personalidade do indivíduo e da sua capacidade para ultrapassar as dificuldades desempenham um papel secundário na intervenção, centrando-se nas condições sociais que provocam o stress e que por sua vez influenciam o comportamento da família (cf. Azevedo e Maia, 2006:67).

No entanto, o que se pretende é compreender a família numa perspectiva relacional, adoptando várias variáveis como importantes, tais como o comportamento das crianças, a capacidade dos pais, a influência do meio ambiente ou do contexto envolvente, entre outras.

Neste contexto, um dos modelos que se tem aplicado nos últimos anos no Serviço Social tem sido o modelo sistémico. Trata-se de um modelo de intervenção que permite que diferentes métodos práticos possam ser integrados dentro deste. Face a isto é importante compreender os pressupostos teóricos que fundamentam a intervenção sistémica para o serviço social.

Até meados do século XX, o método científico consistia essencialmente em dividir o todo em partes para examinar cada uma delas isoladamente. Já na década dos anos 30, o pensamento aristotélico de que “ *o todo é a soma das partes*” surge na teoria geral dos sistemas, sendo dado a conhecer por Von Bertalanffy (Viscarret, 2007:262). O pensamento de Von Bertalanffy referia-se a uma concepção de sistema definido pela sua abertura e pelo intercâmbio energético que existia com o meio exterior, o que permitia alcançar, de diversas formas, o estado de equilíbrio. Verifica-se que este interesse pela análise sistémica surge da física e biologia, influenciando as ciências naturais, ciência humanas, ciências políticas e ciências sociais (cf. Martínez, 2005:177).

Visto que a teoria geral dos sistemas colocou as interacções e transacções como elementos centrais de modo a compreender as dinâmicas que se produzem entre o contexto envolvente e o sistema. Este foi um facto especialmente importante para o Serviço Social, visto que os acontecimentos/factos sociais não podem ser compreendidos de forma isolada. Assim, despertando a atenção desta disciplina e deixando de lado a concepção individualizada da intervenção, passou-se para uma concepção que tem em conta o contexto envolvente aos sistemas, as relações e os seus impactos com os mesmos (cf. Viscarret, 2007:263).

Foram Pincus e Minahan (1973) que desenvolveram a intervenção social sistémica. Estes basearam-se, como já referido, na teoria geral dos sistemas, partindo do princípio que as pessoas para realizarem os seus projectos de vida e superarem as dificuldades dependem dos apoios prestados pelos sistemas sociais existentes no seu contexto envolvente, portanto o serviço social deveria direccionar a sua atenção para estes. Para estes autores existem três sistemas básicos: 1) os sistemas informais ou naturais (família, amigos, vizinhos, etc.); 2) os sistemas formais (organizações, grupos comunitários, associações, etc.); 3) os sistemas sociais (escola, hospitais, etc.). Face a estes é necessário perceber se estes sistemas são eficazes e quais as relações estabelecidas entre as pessoas e estes, e vice-versa (cf. Viscarret, 2007:272).

Estes autores partem do princípio que o serviço social se baseia nas interacções (comunicação) entre as pessoas e os sistemas. Deste modo, o “*serviço social ocupa-se da interacção entre as pessoas e o seu contexto social envolvente, que exerce influência sobre*

a capacidade das pessoas realizarem as suas tarefas vitais, de modo a diminuir o seu sofrimento e mal-estar, e realizar os seus projectos de vida” (Viscarret, 2007:275).

Assim, se estabelece uma relação directa entre o comportamento do sujeito e os distintos sistemas que estão em relação com este (cf. Campanini e Luppi, 1996; Martínez, 2005). Deste modo, a família converte-se no sistema mais próximo do indivíduo e é neste que ele se desenvolve, estabelece interacções e comunica de forma primária, estável e determinante.

Como já foi referido e de acordo com Alarcão (2006), “*a família é um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social*”, o que faz da família um objecto de estudo de diferentes disciplinas.

Ao ser encarada por diversas perspectivas, a família vai ser aqui compreendida de um ponto de vista sistémico. É verdade que o conceito de família apresenta alguma dificuldade ao nível da sua definição, devido às transformações históricas e culturais que o influenciam, no entanto, o mais importante será vê-la como um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que a torna única.

Considerar sistematicamente a família implica, ter uma visão global da sua estrutura e do seu desenvolvimento. De acordo com a perspectiva de Sousa e Figueiredo (2000) e de outros autores como Garbarino (1982 cit. in Sousa e Figueiredo, 2000), a família é considerada um sistema social inserido num contexto social mais amplo, que é a sociedade e a comunidade na qual se inscreve um conjunto de indivíduos em interacção, envolvidos num processo contínuo de auto-definição e interpretação da realidade que os rodeia.

No pensamento de Alarcão (2006), a família é considerada como um sistema, visto que: a) é composta por objectos e respectivos atributos e relações, b) contém sub-sistemas e é contida por diversos outros sistemas, ou supra-sistemas, todos eles ligados de forma hierarquicamente organizados e c) possui limites ou fronteiras que a distinguem do seu meio.

Toda a família está sujeita a dois tipos de pressão: a interna e a externa. Enquanto que a primeira resulta das mudanças inerentes ao desenvolvimento dos seus membros e dos seus subsistemas, a pressão externa está relacionadas com as exigências de adaptação dos

mesmos às instituições sociais que sobre eles têm influência. Assim, a família é entendida como um sistema, um grupo de pessoas que interagem entre si e cujas relações entre os seus membros, são influenciadas e organizadas por uma série de regras. Mediante estas regras de relação, o sistema familiar configura-se como uma totalidade. Estas regras dotam o sistema familiar de uma identidade própria e fundamental para garantir a sua estabilidade e equilíbrio interno, sem o qual a família corre o risco de se desagregar.

No entanto, na vida de um sistema familiar, podem ocorrer crises naturais ou crises acidentais. As crises naturais estão associadas às diferentes etapas do seu ciclo vital, por isso se dizem normativas, enquanto as segundas ocorrem inesperadamente e por isso, assumem, um carácter dramático, de stress.

Neste contexto, o trabalho com a família passa por potenciar os recursos destas e superar as suas dificuldades e o mal-estar psíquico de alguns dos seus membros, superando situações de crise e de stress.

1.3.1.1. O ponto de vista da abordagem ecossistémica

No trabalho com indivíduos é necessário entendê-los como membros interactivos de uma multiplicidade de relações sociais. À semelhança do que tem vindo a acontecer noutros domínios científicos, é hoje reconhecida a importância das perspectivas holísticas para a análise de fenómenos sociais.

Numa perspectiva de satisfação das necessidades das crianças e jovens pelas famílias, o conceito de ecossistema inclui todos os aspectos que rodeiam o indivíduo e a família, afectando-os de maneira directa. Os actos que colocam a criança ou jovem em perigo, surgem assim como resultado da conjugação de aspectos individuais, sociais, económicos e culturais que permanentemente interagem entre si (cf. Azevedo e Maia, 2006: 49).

A perspectiva ecossistémica para o Serviço Social surge do modelo de intervenção proposto com Germain e Gitterman (1980), derivada do pensamento sistémico e trazendo novas contribuições para o estudo do indivíduo, dos sistemas a que pertence e dos factores ambientais. A ecologia tenta compreender as relações recíprocas existentes entre os indivíduos e os contextos. Assim, centra-se no conceito de transacção entre os indivíduos e o seu meio físico e social, e entre os próprios indivíduos, os grupos e as instituições. Tenta

conhecer como os indivíduos e as famílias são capazes de se manter usando o seu contexto social, desenvolvendo-se e progredindo segundo as suas necessidades e, está atenta ao modo como estes processos de adaptação são capazes de fazer frente à diversidade do seu contexto, enquanto aumenta a sua capacidade de sobrevivência para fazer frente às suas adversidades.

A adaptação surge como um processo activo, dinâmico e em algumas ocasiões, criativo. As pessoas juntamente com o seu meio formam um ecossistema, em que ao mesmo tempo, as pessoas o modificam para ajustar as suas necessidades físicas e psicológicas, adaptando-se também às mudanças que este produz. É nas interacções complexas entre as pessoas e o meio, que emergem transtornos e problemas. Na concepção do modelo ecológico, o autor define o stress como uma condição psicossocial gerada, por um lado, por consequência das discrepâncias entre as necessidades e capacidades, e por outro, pelas qualidades que definem o meio (cf. Viscarret, 2007:288).

Tendo em conta o presente estudo, esta perspectiva defende que para compreender os problemas inerentes às famílias e aos indivíduos é necessário ter em conta as características dos pais, da criança, da situação em que vivem, aspectos estes que deverão ser analisados a partir de uma dinâmica interactiva. A capacidade para entender os indivíduos como inseparável das suas relações e contextos mais vastos, dá-nos a oportunidade para trabalhar com famílias, grupos, etc. (cf. Guadalupe, 1998:53).

Saliente-se que é mútua a relação do sistema familiar com o contexto social no qual se insere: as condições do contexto influem na vida familiar e as mudanças que ocorrem no seio familiar interferem no contexto social, tratando de ajustar-se aos novos padrões familiares, estabelecendo-se entre os sistemas extrafamiliares um processo de adaptação mútua (cf. Sousa e Figueiredo, 2000:84).

A teoria ecossistémica de Bronfenbrenner (1979) para a compreensão das dinâmicas sociais, vem mostrar a importância das interacções com os outros indivíduos e com os vários sistemas com que o indivíduo interage no decurso da sua vida.

Ao observar a relação entre a família e a sociedade, deparamo-nos com a existência de uma ligação de influência e crucial a cada um dos restantes níveis sistémicos, ou seja, o

microsistema¹⁵, o mesossistema¹⁶, o exossistema¹⁷, o macrossistema¹⁸. Embora cada nível tenha características específicas que podem afectar a família e os resultados por ela obtidos, é importante ter uma visão global de todo o sistema para entender a família, os problemas, os recursos e o seu nível de desenvolvimento (cf. Azevedo e Maia, 2006:82).

Para esta perspectiva, os indivíduos estão envolvidos num processo de desenvolvimento constante e dinâmico, o qual faz com que estes tenham de atravessar diversos contextos. Por essa razão, os indivíduos participam e alteram o dito acontecimento contextual, mas também são agentes de mudança, e desde modo, reestruturam esses mesmos contextos.

Segundo o mesmo modelo, os comportamentos que colocam a criança ou jovem em perigo, traduzem uma disfunção no sistema familiar, assim como dos sistemas institucionais envolventes, não se podendo deste modo atribuir toda a responsabilidade exclusivamente à família.

A perspectiva sociológica atribui especial importância à influência dos factores socioeconómicos e socioculturais, conjugando a influência do stress social com aspectos do meio cultural e com a dinâmica da família (cf. Azevedo e Maia, 2006:67). Segundo Barudy (1998), estes factores socioeconómicos e socioculturais resultantes da organização social que caracteriza a contemporaneidade actuam como facilitadores de disfunções familiares, ao nível das oportunidades e da satisfação das necessidades básicas, educação, habitação, bem como ao nível do desemprego, etc.

É importante perceber que o actual sistema social é marcado pela expansão do mercado capitalista e pela existência de desigualdades económicas e sociais derivadas da influência dos factores socioeconómicos e socioculturais referidos pelo modelo sociológico. O facto de as sociedades capitalistas industrializadas se regerem, essencialmente e cada vez mais, por valores consumistas leva à exclusão social pelo não cumprimento de valores ligados ao consumo. De acordo com Barudy (1998), “*ser moderno implica hoje corresponder a*

¹⁵ Padrão de actividades, papeis, relações interpessoais vividas pelo indivíduo no contexto em que está inserido. Inclui as relações entre pais e criança, criança e irmãos e entre membros da família.

¹⁶ Representa as relações entre dois ou mais contextos, nos quais o indivíduo funciona de forma activa. Pode incluir as relações entre o contexto familiar e os serviços, o contexto familiar e a comunidade;

¹⁷ Representa os contextos que não envolvem directamente os indivíduos. Contudo, factos ocorridos neste nível afectam ou são afectados pelo que acontece noutros níveis ou subsistemas.

¹⁸ Envolve o sistema de crenças da cultura dominante.

determinadas imagens passadas pelos meios de comunicação social, tornando-se uma necessidade vital, visto que ser moderno implica ser original, individualista e consumidor, onde a originalidade é por exemplo vestir calças de marca”, provocando a discriminação social de quem não as consegue comprar. As despesas inerentes ao crescimento e educação das crianças e jovens podem ser encaradas, por muitos pais, como um obstáculo às suas necessidades de consumo ou até mesmo como uma pressão para consumir, deixando os valores essenciais para segundo plano, tais como a satisfação dos cuidados básicos, alimentação, higiene, etc. Acresce a tudo isto o stress familiar provocado pelos problemas de ordem socioeconómica e pela dificuldade em corresponder à sociedade de consumo imposta.

Porém, o facto de a sociedade ser dominada por valores cada vez mais materialistas, conduz a uma incapacidade de amar, de dar de si, de compreender, de ser solidário e tolerante, privilegiando – *O ter – e deixando para segundo plano – O ser* - a verdadeira essência de cada um (Azevedo e Maia, 2006:72).

A par do individualismo cada vez mais presente na sociedade contemporânea, assiste-se a uma crescente busca de viver num ambiente promotor de aventuras e lazer. Estas situações, muitas vezes acompanhadas de falta ou insuficiência de recursos financeiros, ou até por vezes de situações de desemprego, podem facilitar a ocorrência de situações que ponham as crianças e jovens em risco, criando situações de crise e de stress na família.

Por consequência, surge o isolamento social da família causado por vários factores, como por exemplo, a mudança continua de residência, a falta de apoio social, a não utilização de apoios comunitários, a não envolvimento com a comunidade, o sentimento de inutilidade, a existência de competências pouco desenvolvidas e de determinadas características da personalidade (cf. Azevedo e Maia, 2006; Barudy, 1998).

Assiste-se então a um conjunto de factores que, interagindo entre si, podem desencadear situações ou condicionalismos à satisfação das necessidades das crianças e jovens.

Todas as famílias podem ter problemas, no entanto é necessário perceber o contexto de vida em que estas se desenvolveram, as oportunidades que tiveram no decorrer da sua vida, bem como a influência que os factores ambientais e a própria organização da sociedade têm

nas suas trajetórias, de modo a não culpar as famílias pelos problemas ou partindo do princípio que se trata de uma família – problema, até porque não há famílias problema, mas sim famílias com problemas.

1.3.2 A influência dos contextos sociais na satisfação das necessidades das crianças e jovens

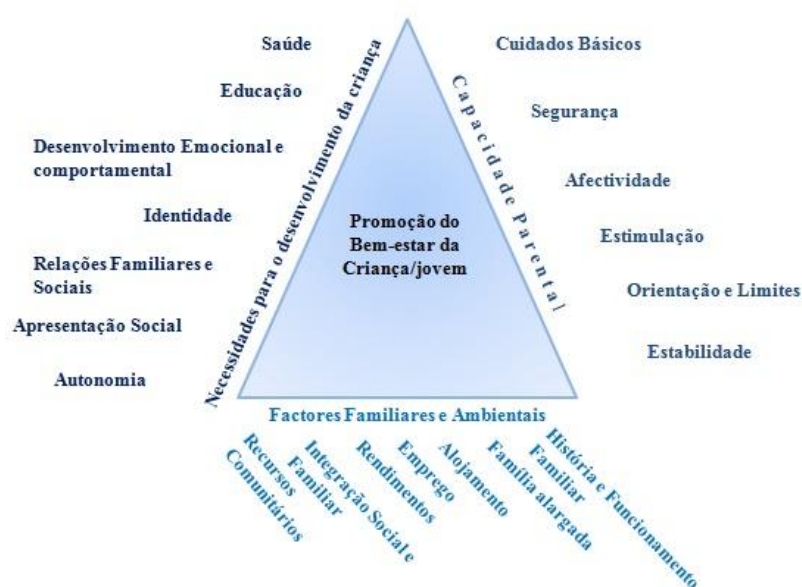
“Crescer para a criança é uma tarefa difícil e por vezes infeliz, devido à sua falta de experiência. Quanto mais nova é, mais exclusivamente vive o presente e menos lhe é possível consolar-se com um sentido de perspectiva ou com o saber que as preocupações e os problemas são passageiros, saber esse que só o tempo proporciona” (Carneiro, 1997:551).

Todas as crianças e jovens são vulneráveis e susceptíveis de viver experiências infelizes e tensões, além disso algumas delas são duplamente vulneráveis devido à existência de circunstâncias específicas ou potenciais da sua vida pessoal, familiar, social ou económica (cf. Carneiro, 1997:553). De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, *“criança é todo o ser humano com menos de 18 anos, salvo se, nos termos da lei lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”*. Assim, dado a vulnerabilidade inerente a uma criança, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, deverão ser os principais responsáveis pelo seu desenvolvimento. Deste modo, devem garantir a satisfação das suas necessidades físicas e psicológicas.

Caso a satisfação das necessidades da criança e do jovem seja comprometida, por qualquer tipo de influências, poderemos estar presente algum tipo de risco que irá influenciar o seu processo de desenvolvimento. Portanto, crianças e jovens pertencentes a famílias com problemáticas associadas, cujos pais têm dificuldades em exercer as competências parentais adequadas à idade e desenvolvimento da criança, ou que foram vítimas de maus tratos ou negligência, são mais vulneráveis a situações de risco, é o caso das crianças ou jovens que já passaram por um período de institucionalização e que regressaram novamente à sua família, local onde esteve presente o perigo que os levou a uma separação (cf. O’Loughlin and O’Loughlin, 2008:66).

Não se pode afirmar que exista um modelo singular e correcto de exercer as funções parentais. Estas poderão divergir por uma variedade de razões, como as características pessoais dos pais e das crianças, com o ambiente que os envolve, mas também como valores ideais que prevalecem na sociedade. De acordo com a obra *Guidance of the Assessment Framework*¹⁹ (2000), existe um conjunto estabelecido de dimensões essenciais para a satisfação das necessidades da criança e do jovem (Figura 1).

Figura 1: Dimensões essenciais para a satisfação das necessidades das crianças e jovens



Fonte: Guidance on the Assessment Framework, Department of Health *et al*, 2000.

Este modelo combina três sistemas: as necessidades para o desenvolvimento da criança/jovem, a capacidade dos pais para responderem adequadamente a essas necessidades e por fim, as influências positivas e/ou negativas do meio envolvente. Portanto, assumir estas necessidades relativas aos factores familiares e ambientais e às crianças/jovens, permite identificar os níveis de influência que aumentam a probabilidade de ocorrência de situações de risco e que estão presentes quando a criança/jovem regressa à família. Realçando esta abordagem multifactorial, expressa na obra acima referida, esta

¹⁹ The stationery Office-Department of Health, London (Internet Web Site: <http://www.open.gov.uk/doh/quality.htm>.)

articula três níveis fundamentais onde a exposição ao risco e a ausência de respostas estruturantes podem pôr em causa o equilíbrio da criança/jovem na sua família (cf. Department of Health, 2000:17).

Esta perspectiva reforça a interacção entre os diferentes factores de risco e permite compreender que a etiologia do risco deverá ser problematizada num quadro referencial interactivo, no qual os contextos de vida (onde estes pais e estas crianças cresceram), as condições socioeconómicas e culturais, as oportunidades, as características biológicas da criança/jovem e as características da personalidade dos pais actuam de forma dinâmica e recíproca, conduzindo a uma leitura sobre os factores de risco e, no mesmo sentido, sobre os factores protectores.

1.3.2.1. Factores de risco e de protecção das famílias

O risco não é entendido de forma estática, mas sim como um processo definido a partir de uma determinada situação, das suas implicações e dos seus resultados específicos, isto é, qualquer variável pode agir como factor de risco em determinada situação (cf. Cowan, Cowan & Schulz, 1996 cit. *in* Antoni, 2000). Deste modo, os factores de risco podem ser entendidos como condições ou variáveis que estão associadas a uma possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou não desejáveis.

No contexto familiar, a violência doméstica, padrões rígidos de educação, problemáticas associadas como a toxicod dependência, o alcoolismo, a doença mental e do foro psiquiátrico, dificuldades ao nível das competências parentais, entre outras, poderão constituir factores de risco.

Este acumular de factores de risco pode tornar a família mais vulnerável, isto é, susceptível de desequilíbrio e de comportamentos desapropriados entre os seus membros. No entanto, nem sempre o facto de a família se encontrar em situação de vulnerabilidade implica que ela se encontre em perigo. Algumas famílias, frente a momentos de stress, conseguem dispor de indicadores que funcionam como protecção, e encontram recursos suficientes para enfrentar a situação. Este comportamento positivo é denominado de resiliência. Famílias resilientes ajudam os seus membros, através da motivação, do reconhecimento,

entre outros, a enfrentarem situações de risco, tornando-os mais fortes de modo a fazer frente à adversidade (Antoni, 2000:10).

Os factores de protecção, de compensação ou contentores actuam como antagonistas das situações de risco. Na perspectiva de Paula Martins (2004), um factor diz-se protector se tiver a capacidade de moderar ou amortecer os efeitos do risco, melhorando a reacção a episódios de tensão e promovendo a adaptação dos indivíduos. A estes factores é atribuída a capacidade de modificarem, melhorarem ou reduzirem o impacto negativo e a repercussão do risco, constituindo condições de oportunidade e de superação (cf. Antoni, 2000:14). A natureza dos factores de protecção é heterogénea, podendo ser identificados quer ao nível individual, quer do meio, quer ainda das interacções entre os indivíduos e os seus contextos de vida. Estes factores incluem influências do meio familiar e do contexto de vida que apoiam, reforçam e promovem as competências dos indivíduos. De acordo com alguns autores (cf. Haggerty, Sherrod, Garmezy & Rutter, 1996. cit. *in* Martins, 2004), estes pode operacionalizar-se em três grandes conjuntos de variáveis:

- Características de personalidade (autonomia, competências pessoais, maturidade, sentido de optimismo, auto-estima, etc.);
- Meios familiares apoiantes (coesão familiar, elevados níveis de afecto, acompanhamento e supervisão, baixo stress social, etc.);
- Disponibilidade de apoios sociais (suporte social e cultural eficaz, expectativas positivas de vida, sentimento de pertença, etc.).

Assim, os factores de protecção tendem a surgir associados a auto-estima, potenciada em situações em que se regista um bom relacionamento entre os membros do agregado familiar.

Por outro lado, estas fontes de apoio criam ambientes relativamente harmoniosos, sendo incrementadas possibilidades de diálogo e de resolução de problemas.

Deste modo, os factores de risco e de protecção são considerados dentro do contexto de vida de cada família, pois um factor de protecção poderá tornar-se um factor de risco no futuro.

1.4. O SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM CRIANÇAS, JOVENS E SUAS FAMÍLIAS

De acordo com a definição de serviço social proposta pela *International Federation of Social Work (IFSW)*²⁰ em 2005, o exercício profissional passa pela promoção da mudança social, resolução dos problemas e capacitação das pessoas orientado pelos princípios da justiça social e dos direitos humanos, centrando o seu campo de intervenção na relação entre as pessoas e o meio ambiente, partindo de teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, guiando a análise das situações complexas e fomentando a transformação a nível individual, social e cultural.

No que toca à prática do Serviço Social com crianças, jovens e suas famílias, este é um tema que preocupa os profissionais desde o início da profissão, tanto como unidade social fundamental quanto como foco da intervenção (cf. Guadalupe, 2006:40).

Adoptando o pensamento de Campanini e Luppi (1996), o Serviço Social debruça-se sobre as interacções entre os indivíduos e os sistemas no seu ambiente social, não considerando o problema das famílias em si mesmo, mas na sua dimensão e significado do contexto dos sistemas que a envolvem: as reacções que provocam e os recursos que se podem activar para a sua resolução.

Deste modo, importa destacar que a prática centrada na família deve ser inscrita numa perspectiva ecológica e sistémica que inclua o indivíduo, a família, o meio ambiente e as relações existentes entre esses sistemas (cf. Serrano, 2007:40). Assim, de acordo com o Modelo de Apoio Centrado na Família de Dunst (1985), a intervenção no contexto da reunificação familiar deve estar centrada na ajuda prestada aos pais na obtenção de serviços e capacidades que possam facilitar o desenvolvimento da família e da criança ou jovem. Outro aspecto importante é a identificação e estabelecimento das necessidades e prioridades que reforcem o núcleo familiar (cf. Guadalupe, 2009:40).

Deste modo, o assistente social desempenha funções destinadas a assegurar a liberdade de acção e a competência das famílias, facilitando a oportunidade para que estas possam tomar decisões e actuar por si mesmas, encarregando-se de definir acções e mobilizar

²⁰ Informação adicional online www.ifsw.org.

apoios do meio envolvente, de modo a satisfazer as necessidades das famílias (cf. Viscarret, 2007:294).

Conceitos como co-responsabilizar e capacitar são cruciais para o trabalho junto destas famílias, assim as práticas de ajuda apresentadas por este modelo devem promover experiências e oportunidades que tornem a família capaz, activa e responsável. Desta forma, o tema enquadra-se na vertente de acompanhamento social e inserção, do mestrado em serviço social, visto que se pretende a mudança através do acompanhamento social, a resolução de problemas destas famílias e a sua capacitação orientada pelo princípio da justiça social e dos direitos humanos e principalmente dos direitos das crianças/jovens.

Actualmente, tem-se vindo a assistir a alterações nos modos de intervenção das Políticas Sociais, ou seja, o aprofundamento das estratégias de intervenção que emergiram com a passagem das políticas de integração para as políticas de inserção.

Assiste-se à dificuldade das Políticas Sociais fazerem frente aos grandes desafios sociais, aos problemas sociais e às necessidades dos indivíduos e suas famílias. Portanto, perante este problema Isabelle Astier (2009) designa *O Trabalho com o Outro* como a nova orientação que tem como objectivo a capacitação dos indivíduos de modo a que estes (re)construam a sua própria vida.

Esta abordagem substituiu a noção de *trabalho sobre o outro*, sendo esta uma abordagem na qual o profissional pressupõe a atribuição de um papel de poder/imposição face à definição da situação do utente. No *trabalho com o Outro*, o profissional deixa de assumir um papel de imposição e o utente deixa de ser encarado como o “subordinado”, reconhecendo-se ao sujeito um papel activo na própria construção biográfica, estabelecendo uma relação de parceria com o técnico, neste caso específico, a criança, o jovem e sua família tornam-se sujeitos activos e cruciais na resolução dos seus problemas.

Neste contexto, o acompanhamento social efectiva-se ao nível do desenvolvimento pessoal da criança/jovem e da garantia das suas necessidades fornecidas pela família bem como evitar o eclodir de novas situações de perigo que os afaste novamente da família e ao nível de um acompanhamento social, centrado nos factores familiares e ambientais.

2 – DA TEORIA À PRÁTICA: O CASO DA EQUIPA DE INSERÇÃO E ACOMPANHAMENTO NA TRANSIÇÃO

Com o objectivo de compreender os factores críticos e de força de uma intervenção em contexto de reunificação familiar, interessa conhecer o local de estágio que permitiu uma maior proximidade a crianças, jovens e suas famílias em processo de transição, despertando momentos de reflexão.

Neste capítulo, em primeiro lugar, será elaborada uma descrição do local de estágio, da Casa Pia de Lisboa, na qual o Centro de Educação e Desenvolvimento está inserido dispondo de um conjunto de respostas sociais no âmbito das crianças e jovens. Por fim, interessa caracterizar uma destas respostas, mais concretamente, a equipa de inserção e acompanhamento na transição.

Num segundo momento serão apresentadas as fases da intervenção, o percurso de estágio, os actores envolvidos que integram o sistema de acção desta resposta bem como a caracterização da população - alvo.

2.1. O LOCAL DE ESTÁGIO

A Casa Pia de Lisboa, I.P. é hoje a maior Instituição Portuguesa dedicada ao acolhimento, educação, ensino e inserção social de crianças e jovens sem apoio familiar adequado ou em risco de exclusão social (cf. Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, 2005:89). Trata-se de uma instituição de referência na protecção, educação, formação e integração de crianças e jovens em perigo, na reabilitação, formação e integração de pessoas surdas e surdo-cegas e na intervenção comunitária. Neste sentido, aposta na diferenciação, na inovação, participação, optimização de recursos, transparência e intervenção em rede (cf. Casa Pia de Lisboa, I.P., 2010: 1).

Esta instituição inicia o seu percurso histórico em 1780 no reinado de D. Maria I, no contexto de problemas sociais decorrentes do terramoto de 1755 que devastou a cidade de Lisboa, sendo fundada por iniciativa de Diogo Inácio de Pina Manique.

Treze anos depois da fundação em 1793, a Casa Pia de Lisboa tinha-se transformado numa grande Instituição de Solidariedade Social e numa escola moderna.

No entanto, em resultado das invasões Francesas e da ocupação de Lisboa, pelos exércitos napoleónicos, o castelo é invadido por tropas e as crianças da Casa Pia foram desalojadas e distribuídas por asilos, paróquias e conventos.

Em 1833, o decreto de 28 de Dezembro da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, ordenava transferência da Casa Pia para o Mosteiro dos Jerónimos. Já na segunda metade do século XIX, a instituição alarga as suas instalações para os terrenos anexos ao Mosteiro dos Jerónimos.

No começo dos anos 80, decidiram reorganizá-la e modernizá-la em termos de espaços físicos e apetrechá-la para uma educação adaptada aos novos tempos. Desmassificou-se o internato, substituindo as enormes camaratas de 60 ou 70 alunos, por lares com pouco mais de uma dezena de crianças ou jovens, incluindo alguns lares fora dos colégios, alargou-se a oferta educativa, abriram-se mais e melhores perspectivas de prosseguimento de estudos, reabilitaram-se os espaços dos diferentes colégios e construíram-se outros de raiz.

No ano de 2002, a CPL conhece um dos períodos críticos da sua história que vem marcar uma nova fase da vida desta instituição, em que foi necessário proceder à reformulação das suas formas de funcionamento. É então criado o Conselho Técnico Científico encabeçado pelo Eng.º Roberto Carneiro, que analisou a situação da CPL e propôs um conjunto de medidas reformistas.

Assim, a resolução do Conselho de Ministro nº2/2006, de 6 de Janeiro, determina a estruturação da CPL, I.P. e, por decreto-lei nº10/2006 de 13 de Janeiro, é criada a Comissão Instaladora da CPL, presidida por Maria Joaquina Madeira, na sequência, foi aprovada a Lei Orgânica e os Estatutos da CPL.

Actualmente, a CPL, I.P. assume como eixos estratégicos da mudança, o recentrar na sua missão essencial, a desmassificação e restituição da escala humana à instituição, adopção e qualificação do modelo de ensino profissional, qualificação da gestão e ajustamento do modelo institucional aos desafios do futuro.

A actividade desta instituição insere-se, em termos macro-económicos, nas orientações estratégicas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), divulgadas para a elaboração do respectivo plano de actividades. No que respeita ao modelo sócio-educativo desenvolvido por esta instituição, subordina-se aos seguintes objectivos estratégicos:

- Desenvolvimento de metodologias que garantam a participação e co-responsabilização dos diversos intervenientes no processo sócio – educativo;
- Promoção de intervenções integradas, de natureza social, educativa e formativa;
- Adequação dos referenciais sociais, educativos e formativos, às necessidades específicas dos educandos e suas famílias;
- Garantia de respostas individualizadas adequadas ao perfil de cada educando e sua família;
- Incentivo para a intervenção precoce e garantia da promoção da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida;
- Exercício de uma cultura de iniciativa, participação e responsabilidade, para construção de uma cidadania plena (Casa Pia de Lisboa, 2010:1).

O funcionamento dos órgãos da Casa Pia de Lisboa, tal como a regulamentação da organização e estrutura orgânica são definidos pelos estatutos da CPL (ver anexo A).

Centrando-nos nos centros de educação e desenvolvimento da Casa Pia de Lisboa, estes podem ser de três tipos, quanto à natureza das respostas sociais, identificados na Tabela 1.

Tabela 1: Classificação dos centros de educação e desenvolvimento quanto à sua natureza

	CED	Respostas Sociais Asseguradas
Tipo 1	Santa Catarina Santa Clara	Acolhimento de crianças e jovens em perigo.
Tipo 2	Jacob Rodrigues Pereira;	Educação, ensino e formação nos diferentes ciclos e níveis (com excepção do ensino superior), incluindo creche,

	D. Maria Pia; Nossa Senhora da Conceição D. Nuno Álvares Pereira; Pina Manique;	educação pré-escolar, o ensino básico, o ensino secundário, a formação inicial qualificante de dupla certificação, e a especialização tecnológica.
Tipo 3	António Aurélio da Costa Ferreira; CEAS - Centro de Educação e Acção Social; Francisco Margiochi;	Educação e reabilitação de crianças e jovens com necessidades especiais, designadamente surdo-cegas. Desenvolvimento integrado de competências sociais visando a autonomização de agregados familiares carenciados e apoio socioeducativo a crianças e jovens. Educação ambiental Animação ambiental e campos de férias

Fonte: Portaria nº 1637-A/2007

Neste contexto, importa focar o Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina (CED tipo 1), local onde está inserida a equipa de inserção e acompanhamento na transição.

O Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina, define-se como uma estrutura descentralizada da CPL, assumindo-se como uma resposta social vocacionada para o acolhimento de crianças e jovens em perigo, no âmbito do sistema de promoção e protecção, através do desenvolvimento de respostas diferenciadas e adaptadas aos diferentes perfis das crianças e jovens, tendo em vista a reunificação familiar e/ou a de autonomia de vida.

Este tem como missão o acolhimento residencial de crianças e jovens, designadamente, as desprovidas de meio familiar adequado, através de estruturas alternativas e diversificadas, que promovem processos de autonomia e/ou inserção familiar. Deste modo, pretende ser reconhecido pela excelência do acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em

perigo, assumindo como valores essenciais: a coesão e espírito de equipa, a cooperação e parceiras, co-responsabilização educativa das famílias, colocando a criança no centro da intervenção (cf. Centro de educação e desenvolvimento de santa Catarina, 2009:5).

De modo a efectivar a missão, foi desenvolvido um conjunto diversificado de respostas sociais, no âmbito do acolhimento residencial, para crianças e jovens, em regime de co-educação, nomeadamente: *L.A.R* (Lugares para Acolher e Reintegrar); *R.A.I.A.* (Residências de Apoio à Integração de Adolescentes); *T.E.I.A.* (Equipa de Inserção e Acompanhamento na Transição); *Unidade de Emergência* (CAT- Centro de Acolhimento Temporário); *UTE* (Unidade Terapêutica e Educativa) (Ver em anexo B).

Atendendo a que a *R.A.I.A* não respondia às necessidades de todos os educandos em situação de saída das residências de acolhimento, pois tem definido como perfil de entrada, jovens dos 16 aos 21 anos de idade com competências específicas, considerou-se útil criar uma resposta que incluísse todos os outros educandos, com um projecto pessoal centrado no contexto de retorno à família e/ou a autonomia de vida na comunidade.

A *T.E.I.A.* foi a equipa onde a estagiária foi integrada. Trata-se de uma equipa de inserção e apoio à transição que pretende melhorar a qualidade do acompanhamento prestado a crianças e jovens em situação de saída das residências de acolhimento, para meio natural de vida – a **Fase de Transição**, ou seja, aquelas que retornam ao ambiente familiar de origem ou não, e/ou que estão em processo de autonomia de vida. Deste modo, pretende desenvolver metodologias específicas que promovam a integração na família e /ou organização de condições de vida autónoma na comunidade. Esta fase tem a duração máxima de dois anos, excepto em situações devidamente justificadas, de acordo com as considerações técnicas e pareceres recolhidos na rede familiar e social de suporte. Este processo termina com a saída da criança/jovem da instituição (integração autónoma em meio natural de vida).

Deste modo, a *T.E.I.A* situa-se como uma resposta específica na protecção e promoção dos direitos da criança, especificidade essa que se materializa pela intervenção em meio natural de vida, ou seja, quando as condições que deram origem ao acolhimento já se encontram debeladas e a sua continuidade já não se justifica ou quando o jovem pretende iniciar um processo de autonomização. Esta equipa dá também continuidade ao trabalho realizado

pelas equipas do L.A.R, através do apoio dado à consolidação de redes de suporte social inclusivas, constituindo-se como uma mais-valia na prevenção do “retorno ao lar” ou de eventuais situações de desajustamento social (cf. T.E.I.A, 2006:9).

O processo de acompanhamento da T.E.I.A incide na promoção e desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens que reúnem as condições favoráveis à substituição do acolhimento institucional para a inserção em meio natural de vida, iniciando um percurso de inserção familiar ou de autonomia de vida na comunidade, com uma medida de promoção e protecção em meio natural de vida ou com uma providência tutelar cível.

No contexto de inserção familiar, promovem-se as competências parentais, no sentido de procurar garantir um desenvolvimento integral e saudável da criança ou jovem e a satisfação das necessidades psicossociais de toda a família. Objectiva-se desenvolver recursos internos que lhes permita uma adequação aos vários contextos (pessoal, profissional, social e familiar) e que os capacite para optar por escolhas geradoras de bem-estar pessoal e social, de saúde física e psicológica. Trata-se de um processo de *empowerment* das crianças, jovens e famílias, promovendo recursos pessoais e sociais necessários para a autonomização e/ou inserção familiar.

Esta equipa conta com uma intervenção que pode ser dividida por fases, e é nestas que os profissionais se centram desde que haja uma previsão para alteração da sua medida para meio natural de vida, intervindo desde logo numa fase de preparação.

2.2. FASES DE INTERVENÇÃO DA EQUIPA

De acordo com a análise documental relativa à resposta (documentos relativos à equipa de inserção e acompanhamento na transição e sínteses avaliativas) é possível identificar três fases na intervenção, atendendo quer às estratégias e metodologias utilizadas, quer aos actores intervenientes, quer ainda às dinâmicas geradas.

1) A Preparação da Fase de Transição

Nas situações de crianças e jovens que estão em transição das residências de acolhimento para meio natural de vida com ou sem uma medida de promoção e protecção, os Serviços Sócio Educativos das Residências (SSE), aquando da previsão da alteração de medida promovem a participação da T.E.I.A. na definição dos compromissos a estabelecer nos Acordos de promoção e protecção e nos Planos de intervenção definidos pela CPCJ e/ou tribunais, para que os mesmos sejam partilhados com a equipa que os irá executar.

2) A Fase de Transição

Nesta fase, a intervenção da T.E.I.A consiste na identificação e redefinição de necessidades e prioridades com a criança ou jovem, os pais, o familiar acolhedor, a pessoa idónea ou os representantes legais, parceiros proactivos neste processo, respeitando as suas necessidades, os seus ritmos de desenvolvimento psicossocial e negociando os objectivos estabelecidos. O acompanhamento da equipa efectiva-se após a autorização superior (autorização da Presidente do Conselho Directivo) da proposta de transição.

Áreas de Apoio na Fase de Transição

A intervenção sistémica visa desenvolver acções que se enquadram nas três grandes áreas de apoio definidas nos artigos 11º,12º,13º, do Decreto-Lei nº12/2008 - *Regulamentação das Medidas em Meio Natural*:

- **O Apoio Psicopedagógico** (art. 11º, do Decreto-Lei nº12/2008) prevê uma intervenção de natureza psicológica e pedagógica, tendo em conta as etapas do desenvolvimento da criança, do jovem ou do contexto familiar.
- **O Apoio Social** (art. 12º, do Decreto-Lei nº12/2008) consiste numa intervenção que envolve recursos comunitários e que procura garantir o desenvolvimento integral da criança ou jovem e a satisfação das necessidades sociais do agregado familiar.
- **O Apoio Económico** (art.13º, do Decreto-Lei nº12/2008) às crianças e jovens na fase de transição consiste na atribuição, se necessário, de subsídios de inserção para a manutenção da criança ou jovem, de modo a assegurar os cuidados necessários a

esta (actualmente o valor mensal é de 153,40€) e, sempre que se justifique, na atribuição de subsídios para o pagamento de despesas relacionadas com a aquisição do equipamento indispensável ao alojamento da criança ou jovem, tal como é descrito no n.º 3, do art. 13º, do Decreto – Lei n.º 12/2008 e alínea h do art. 5º, do Decreto - Lei n.º 397-A/2007.

A T.E.I.A. procura desenvolver uma intervenção que identifique, accione e/ou articule com a rede social de suporte (Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia, ONG e IPSSs da comunidade...), para que a família ou jovem venha a obter os apoios através destes mesmos serviços. Quando esta situação se verifica elabora-se um relatório e revêem-se as necessidades da família e da criança ou jovem e redefinem-se os apoios. Quando o apoio económico começa a ser atribuído através dos serviços comunitários é cancelada a atribuição por parte da CPL.

3) Conclusão do Processo de Acompanhamento – A Saída

Esta terceira e última fase da intervenção da equipa define-se como a **saída**. Quando nas avaliações (intermédias e finais) se concluir que os objectivos preconizados foram atingidos, com o consenso dos representantes legais, das crianças e jovens, propõe-se a **saída**. Nesta fase, avalia-se objectivamente o nível de aquisição das competências parentais dos representantes legais, o nível de aquisição de competências sociais das crianças e jovens e o nível de eficácia das parcerias comunitárias activadas.

Desde o início da intervenção que é definido e esclarecido junto da criança ou jovem e da família, a duração prevista para o acompanhamento na transição.

A Saída deverá ter em consideração os pressupostos definidos no art. 21º, do Decreto - Lei n.º 12/2008, nomeadamente:

- O fim do apoio é devidamente preparado, promovendo a participação activa e o envolvimento, neste processo, da criança/jovem e dos representantes legais. No caso das crianças e jovens abrangidos por medidas em meio natural, a saída é também acordada com a CPCJ ou o tribunal em causa.

- Autorizada superiormente a Saída, a T.E.I.A obtém o consenso dos representantes legais, da criança/jovem e em articulação com os serviços locais, e mantém-se informada sobre o percurso de vida da criança ou do jovem, por um período em regra não inferior a seis meses – “Follow up”; o conhecimento de qualquer perturbação no processo de desenvolvimento da criança/jovem é sinalizado à CPCJ ou ao tribunal. (cf. T.E.I.A, 2010:14)

2.3. O PERCURSO DE ESTÁGIO

A produção do presente relatório, tal como já foi referido surge no âmbito da realização de um estágio com crianças, jovens e suas famílias. Este teve como objectivo geral, fornecer uma familiarização com as práticas e as problemáticas da intervenção do assistente social no âmbito do acompanhamento e inserção de crianças, jovens e suas famílias, estando inserido na vertente acompanhamento social e inserção do mestrado em serviço social.

O percurso de estágio pode ser dividido em três fases que se cruzam no decorrer deste, ou seja, uma primeira fase de integração e de conhecimento da instituição, uma fase de interacção com a população-alvo e conhecimento das suas características, problemas, potencialidades, etc., e por fim uma fase mais activa, de participação e discussão na e sobre a intervenção.

Numa primeira fase, com o objectivo de integração da estagiária na equipa, foram analisados documentos existentes na Casa Pia de Lisboa, bem como documentos relativos à equipa de inserção e acompanhamento na transição, visando captar os princípios da instituição e orientação para a intervenção da equipa.

Numa segunda fase, após o conhecimento da instituição, objectivos, missão e metodologias de intervenção, procedeu-se à consulta de 29 processos psicossociais (constituídos pelas seguintes áreas: relatórios e medidas, criança/jovem, escola/formação, família e por fim, dossier de admissão) das crianças e jovens acompanhados pela equipa, possibilitando à estagiária a sua participação nas intervenções sociais/domiciliárias/comunitárias após conhecimento da população envolvida.

A equipa conta com 8 crianças e jovens em autonomia de vida e 11 em processo de reunificação familiar. No entanto, foram acompanhadas apenas oito famílias, que estavam a ser acompanhadas pela educadora com quem foi partilhado maior tempo de estágio, de modo a compreender um contínuo de situações e de acções a realizar. Esta educadora, para além destas famílias acompanha também jovens em autonomia de vida na comunidade, sendo que foi interessante a partilha de momentos com estes, apesar do foco do trabalho se dirigir para a reunificação familiar.

Aqui, foi privilegiada a riqueza da informação retirada da consulta dos processos psicossociais, a partilha de sentimentos por parte das crianças, jovens e famílias, as dificuldades e as potencialidades de cada caso.

Ao longo do percurso de estágio foram elaboradas grelhas de sistematização da experiência²¹ de modo a facilitar a análise das potencialidades e limites da intervenção em contexto de reunificação familiar, foram também registadas (em folha de registo próprias da instituição) as intervenções/acompanhamentos, nas quais a estagiária teve a possibilidade de participar.

Após consulta de processos psicossociais foi criada uma grelha que sistematização dos dados recolhidos nos processos psicossociais²² (idade, regime jurídico, situação actual/ocupação da criança/jovem e do agregado familiar, motivo do acolhimento, contexto de intervenção, entre outras) garantindo sempre o anonimato e a confidencialidade das crianças, jovens e respectivas famílias. Ainda no âmbito da consulta dos processos foi elaborado um mapa²³ que distribuiu as crianças/jovens por freguesias, com vista a identificar em que zona geográfica é que elas estão situadas após saída do acolhimento institucional, constatando-se que as crianças e jovens acompanhados estão distribuídos por

²¹ Estas grelhas foram elaboradas com o objectivo de sintetizar a experiência de estágio e podem ser consultados no anexo C.

²² Estas grelhas podem ser consultadas no anexo D.

²³ Consultar mapa de freguesias em anexo E.

18 freguesias²⁴, sendo que o maior número de jovens encontra-se a residir na freguesia de Benfica e Marvila.

Numa terceira fase deste percurso e, ainda em interacção com crianças, jovens e famílias, a estagiária em conjunto com a restante equipa (assistente social, psicólogo e educador) começou a identificar recursos sociais e a promover a cooperação entre os serviços através de reuniões, com o objectivo de consolidar as redes de suporte social e a criação de condições de bem-estar emocional e físico das famílias.

No âmbito da realização de relatórios psicossociais para tribunais e CPCJs (relatórios de acompanhamento de medidas de promoção e protecção, com parecer acerca da revisão ou cessação das mesmas e relatórios de sinalização de situações de perigo), bem como, no âmbito da realização de relatórios internos para a direcção do CED ou para o conselho directivo da CPL de manutenção do processo de transição e de saída da instituição, foi solicitado à estagiária que colaborasse na execução dos mesmos juntamente com os educadores, a assistente social e o psicólogo da equipa, possibilitando a participação na reflexão acerca das situações (diagnóstico, intervenção e pareceres), no esclarecimento de situações, na leitura dos mesmos e das histórias sociais e familiares de cada caso, com o objectivo desta se familiarizar com o conteúdo deste tipo de relatórios, com a forma de os elaborar e com os serviços e actores envolvidos nestes processos.

2.4. OS ACTORES ENVOLVIDOS

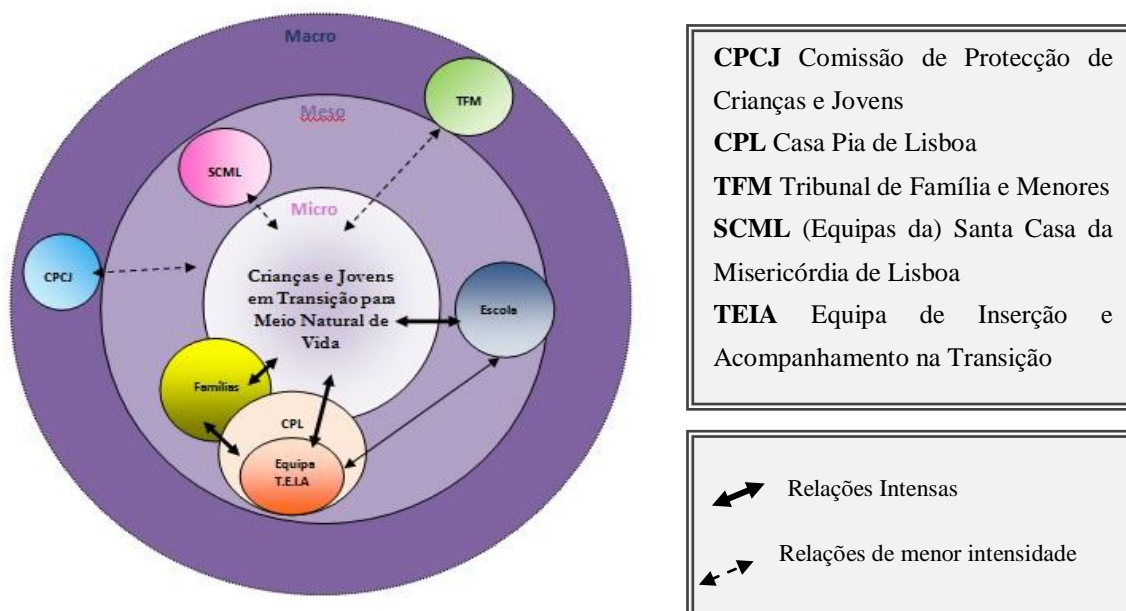
“A vida de um sistema (...) é a história da relação entre os seus constituintes, sendo que estes podem ser quaisquer elementos que se encontram em relação de forma transitória ou contínua” (Gameiro, 1992, in Guadalupe, 2009:30).

A T.E.I.A. apresenta-se com um sistema de acção em que interagem um conjunto diversificado de actores, mais propriamente, as crianças e jovens em transição, as famílias, as Equipas da SCML, a escola, a CPCJ e o TFM. A Figura 2 representa os actores que

²⁴ Mafra, Rio de Mouro, Oeiras e São Julião da Barra, Casal de Cambra, Frielas, Santo António dos Cavaleiros, Santa Iria da Azóia, Buraca, Benfica, Ajuda, Alcântara, Graça, Socorro, Marvila, Lumiar, Campo Grande, Barreiro, Samora Correia.

integram o sistema de acção da resposta, e também a intensidade das relações estabelecidas entre os mesmos, realçando-se o triângulo formado entre a equipa, as famílias e as crianças/jovens, sendo este o foco central da intervenção.

Figura 2 Sistema de Acção da equipa de inserção e acompanhamento na transição



Fonte: Própria, 2011

A fase de execução e acompanhamento das crianças e jovens ao abrigo das medidas em meio natural e dos jovens sem medidas de protecção mas em percurso de autonomia de vida na comunidade e/ou de inserção familiar é assegurado por uma equipa técnica multidisciplinar (Assistente Social, Psicólogo e Educador).

Esta é constituída por uma coordenadora que acumula funções de serviço social, um psicólogo e quatro educadores sociais, cujas funções estão claramente definidas, como é possível verificar na tabela 2. O rácio por cada educador é de 10 crianças / jovens / família. No que se refere ao rácio por assistente social e psicólogo é de 30 crianças / jovens / famílias

Tabela 2: Funções da T.E.I.A.

Equipa T.E.I.A	Funções
Serviço Social	<p>Accionar e activar a rede social de suporte da família, criança ou jovem;</p> <p>Elaborar diagnósticos sociais e definir planos de intervenção;</p> <p>Realizar entrevistas familiares e visitas domiciliárias;</p> <p>Planear e dinamizar actividades inseridas em programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;</p> <p>Fomentar a participação dos educandos e respectivas famílias, enquanto agentes de mudança, numa perspectiva de <i>empowerment</i>;</p>
Psicologia	<p>Realizar avaliações psicológicas às crianças/jovens que possibilitem uma melhor compreensão das situações e que permitam estabelecer linhas orientadoras para uma intervenção sustentada junto das mesmas;</p> <p>Orientação e encaminhamento profissional;</p> <p>Identificar necessidades especiais, avaliar necessidades, factores protectores e de risco, na óptica da psicologia do desenvolvimento;</p> <p>Prestar apoio à Equipa na reflexão sobre a intervenção social, familiar, comunitária e educativa na perspectiva da psicologia;</p>
Educação Social	<p>Adoptar uma atitude educativa, formativa, empática, securizante e assertiva face às crianças/jovens e suas famílias ou representantes legais;</p> <p>Detectar necessidades, interesses e motivações dos educandos;</p> <p>Informar os educandos sobre os recursos da comunidade da área de residência e inseri-los de acordo com as suas necessidades;</p> <p>Identificar e analisar factores protectores e de risco;</p> <p>Acompanhar em conjunto com a família e/ou criança/jovem, o percursos escolar/formativo, e/ou a inserção profissional;</p> <p>Promover competências parentais, e a educação para o optimismo;</p>

Fonte: Casa Pia de Lisboa, 2006

Trata-se de uma resposta que define como principal foco de intervenção as crianças/jovens, considerando que é nele que se deve centrar toda a atenção de forma a iniciar um processo de inserção e só depois acciona os outros sistemas: família, escola, tribunal, CPCJ e equipas da SCML.

O trabalho de acompanhamento e articulação com a família, escola e/ou entidade formativa onde a criança/jovem ocupa maior parte do seu tempo é importante para que se percepcione como esta vive a sua dimensão familiar, o seu futuro escolar/profissional e a relação com a restante comunidade.

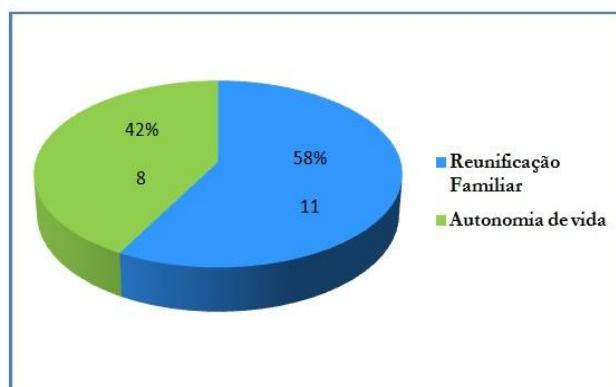
2.5. AS CRIANÇAS E OS JOVENS ACOMPANHADOS

Após a identificação dos actores envolvidos nesta intervenção, importa perceber que crianças e jovens são acompanhados, quais as suas características. Através da leitura dos processos psicossociais das crianças/jovens envolvidas(os) foi construída uma grelha de análise que facilitou a organização e a leitura dos dados. (ver anexo D).

Ao longo do tempo de existência desta resposta social verifica-se que o número de crianças e jovens acompanhados tem vindo a variar, pois estes entram no processo de transição e são acompanhados durante um máximo de dois anos, excepto em situações devidamente justificadas.

No momento da recolha dos dados (de Outubro de 2010 a Janeiro de 2011), verificou-se que em acompanhamento estão 29 crianças/jovens. Deste total, 8 jovens encontram-se em autonomia de vida e 11 em contexto de reunificação familiar, tendo este número de crianças e jovens inseridos na família de origem (embora por vezes inseridos num agregado familiar alargado) despertado curiosidade por parte da estagiária.

Gráfico 1: Contextos de intervenção

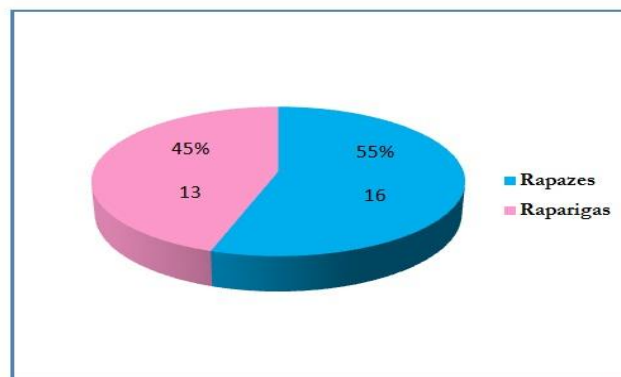


Fonte: Própria, 2011

Neste momento, as crianças e jovens acompanhados residem nas seguintes freguesias: Mafra, Rio de Mouro, Oeiras e São Julião da Barra, Buraca, Benfica, Ajuda, Alcântara, Graça, Socorro, Casal de Cambra, Frielas, Santo António de Cavaleiros, Santa Iria da Azóia, Campo Grande, Lumiar, Marvila e Samora Correia, embora dois dos jovens se encontrem a residir em Inglaterra não sendo incluídos no mapa por estarem em processo de saída. (ver anexo E).

Constata-se que são acompanhados 16 rapazes e 13 raparigas, sendo que 2 crianças/ jovens são de nacionalidade cabo-verdiana e as restantes de nacionalidade portuguesa (ver anexo D)

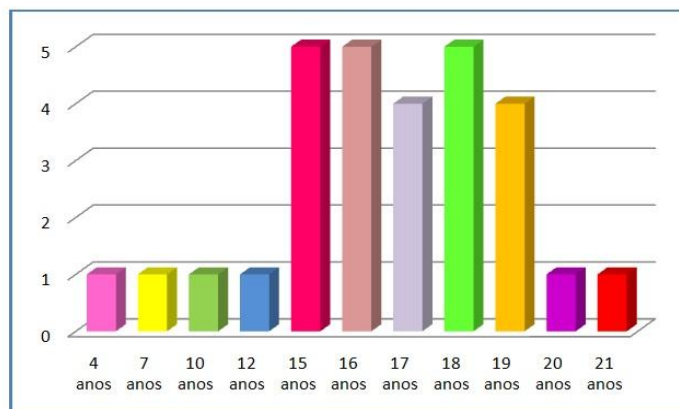
Gráfico 2: Distribuição das crianças e jovens por sexo



Fonte: Própria, 2011

É curioso que este acompanhamento abranja crianças e jovens das mais variadas idades, desde os 4 aos 21 anos, sendo que os jovens mais velhos estão em autonomia de vida, visto que não foi possível encontrar outra resposta alternativa, pelas características ou circunstâncias do caso.

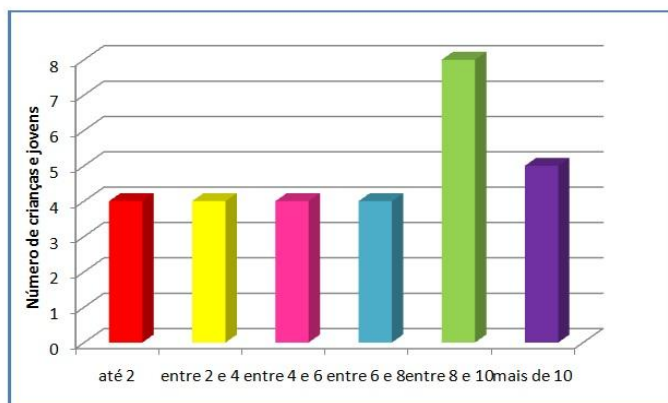
Gráfico 3: Idades das crianças e jovens acompanhados pela equipa



Fonte: Própria, 2011

Através desta resposta especializada e individualizada às crianças/jovens em transição, pretende-se reduzir o tempo de acolhimento e de reincidência, consolidando uma rede social de suporte e promovendo a co-responsabilização das famílias e da comunidade. No entanto, verifica-se que existem jovens com longos anos de acolhimento. Após verificação de dados, surgem crianças e jovens com um mínimo de 10 meses de acolhimento e um máximo de 15 anos.

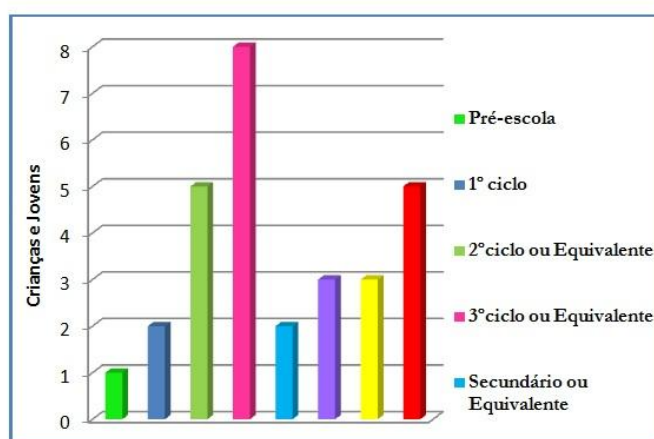
Gráfico 4: Duração do Acolhimento Institucional



Fonte: Própria, 2011

Outro aspecto que ressalta na caracterização dos jovens acompanhados pela equipa é a fragilidade da sua situação escolar e sua ocupação actual. Através da observação do gráfico 5, apresenta-se a distribuição dos jovens pela sua situação escolar/ocupação actual, sendo possível concluir que a sua escolaridade se encontra entre o 6º e o 9º ano, existindo uma maior incidência no 2º e 3º ciclo do ensino básico ou grau equivalente, enquanto 5 jovens se encontram desempregados ou à procura de Emprego.

Gráfico 5: Situação Escolar e Ocupação Actual



Fonte: Própria, 2011

A leitura dos percursos de vida dos jovens em estudo, a um nível social e individual permite identificar os níveis de influência sobre a probabilidade de ocorrência de situações de risco, características provenientes do seu contexto social, económico e familiar após saída do acolhimento institucional (ver anexo D).

É possível identificar, a partir da leitura dos processos psicossociais das crianças e jovens acompanhadas pela equipa, as seguintes características:

- Número significativo de famílias monoparentais e reconstituídas;
- A negligência surge como uma problemática vivida pela maior parte dos agregados familiares que levou ao acolhimento institucional;

- A toxicod dependência, o alcoolismo, o desemprego, a prostituição, problemas do foro psiquiátrico surgem também como problemáticas associadas à situação do acolhimento da criança/jovem;
- Famílias com baixo nível socioeconómico;
- Precariedade económica e social;
- Subsiste um elevado número de problemas após saída do acolhimento.

Após a análise das características das famílias acompanhadas pela equipa de inserção e acompanhamento na transição, e através da Direcção Geral de Acção Social, verifica-se que estas famílias podem ser agrupadas nas seguintes tipologias:

- **Famílias funcionalmente deficitárias** – alguns pais adolescentes, psicologicamente imaturos, com dificuldades ao nível das competências parentais, imposição de regras e limites, pais com problemas associados (exemplo: doença do foro psiquiátrico).
- **Famílias expostas a elevados factores de stress** pela presença no grupo familiar de perturbações mentais, doenças crónicas, pessoas com deficiências ou comportamentos desviantes (como a toxicod dependência, alcoolismo, prostituição, etc.).
- **Famílias com fraca inserção em redes sociais de apoio** – é o caso das famílias estigmatizadas com falta de suporte social, especialmente quando monoparentais.
- **Famílias numerosas com baixos rendimentos**, baixos níveis de instrução, condições habitacionais precárias, com presença de abandono escolar precoce ou trabalho infantil.

Face a esta tipologia de famílias, é necessário trabalhar alguns aspectos importantes como a capacitação para que resolvam os seus próprios problemas, fazendo frente aos contextos em que estão inseridas e permitindo o desenvolvimento integral das crianças e jovens que estão à sua responsabilidade.

Ao analisar o percurso destas crianças e jovens constata-se que existem experiências que marcam os primeiros anos da sua vida. São jovens cuja trajectória de vida foi marcada por incidentes críticos, tal como a negligência, maus-tratos, problemáticas associadas como toxicod dependência, prostituição, alcoolismo, estando expostos ao perigo, situação esta que

os levou ao acolhimento institucional, o que implica uma maior possibilidade de estarem sujeitos a factores de risco após saída da instituição e retorno à sua família de origem.

2.6. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Importa agora perceber que famílias são estas, que características partilham para perceber como podem ser superados os factores de risco a que podem estar sujeitas. Através da análise dos processos psicossociais dos educandos, das visitas domiciliárias e acompanhamento das famílias, constata-se que a separação das famílias das crianças/jovens em acolhimento institucional não resulta de um factor único, estas apresentam alguns problemas que afectam vários elementos da família e que são necessários debelar. São exemplos: a negligência, o alcoolismo, o tráfico de droga, a prostituição, a toxicoddependência, a violência doméstica, a depressão, o desemprego, a debilidade mental, entre outros, tal como referido anteriormente, sendo estes resultantes de trajectórias de vida e do contexto em que as famílias estão inseridas.

Estas famílias podem assim, ser descritas como aquelas onde não existe um problema concreto e único, mas sim uma combinação de problemas, vividos em simultâneo ou em sequência, sendo até denominadas por Sousa (2005) e de uma forma talvez provocadora como famílias multiproblemáticas. Mas serão estas famílias o problema, ou tratar-se-á de famílias com problemas? Deste modo, esta denominação deixará um pouco a desejar, ao considerar que o problema está nas famílias.

De acordo com a autora acima referida, considera-se que “os sintomas individuais desempenham um papel secundário face ao sintoma familiar: a tendência para o caos e para a desorganização”, o que não acontece em todos os casos, mas na sua maioria.

No entanto, após a reunificação familiar estas podem ser encaradas como “famílias de risco ou em risco, ou seja, famílias em que o risco é concebido como um factor que predispõe os indivíduos a efeitos negativos e indesejáveis” e ao qual é preciso estar atento para que a criança não retorne novamente ao acolhimento institucional. Portanto, uma família de risco é aquela em que os factores de risco estão presentes e a probabilidade de o efeito negativo ocorrer é elevado, facto este que traz consequências para as crianças/jovens que vivem no

agregado e que traduz a necessidade de apoio em fase de transição (cf. Cowan e Shulz, 1996 in Sousa et al, 2007:16).

Um aspecto importante para compreender o padrão que caracteriza estas famílias é analisar o seu funcionamento familiar, com base nos acompanhamentos e intervenções presenciadas, nas visitas domiciliárias e nas conversas informais com os profissionais da equipa.

Nestas famílias são “*frequentes as rupturas e reconciliações nas relações; por exemplo, relações amorosas que começam e terminam em pouco tempo ou zangas que levam à saída de um membro*”. Assim, estas famílias são caracterizadas pela instabilidade na estrutura e nas relações (cf. Sousa et al, 2007), como se pode constatar através dos acompanhamentos efectuados em conjunto com a equipa:

Mãe vive com os três filhos, todos filhos de pais diferentes, apresentando instabilidade nas suas relações, tendo frequentes rupturas e reconciliações. O pai da filha mais nova não é conhecido, e a relação com os pais dos outros dois filhos é conflituosa, sendo que a mãe atribui a culpa da institucionalização ao pai de um destes (F1 – Contexto/Relação Familiar²⁵).

O sentido de objectivos escasseia na generalidade, as energias são gastas em conflitos imediatos e conjunturas de emergência e de sobrevivência. Daqui resulta que as “*funções familiares sejam realizadas de forma insatisfatória, tanto nos aspectos organizativos (gestão doméstica, protecção das crianças...) como nos mais relacionais (gestão de conflitos, estabilidade afectiva)*” (Sousa, 2005:20).

²⁵ A codificação dos discursos dos actores foi baseada nos três tipos de população, cujos extractos foram sistematizados em grelhas de análise. Deste modo F significa família, CJ identifica as crianças e jovens e, por fim, P designa os profissionais da equipa de inserção e acompanhamento na transição. Junto a estas designações surgem as dimensões de análise: dinâmicas de sobrevivência económica; percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar; relação com a equipa; contexto/relação familiar; competências parentais; processos de intervenção. Assim, as grelhas poderão ser consultadas, associando o tipo de actor com a dimensão de análise, em anexo F.

A hierarquia de poder, por vezes nestas famílias, está comprometida, porque não é assumida de forma contínua e assertiva, acabando por se dispersar por várias figuras que assumem a liderança alternadamente, tendo como consequência a falta de regras e limites.

A avó tem dificuldades em impor o seu papel educativo, desta forma a hierarquia de poder não é assumida de forma contínua e assertiva, acabando por se dispersar por várias figuras que assumem a liderança alternadamente, tendo como consequência a falta de regras e limites (F4 – Contexto /relação familiar).

Quanto à comunicação, esta pode ser descrita como caótica em algumas famílias, ou seja, onde há um intercâmbio limitado de informação entre os elementos e a presença de mensagens com mais ressonância relacional do que comunicacional. Por vezes, as interações entre os membros são dominadas por negatividade, culpabilidade e crítica constante, incapacidade de conceptualizar o futuro e de controlar os impulsos (cf. Sousa *et al*, 2007:21).

A mãe é ambivalente ao nível do estilo parental, alterando entre um estilo autoritário e permissivo, não dando espaço para o seu filho crescer, protegendo-o e, por vezes sendo rígida demais sem ter em conta a idade e o desenvolvimento deste. Teve episódios em que chamou nomes ao filho em frente á equipa, deixando o jovem envergonhado e com a noção que não serve para nada e que tudo o que faz está mal. Deste modo, o jovem tenta mostrar que é superior através da força, e é assim que ele resolve os problemas com os colegas, porque sabe que nesse aspecto ele ganha por se tratar de colegas mais novos e mais pequenos (F3 – Contexto/ relação familiar).

Os limites classificam-se pelo desmembramento, isto é, pela grande distância entre os membros e fronteiras pouco definidas ou excessivamente permeáveis. No interior da família, as regras a operar reduzem-se ao mínimo, traduzindo-se na distância entre os membros e na facilitação, apesar disto, “a individuação é apenas fácil na aparência, pois a

escassa nutrição emocional converte-se na precária autonomia dos membros” e na sua imaturidade (cf. Sousa et al, 2007:21).

Por sua vez, a instabilidade conjugal impede o amadurecimento das relações o que se verifica nalguns casos, portanto ou existem desavenças constantes ou vivem oscilantes entre momentos de grande paixão seguidos de períodos de agressividade, o que não acontece apenas na relação conjugal mas também por vezes na relação entre pais e filhos. Acresce que, por vezes, um dos membros do casal apresenta perturbações ao nível da doença mental, raramente revelando capacidades executivas ao nível das tarefas familiares, ao nível dos cuidados básicos e de desenvolvimento dos filhos (cf. Weizman, 1985 in Sousa et al, 2007:21). Neste caso, e mesmo em contexto de reunificação familiar, opta-se pelo desenvolvimento de competências individuais na criança/jovem de forma a ultrapassar a dependência face a um familiar também ele, de certa forma, dependente.

Criança e jovem acolhidas na instituição por 4 e 13 anos respectivamente. A jovem foi acolhida por negligência por parte dos pais, e a criança além das dificuldades dos pais em corresponder às suas necessidades, foi retirada por suspeita de abuso sexual. Situação de fragilidade económica. A mãe vive num quarto alugado e apresenta debilidade mental ligeira (CJ6 – Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Assumindo que a conjugalidade está associada à parentalidade, a inconstância conjugal arrasta, por vezes, a deterioração da função parental. A parentalidade parece degradar-se, por tender a dispersar por várias figuras (cf. Fulmer, 1989 in Sousa et al, 2007:21). A existência de várias figuras potencialmente parentais tende a envolver ausência de referências, porque o cuidar dos mais novos fica a cargo do membro que tiver mais disponibilidade, por vezes, dos pais, avós ou irmãos.

Outro elemento que surge na maioria das famílias acompanhadas pela equipa é a raridade de uma carreira profissional, ou a instabilidade desta. Muitos encontram-se desempregados, destes apenas alguns recebem o rendimento social de inserção, subsídio de desemprego, ou reformas de baixo valor, alguns trabalham na construção civil, em

trabalhos precários ou de economia informal, e vivem com a inconstância de receber ordenado ao final do mês.

Eu fui despedida do restaurante onde trabalhava, agora só o meu marido é que vai fazendo uns biscates na área da construção civil (F5 – Dinâmicas de sobrevivência).

A gestão financeira ou a relação com o consumo assume, em alguns casos, contornos estranhos para quem observa (cf. Sousa *et al*, 2007:33). Estas famílias têm dificuldades em gerir rendimentos e definir prioridades, no entanto, quando falamos de famílias com uma combinação de problemas, cujos filhos já estiveram em acolhimento institucional e que o projecto de vida em meio natural de vida foi conseguido, nem sempre são pobres ou de classes socioculturais mais desfavorecidas, apesar de estas representarem um núcleo quantitativamente elevado e mais visível, quer para técnicos quer para a comunidade:

Mãe está desempregada e tem dificuldade em manter um emprego passando já por vários restaurantes e acabando no desemprego, o pai recebe o rendimento social de inserção e faz alguns biscates na área da construção civil. A mãe assume uma relação com o consumo de certo modo extravagante, tem dificuldade em gerir os rendimentos e em definir prioridades, tem cartões de crédito e apresenta já dívidas no banco devido aos gastos acumulados (F5 – Dinâmicas de sobrevivência).

Todas estas características enunciadas são influenciadas também por um conjunto de factores que, interagindo entre si, podem desencadear situações ou condicionalismos à satisfação das necessidades das crianças e jovens. Estando perante famílias de risco, a legitimidade da intervenção circunscreve-se aos esforços para superação do mesmo, tendo em vista evitar o eclodir do perigo, através de estratégias e acções integradas.

Com o objectivo de perceber quais os factores críticos e de força na intervenção em contexto de reunificação familiar, interessa compreender de que forma a equipa trabalha com estas famílias, quais os pontos fortes e quais os pontos fracos da intervenção.

3 - RETRATOS DE FAMÍLIAS: DISCURSOS (SOBRE) VIVER

No presente capítulo, pretende-se apresentar uma sistematização e análise do material empírico, de modo a compreender as trajectórias de vida destas famílias, a sua capacidade de sobrevivência e a especificidade dos processos de intervenção junto destas.

Com o objectivo de sintetizar o material recolhido foram elaborados registos de intervenção, grelhas de sistematização da experiência e, por conseguinte construídas grelhas de análise desses mesmos registos de modo a facilitar a compreensão.

Os discursos dos actores, principalmente das crianças, jovens e suas famílias, foram por vezes apreensivos e tristes, transmitindo momentos inquietantes das suas trajectórias de vida, que quando comparadas com as histórias de tantas outras crianças e famílias parecem reais actos de heroísmo pela sua capacidade de sobrevivência. Como refere Pedro Strecht (2000) “*a especialidade destas crianças (e famílias) é viver*”, portanto mesmo que os seus discursos transmitissem momentos mais ou menos dolorosos, estes apresentam sempre uma esperança de mudança.

Interessa assim reflectir acerca de questões que são por vezes esquecidas ou ignoradas relativamente a uma intervenção que se deseja capaz e onde as pistas de resposta poderão servir de base para uma reflexão entre os profissionais desta área.

3.1. TRAJECTÓRIAS DE VIDA: ENTRE AS NECESSIDADES E AS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE

As evoluções e transformações que caracterizam de modo significativo a sociedade actual, não excluem a família. Embora esta seja “*considerada uma das instituições mais persistentes no tempo, a mudança social reflecte-se amplamente na família, arrastando-a desde os processos de industrialização e urbanização para novas realidades, às quais tem procurado adaptar-se*”. Porém e dada a visibilidade que a família assume na sociedade também esta procura ajustar as instituições às exigências e necessidades das famílias. Face a isto, pode-se falar de “*influências recíprocas entre a família e a sociedade*” (Dias, 2000:82).

Relativamente às mudanças que ocorreram na família, tal como em qualquer aspecto da vida moderna, deveram-se sobretudo à constituição da sociedade industrial como referido anteriormente. À família pertence agora o papel de projectar estas mudanças e criar novos espaços para os seus membros, isto porque os elementos estruturais da sociedade produziram e continuam a produzir as suas consequências, trazendo mudanças para as famílias. Assim, pode-se dizer que esta resulta de um conjunto complexo e dinâmico de variáveis intra-familiares e extra-familiares, em que as suas relações com o contexto sociocultural, passa pela evolução que caracteriza o mundo de hoje, portanto não pode ser vista fora deste contexto e desta realidade (cf. Dias, 2000:89).

a) Dinâmicas de sobrevivência

As práticas sociais, económicas, de saúde, educação e segurança vigente nos diversos contextos nos quais a família se insere, são exemplos da influência externa no ambiente familiar. Estas influências podem apresentar factores de risco e /ou protecção para os seus membros ou para a família como um todo.

De acordo com os discursos, acompanhamentos e reuniões de equipa, constata-se que existe um elevado número de famílias acompanhadas, em situação de vulnerabilidade social e económica que depende do contexto em que se inserem, da estrutura organizacional da sociedade e do período que esta atravessa relativamente aos números elevados de desemprego.

Lá em casa somos muitos (...) e agora só o meu irmão é que trabalha. Eu às vezes vou ajudá-lo a distribuir a publicidade, mas tenho que me levantar muito cedo (...). Este Natal as coisas vão estar mesmo complicadas, só temos o ordenado do meu irmão e a reforma da minha avó.

(...) Às vezes a comida não chega até ao final do mês, tentamos é ter sempre leite ou qualquer comida para a filha da minha irmã, por exemplo, se só há um pacote de leite, ninguém bebe porque é para ela (CJ2 – Dinâmicas de sobrevivência económica).

A mãe desta jovem trabalha como empregada interna num lar de idosos e neste sentido é dependente da patroa, tanto ao nível da habitação (reside com a filha e o namorado desta num quarto), ao nível da alimentação e a nível monetário. Esta tem dificuldades na gestão das actividades do quotidiano e ao nível da autonomia. As condições da habitação são precárias (F8 – Dinâmicas de sobrevivência económica).

Verifica-se situações de vulnerabilidade, em que por vezes o dinheiro não chega para sustentar toda a família e, conseqüentemente o desemprego atormenta os elementos do agregado. No entanto, surge também uma sensibilidade para a entreatada entre os membros, de modo a garantir que a única criança que vive no agregado tem alimentação.

Já no segundo exemplo, trata-se de um agregado que nunca foi autónomo estando sempre dependente de serviços e pessoas que o ajudam, visto que esta mãe apresenta dificuldades ao nível da autonomia e independência, influenciada pelo facto de apresentar debilidade mental.

A precariedade das condições de habitação surge como outra situação também presente na vida das famílias acompanhadas pela equipa, sendo esta dependente da situação económica em que estas vivem.

Moram os três juntos no mesmo quarto, a mãe, a filha e o namorado desta. Trata-se de uma senhoria que os ajuda, e em troca de serviços oferece-lhes habitação e a satisfação das necessidades básicas (P1- Dinâmicas de sobrevivência económica).

A dificuldade de relação com o trabalho é um dos pontos também identificados na vida destas famílias. Este encontra-se no centro da problemática da exclusão social e da satisfação das necessidades básicas da família. O exercício de uma actividade permite assegurar, através dos rendimentos que proporciona a satisfação das necessidades elementares (alojamento, alimentação, vestuário, saúde, educação, etc.) e a segurança que lhe está ligada. Nas famílias acompanhadas verifica-se a ausência de carreira profissional,

a instabilidade da carreira, o emprego precário e o desemprego estando na origem da precariedade económica e social em que estas vivem (cf. Clavel, 2004:67).

O meu pai trabalha numa empresa de construção civil, dá para pagar as despesas da casa e do dia-a-dia, comida nunca falta, há sempre carne e alguma coisa para acompanhar, mas não conseguimos fazer uma alimentação variada, tem outros custos... (CJ2 – Dinâmicas de sobrevivência económica).

(...) Antes da institucionalização das crianças, mãe suportava as despesas do dia-a-dia com dois empregos, deixando as crianças sozinhas em casa durante o tempo que estava fora. Tendo várias sinalizações de vizinhos que se aperceberam que as crianças saiam à rua sozinhas, para junto do portão da casa (CJ1 – Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Neste último extracto é possível verificar a situação ambivalente em que se encontram estas famílias. Estas tendem a ser condenadas por não ter uma inserção estável no mercado de trabalho e conseqüentemente por não conseguir sustentar as suas crianças, sendo-lhes retiradas. No entanto, se uma mãe tenta corresponder às necessidades das crianças e jovens com dois empregos, ausentando-se de casa e deixando os seus filhos sozinhos, estes são-lhe retirados por negligência e abandono. Isto querará dizer que existem sectores da sociedade que não podem ter filhos? Ou pessoas que não podem ter um emprego?

Parece que estas famílias são vítimas por ter e por não ter, porque de facto a sua condição de vulnerabilidade económica afecta-as desde logo colocando-as numa situação de desvantagem social, levando-as a procurar estratégias de superação. Por outro lado, estas são condenadas pela estratégia utilizada para se adaptar aos problemas.

A negligência e abandono por que são retiradas estas crianças e jovens, além de ser uma definição legal, parece não corresponder exactamente ao que se passa realmente, porque

para além destes conceitos, existe um conjunto de factores que leva estas famílias a ter determinado comportamento.

Verifica-se assim, um conjunto de factores externos que desencadeiam comportamentos intrafamiliares que podem comprometer a saúde física e/ou emocional dos membros da família e/ou da família como um todo.

b) A transparência de famílias em situação de vulnerabilidade social e económica

Os factores socioeconómicos e socioculturais resultantes da organização que caracteriza a sociedade contemporânea, actuam como facilitadores de disfunções familiares, quer ao nível das oportunidades, quer da satisfação das necessidades das crianças e jovens, entre outras. Deste modo, todas as famílias são vítimas inevitáveis de um contexto mais alargado que é a dinâmica relacional da família com o meio social envolvente (cf. Barudy, 1998:75).

Irmão é responsável pela jovem em transição, embora esta ainda esteja tutelada à Casa Pia de Lisboa até atingir a maioridade. O agregado familiar é constituído por este irmão e a namorada, a jovem acompanhada, uma irmã, o seu marido e a filha de ambos, e uma avó. Neste, apenas o irmão trabalha numa empresa de publicidade e a avó recebe reforma por invalidez. Por vezes a comida não chega para o mês (...) (F4 – Dinâmicas de sobrevivência económica.).

(...) O que eu recebo dá perfeitamente para eu viver mais o meu filho, mas quando a minha filha me pede ajuda torna-se complicado, eu não consigo suportar as despesas de mais dois elementos, porque é mais água, mais luz, mais compras, etc. No outro dia eles pediram-me para ficar lá em casa e eu tive que lhes explicar. É que já uma vez eles estiveram a viver lá em casa por uns tempos quando saíram da casa onde estavam e paguei muito mais de contas, e a casa também não é muito grande, não é que eu não a queira lá porque eu gosto de a ter lá, mas é difícil.

Através da análise de discursos, acompanhamentos efectuados e de estudos relacionados, constata-se que é o contexto social que envolve as famílias, que influencia a invasão da barreira da intimidade destas. Verifica-se que são as famílias carenciadas as que mais são invadidas pelos serviços, constatando-se pelo número de famílias acompanhadas pelos diversos serviços de acção social, instituições e, como não podia deixar de ser, acompanhadas pela equipa de inserção e acompanhamento na transição. Devido ao contexto social envolvente e às fracas oportunidades de vida, que dificultam a satisfação das suas necessidades, estas são as famílias mais propensas a serem denunciadas, uma vez que estão expostas ao olhar da sociedade e a pedidos de ajuda, associados ao défice de condições económicas que poderão propiciar actos ou omissões que colocam as suas crianças ou jovens em perigo.

De facto, o desemprego, o trabalho precário e a ausência de um emprego estável afecta a maior parte destas famílias e torna-se um factor crítico na intervenção, quando nos deparamos com famílias que não têm ou que têm fraca fonte de rendimento. Assim, é necessário trabalhar com elas sobre este elemento de inserção na sociedade. Para Clavel (2004), a questão do trabalho gera um estatuto social, ou seja, uma posição identificada e reconhecida na sociedade, para além de possibilitar a satisfação das necessidades elementares dos indivíduos. O trabalhador encontra-se no centro de um conjunto de solidariedades que o fazem existir no plano relacional (relações de trabalho, possibilidade de construir uma família, etc.) e institucional (protecção social, etc.), dando sentido à existência e assegurando a integração dos indivíduos na sociedade. Deste modo, verifica-se que são as famílias mais pobres, as sacrificadas por se afastarem de um conjunto de relações sociais e as impossibilitarem de atingirem os valores da sociedade em que vivemos.

Importa lembrar que os maus-tratos a crianças e jovens afectam, na generalidade, todos os meios sociais, embora de maneiras diferentes. No entanto, são as famílias pobres, sem dúvida, as mais controladas devido à dependência das instituições e *práticas de suspeição*. Estas inscrevem-se num pano de fundo de uma cultura que, adoptando o ponto de vista de Clavel (2004), se poderia chamar de *suspeição*, que marca profundamente o olhar negativo da sociedade relativamente às famílias pobres. Esta cultura da *negatividade* está, sem dúvida, ligada à dificuldade em compreender a lógica dos comportamentos destas famílias

com necessidades económicas, comandadas normalmente pela necessidade de sobrevivência.

Já as famílias mais favorecidas economicamente, são na verdade autoras de tipos de violência contra a criança ou jovem, mais requintados (como por exemplo o mau trato psicológico) que por não deixar marcas visíveis são camufladas e ignoradas pela sociedade que olha para estas de forma positiva.

3.2. A RELAÇÃO DA CRIANÇA²⁶ COM A INSTITUIÇÃO E A FAMÍLIA

Devido a um conjunto de acções ou omissões que colocam a criança/jovem em perigo, esta é institucionalizada quando não restam alternativas em meio familiar para alterar a situação em que se encontram.

Após institucionalização a necessidade de envolver todos os intervenientes (família, crianças e jovens) no processo é imprescindível, porque só em rede e coesão, a finalidade da mesma pode complementar danos e estimular as potencialidades.

A ligação entre o educando, a instituição e a família define-se como algo a construir no tempo, com o objectivo de estabelecer uma interacção dinâmica que possibilite um trabalho de equipa. Deste modo, é necessário tomar consciência das dificuldades existentes na educação e satisfação das necessidades da criança/jovem e do trabalho a promover com as famílias, onde a relação com a equipa se torna um aspecto importante na perspectiva dos actores.

Aqui, também a importância da família assume um lugar significativo e interessante nos discursos dos actores (crianças, jovens e profissionais), tal como a ambivalência no regresso à família devido aos longos anos de instituição.

a) Problemáticas associadas ao acolhimento institucional

Através do acompanhamento a estas famílias foi possível identificar situações essencialmente de negligência, abandono e suspeita de abuso sexual, como as

²⁶ Adoptou-se a expressão criança, no entanto esta refere-se a criança e jovem, de modo a facilitar a leitura

problemáticas vividas pela maior parte dos agregados familiares que levaram ao acolhimento institucional das suas crianças e jovens. Estas podem ser consideradas situações que derivam de contextos de vulnerabilidade social económica, de ausência de oportunidades de vida, de constrangimentos implicados no ambiente social, entre outros referidos anteriormente, que levam as famílias a situações de crise, desencadeando comportamentos que afectam as suas crianças e jovens.

As situações de negligência, abrangem a falta de higiene, deficiente alimentação, investimento afectivo deficiente, falta de cuidados de saúde, entre outros (cf. Ramião, 2010:30). Por vezes, por negligência dos pais, do seu representante legal ou de quem tenha a guarda de facto, por não proporcionarem às crianças/jovem as suas necessidades básicas de amor e segurança, de uma alimentação adequada, de cuidados médicos e educação colocam-na numa situação de perigo, levando-a ao acolhimento institucional quando a situação não pode ser remediada na família.

Jovem acolhido em instituição durante 3 anos, por negligência. A mãe tinha dificuldades em satisfazer as necessidades básicas dos seus filhos, e os episódios depressivos por parte desta dificultou a situação, acrescentando ao facto de estar desempregada e à carência socioeconómica do agregado familiar (...) (CJ3 – Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Criança acolhida durante 11 anos em instituição, por negligência. Pais tinham dificuldades ao nível da satisfação das necessidades básicas dos filhos, higiene, alimentação, saúde, supervisão parental e organização da vida diária (CJ5 - Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Já o conceito de abandono, contido na alínea a) do artigo 3º da lei de promoção e protecção de crianças e jovens em perigo, refere-se ao abandono de facto e corresponde à noção corrente de abandono, ou seja, traduz uma situação em que a criança ou jovem foi abandonada à sua sorte, ficando desamparada, desprotegida, não revelando os pais, o seu

representante legal ou quem tenha a guarda de facto, qualquer interesse pelo seu destino. Por sua vez, o conceito de “criança entregue a si própria” corresponde às situações abrangidas pela definição de “abandono”, ou seja, trata-se de crianças e jovens que não estando em situação de abandono encontram-se em situação de total desprotecção, dependentes delas próprias, sem qualquer apoio familiar ou outro, como é o caso do exemplo seguinte recolhido através de conversas informais e da consulta dos processos psicossociais dos educandos.

Crianças acolhidas no centro de acolhimento temporário por negligência. Antes da institucionalização das crianças, mãe suportava as despesas do dia-a-dia com dois empregos, deixando as crianças sozinhas em casa durante o tempo que estava fora. Tendo várias sinalizações de vizinhos que se aperceberam que as crianças saíam à rua sozinhas, para junto do portão da casa (CJI – Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Outra problemática, também verificada, que leva à retirada da criança ou jovem da família é a suspeita de abuso sexual, que normalmente se acumula a outras problemáticas, como a negligência, abandono, maus-tratos, entre outras.

Criança e jovem acolhidas na instituição por 4 e 13 anos respectivamente. A jovem foi acolhida por negligência por parte dos pais, e a criança além das dificuldades dos pais em corresponder às suas necessidades, foi retirada por suspeita de abuso sexual (...) (CJ6 - Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

No entanto, as suspeitas de abuso sexual identificadas entre os progenitores e as crianças acompanhadas pela equipa de inserção e acompanhamento na transição nunca foram confirmadas até ao momento, tendo o processo sido arquivado.

O abuso sexual é definido como qualquer classe de contacto sexual com uma criança menor de 18 anos, por parte de um familiar/tutor ou adulto que detenha uma posição de

poder ou autoridade sobre a criança, ou até mesmo de adultos sem qualquer ligação (DGAS, 1996:3.10).

Para além destes comportamentos, ou a ausência deles por parte dos progenitores ou de quem detenha a guarda de facto surgem associados a outros problemas que agravam a situação de perigo em que a criança ou jovem se encontra, tais como a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, a debilidade mental ligeira por parte de um dos progenitores, etc.

Criança acolhida na instituição por 6 anos por negligência por parte dos pais. Pai toxicodependente e mãe dedicada à prostituição, tinham dificuldades ao nível da satisfação das necessidades dos seus dois filhos, sendo ambos institucionalizados (CJ7 – Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Jovem acolhida na instituição durante 9 anos por negligência, devido ao alcoolismo, debilidade mental ligeira por parte da mãe. Estando a mãe envolvida numa relação conjugal marcada por violência física e psicológica. O paradeiro do pai é desconhecido. A mãe apresenta dificuldades na satisfação das necessidades básicas para o desenvolvimento da criança (CJ8 - Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

No entanto, é frequente que determinados comportamentos dos pais, ou a omissão destes estejam relacionados com a dificuldade, de facto, das famílias em satisfazer as necessidades das crianças/jovens. Por sua vez, os comportamentos destes pais surgem como resposta a um conjunto de relações causa-efeito que provocam situações de desgaste e de tensão. Neste contexto, o olhar do assistente social abarca uma visão multidimensional de factores que se acumulam e, que se influenciam mutuamente.

b) A ambivalência no retorno à família

Face aos problemas existentes em determinada família, e após estudo das diversas possibilidades de manter a criança em meio familiar, o acolhimento institucional ocorre.

A permanência na residência de acolhimento deverá ser curta no tempo, com projectos de vida definidos por áreas de intervenção, com uma rede de apoio a trabalhar em cooperação, e neste caso, com finalidade de reintegração da criança/jovem na família. No entanto, esta permanência arrasta-se por longos anos, apesar de actualmente se verificar um decréscimo relativo ao número de anos de institucionalização de crianças e jovens. Este facto dificulta o retorno à sua família e limita as vivências e experiências das famílias, pois estas não viveram em conjunto durante anos, existindo um afastamento, embora as famílias visitem as crianças na residência de acolhimento, não significa a contínua partilha de momentos, estabelecimento de regras próprias da família, limites, hábitos, etc.

O facto de estas crianças estarem acolhidas durante longos anos de institucionalização dificulta a reunificação familiar e consequentemente o trabalho da equipa. Parece que estes pais “deixaram” de ser pais durante algum tempo e de um momento para o outro têm o filho novamente em casa, é um processo de aprendizagem que têm que fazer (P2 – Processos de intervenção).

Durante a institucionalização, a mãe sempre acompanhou os seus filhos na residência de acolhimento, reunindo com a equipa responsável com o intuito desta mãe perceber o motivo do acolhimento e as mudanças que deverá ter em conta, definindo estratégias e construindo um projecto de vida para as crianças em contexto de reunificação familiar. Após todo o esforço da equipa da residência de acolhimento e da equipa de inserção e acompanhamento na transição a mãe não compreende porque motivo lhe foram retirados os filhos, atribuindo as culpas sempre a outras pessoas (F1 - Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

Estas famílias deverão ser apoiadas ao nível das competências parentais, pretendendo proporcionar um conjunto de experiências que, não tendo ocorrido naturalmente ao longo da vida familiar, reduziram o seu repertório vivencial. A vivência de diferentes experiências poderá permitir desenvolver a capacidade de resposta adequada a novas situações.

Uma situação curiosa que é expressa pelas crianças e jovens é a ambivalência no retorno à família. A importância da família, enquanto estas estiveram em acolhimento institucional nunca foi posta em causa, defendendo-a sempre que possível face a acusações ou perguntas dos profissionais e apesar da situação de perigo em que estiveram envolvidas, no entanto o regresso mostra-se ambivalente devido ao tempo em que estas crianças viveram na instituição, criando relações, hábitos, rotinas, etc. Após reunificação familiar, afirmam que o seu desejo sempre foi regressar para a família, no entanto, quando perguntamos “*neste processo o que foi mais difícil para ti?*” verifica-se a ambivalência relativamente a esta questão.

Quando estava no lar o que eu mais queria era voltar para a minha família (...), mas o que mais custou foi sair do lar e voltar de repente para casa, com novos hábitos, mais responsabilidade (...) também estava habituada ao lar, às pessoas ...” (CJ2 - Percursos de institucionalização, desinstitucionalização e reunificação familiar).

As crianças e os jovens quando estão na residência de acolhimento, começam a ir a casa ao fim-de-semana e, por vezes, durante as férias (dependendo da situação familiar), tendo consciência que não regressarão a sua casa definitivamente. Posteriormente, alterada a medida para meio natural de vida, a criança/jovem regressa a família e tem que conviver com novos hábitos, novas rotinas. Passa a verificar-se uma redefinição de papéis dentro da família, que necessita de um acompanhamento de proximidade, direccionado para o treino de competências parentais, pois a adaptação à dinâmica familiar do agregado faz-se com dificuldade, ao nível das competências sociais e parentais.

3.3. A INTERVENÇÃO COMO PROCESSO

Tendo em conta o perfil das crianças, jovens e suas famílias e a especificidade da intervenção da equipa ao centrar-se na protecção e promoção dos direitos das crianças e jovens, dando continuidade ao trabalho já realizado pelas equipas das residências de acolhimento através do apoio dado na consolidação de redes de suporte inclusivas, constituindo-se como uma mais-valia na prevenção do “retorno ao lar” ou de eventuais situações de desajustamento social, a equipa define processos de intervenção.

Através destes, objectiva-se o desenvolvimento de recursos que permitam às famílias uma adequação aos diferentes contextos capacitando todos os membros para optar por escolhas geradoras de bem-estar pessoal e social.

Deste modo, a equipa pretende, ao nível da reunificação familiar:

- Investir nas famílias tendo por base as suas potencialidades²⁷
- Promover as relações entre a criança/jovem e a família²⁸
- Assegurar que as famílias têm suporte formal e informal²⁹

Neste contexto, o acompanhamento social efectiva-se ao nível do desenvolvimento pessoal da criança/jovem e da garantia das suas necessidades fornecidas pela família, bem como evitar o eclodir de novas situações de perigo que os afaste novamente da família, centrando-se nos factores familiares e ambientais.

a) Orientação sistémica

Evidenciar a orientação sistémica é reforçar que a família é um sistema e, portanto, o facto de um membro viver um problema, ou situação de stress tem impacto em cada um dos outros elementos e consequentemente no todo familiar. Esta orientação centra-se em

²⁷ Orientação e acompanhamento parental; Apoio no acompanhamento ao percurso escolar da criança/jovem; Desenvolvimento de competências na procura de emprego; Desenvolvimento de autonomia, responsabilidade, solidariedade e cidadania; Fomentar a participação dos educandos e respectivas famílias, enquanto agentes de mudança, numa perspectiva de empowerment, etc.

²⁸ Organização das dinâmicas diárias da família em função da integração da criança/jovem; Apoio nas questões da vinculação e cooperação familiar; Apoio na gestão de conflitos; Apoio na tomada de decisões; Apoio nas questões relacionadas com a afectividade, etc.

²⁹ Apoio na articulação com os serviços de acção local; Accionar e activar a rede social de suporte da família, criança ou jovem; Informar os educandos sobre os recursos da comunidade da área de residência e inseri-los de acordo com as suas necessidades, etc.

abordar os problemas, considerando que estes estão vinculados a outros elementos, com os quais a pessoa interage sistematicamente, recusando ver o sujeito /a família como causa das suas dificuldades ou problemas. Este modelo situa a intervenção num contexto global, onde cada família é integrada, analisando as suas relação internas e com o exterior.

É importante conhecer todo um contexto. A equipa trabalha não só com a criança e o jovem, mas com um conjunto de sistemas envolventes. Importa conhecer o todo, a actividade escolar a actividade formativa ou profissional, as relações familiares, o ambiente, etc. (P2 – Processos de intervenção).

No que respeita à família e de acordo com Ausloos (1996), fala-se muitas vezes, de problemas que se lhes colocam, das suas disfunções e dificuldades e não daquilo que elas são capazes de fazer, adoptando uma visão negativa da família. No entanto, falar de família competente é uma maneira de dar às famílias a sua competência, antes de a culpabilizar, tendo em conta que não se trata de uma questão de incompetência visto que a família sofre influências dos sistemas que a rodeia. Na perspectiva do mesmo autor, quando se fala em problemas que *se lhes põem*, não se trata dos problemas que *se lhes impõem*, como o desemprego, a doença, um acidente, etc. Nessas situações não foi o funcionamento da própria família que causou o problema, mas sim a influência do exterior.

Este autor apresenta dois postulados na intervenção com as famílias:

- Postulado da competência: a “uma família só se pode colocar problemas que ela seja capaz de resolver” e distingue entre problemas que lhes são postos e os que lhe são impostos (desemprego, doença, falência, etc.).
- Postulado da informação pertinente, “ a informação pertinente é aquela que vem da família e a ela retorna”. Para tal é necessário fazer circular a informação. Para fazer emergir auto – soluções (Ausloos, 1996:29).

Deste modo, o postulado da competência recusa a tradicional imagem das famílias como incompetentes e culpadas e acolhe a valorização das suas competências. Assim, a valorização surge como uma estratégia de capacitação das famílias, o que significa aceitar que estas são as mais aptas a compreender as suas necessidades, actualizar os seus

recursos, a gerar desenvolvimento, e gerindo os recursos de suporte da comunidade, o que aumenta o seu sentimento de confiança e competência.

Já o postulado da informação pertinente foca-se no pressuposto de que a família é competente mas confronta-se com dificuldades que não consegue resolver, porque não dispõe também de informação suficiente para tal. Segundo Bateson (1987 cit. in Ausloos, 1996), a informação faz a diferença, ou seja, gera surpresa (nunca tinha pensado nisso), portanto é necessário fazer as crianças, os jovens e as famílias pensar para que a informação saia delas e volte a elas.

Esta mãe apresenta algumas dificuldades em estabelecer regras e limites aos seus filhos, bem como na satisfação das necessidades básicas. Assim, a equipa pretende reflectir acerca do assunto em conjunto com a mãe sobre a importância de existirem regras e limites na educação das crianças, bem como a importância das suas necessidades serem satisfeitas (F1 – Competências parentais).

Esta mãe não consegue perceber quais as necessidades dos seus filhos, nem a importância que a satisfação destas terá mais tarde. É importante fazê-la pensar de modo a que ela perceba por si própria (P1 – Processos de intervenção).

(...) É preciso fazê-los pensar... não dar a solução imediata, fazer com que eles encontrem as suas próprias soluções (...) Pensar, fá-los crescer (...) (P2 – Processos de intervenção).

A atitude da sociedade, para além de incentivar aos valores de consumo e de individualização, é culpabilizante para a família (os pais não são bons, os filhos são maus, etc. ...). Nesta perspectiva, procura-se essencialmente sempre os problemas e nunca as competências existentes nas famílias, nunca se reflecte acerca do porquê de determinada família se encontrar em determinada situação. Normalmente e, como já referido

anteriormente, este é mais um obstáculo que se coloca normalmente a família rodeada de múltiplos problemas, de famílias de classes baixas, em situação de vulnerabilidade económica e social. Parece que estas não podem viver a mais pequena crise sem que os sistemas de acção local venham ao encontro delas, agindo raramente de forma colaborativa. Por vezes, até as instituições são ambíguas: apresentam uma genuína intenção de ajudar, mas têm uma função coerciva (fazer com que as pessoas se comportem como deve ser) (cf. Ausloos, 1996:107).

Tendo em conta qualquer tipo de família, o profissional deverá ser capaz de se centrar na família como unidade de intervenção, assumindo o grande objectivo de a ajudar a retomar o controlo da sua vida, atingindo a mudança e não culpando-a do contexto em que está envolvida e dos problemas que acarreta. Este centrar na família deverá ser encarado como um modo de evitar o paradoxo da ajuda, definido por Ausloos (1996), pelo facto de *“quanto mais quem ajuda se mostra activo, mais quem é ajudado se mostra incompetente”*.

Assim, importa ter em conta todas as relações entre a família e o meio ambiente, de forma a não culpabilizar a família pela situação em que se encontra e pelos riscos em que coloca as suas crianças e jovens. Assumindo desde já uma relação com estas, de modo a ajudar a percorrer um longo caminho, em poderia afectar qualquer família.

b) A construção do acompanhamento social

No trabalho com estas famílias, o acompanhamento social surge como um factor de inclusão, de mudança, que se evidencia no processo de transição a dois níveis: o acompanhamento individual a crianças e jovens e ao nível da família como um todo.

Neste contexto, o acompanhamento social é encarado no fundo, como um processo que pretende a construção de uma trajectória de inserção e/ou de superação das dificuldades. Este constitui-se enquanto dispositivo interactivo, de construção de um domínio comum de preocupações, assente num sistema relacional que permitirá aos indivíduos e suas famílias reorientar a sua vida e adquirir competências para enfrentar os desafios que lhe serão colocados (Guiliani, 2006). Estes dispositivos assumem-se enquanto processos continuados, de uma assiduidade temporal e, desejavelmente, inscritos num código de procedimentos institucionais simples e flexíveis (Branco, 2008:8).

Aqui, o profissional personaliza a intervenção desenvolvida face a cada situação específica e intervém segundo um fazer individualizado ao estabelecer uma relação única no quadro da intervenção com as crianças, jovens e suas famílias.

Deste modo, o trabalho com as famílias centra-se numa perspectiva de colaboração e de envolvimento das crianças e jovens na definição do seu projecto de vida que passa também pela reunificação familiar.

É importante na construção do projecto pessoal, fazê-los pensar sobre os seus medos, sentimentos e sonhos. É importante reconstruir a história dos miúdos de forma positiva. O sonho tem que se objectivar na realidade, portanto é preciso procurar alternativas, quer ao nível pessoal, quer escolar, quer profissional na vivência diária de cada criança/jovem (P2 – Processos de intervenção).

Segundo Astier (2009), esta forma de *trabalho com o outro* requer, em primeiro lugar, a capacidade de se ajustar com maior proximidade à situação das pessoas para melhor as acompanhar; em segundo lugar a procura de certa proximidade social entre o interventor e a pessoa; em terceiro lugar, é necessário ter uma atitude proactiva, adoptando uma posição não de expectativa face à procura, mas suscitando a sua expressão através do incentivo à construção de narrativas pelos sujeitos.

De acordo com Guiliani (2006) existem porém, dois movimentos centrais na estruturação dos dispositivos de acompanhamento social: a construção de uma narrativa da experiência e a construção de perspectivas comuns de acção. O desafio, a tónica deste processo encerra-se na capacidade de aproximação, na competência de alcançar e perceber a subjectividade do indivíduo e, através disso, construir as bases necessárias a uma interacção profícua e equilibrada. Assim sendo, como atesta Guiliani (2006), este é um processo assente numa abordagem compreensiva, no sentido de se sustentar no “*espírito de compreender melhor e apreender os problemas inéditos com os quais os utentes se encontram confrontados, permitindo assim desenvolver um sentido e perspectivas comuns para o desenvolvimento de uma acção concertada*”.

Assim sendo, cabe ao profissional aproximar-se da situação de cada criança, jovem e família com a genuína intenção de a compreender, apreender as particularidades dos seus problemas, conhecer a sua trajetória, gerar e manter relação e produzir confiança.

É preciso promover a relação de proximidade, uma intervenção não pode ser controladora, deve ser feita uma abordagem progressiva, passando da circulação da informação, do empowerment das pessoas até à resolução dos problemas (...).

(...) Quando chega uma nova família à equipa é preciso ganhar a sua confiança. Nesta fase, a relação empática é muito importante (...) (P2 – Relação com a equipa).

O importante é estar lá...Estar lá nos momentos importantes, acompanhá-los (...).

Por vezes, umas simples palavras como por exemplo “quer que o/a acompanhe e faça consigo (...) é importante (...) (P2- Relação com a equipa).

A família é aqui encarada como um todo, sendo constituída por indivíduos com necessidades e problemas mas também por vontades, desejos e motivações que terão inevitavelmente de ser contemplados no processo de acompanhamento. Deste modo, o acompanhamento social apresenta como resultado, o aumento da possibilidade das famílias lidarem com situações de especial dificuldade, adquirindo autonomia e tornando-se actores principais da sua própria história. O que está em causa não é a eliminação dos problemas e dos riscos associados, o que está realmente em causa é a eficácia das capacidades individuais e, consequentemente, familiares, garantindo que estas famílias são capazes sozinhas.

(...) Muito obrigado (...), obrigado por me terem acompanhado sempre, obrigado pelo que aprendi convosco (...) mas agora eu também quero tentar sozinho (F7- Relação com a equipa).

Verifica-se também no discurso dos actores (crianças, jovens e famílias) a importância do acompanhamento social e da própria equipa, que na sua opinião estão presentes quando é necessário, quando “faz falta ter alguém ao seu lado” para verificar que eles são capazes de atingir a mudança, no entanto isto é feito através da relação com a equipa, que tanto investe na vida destas famílias.

c) A relação com os profissionais

No conjunto dos depoimentos e acompanhamento efectuados sobressai outro aspecto importante que tem a ver com a relação que é estabelecida entre as crianças, jovens e famílias e a equipa. As ideias expressas nos discursos dos actores identificam a relação com os profissionais e o papel que estes assumem ao longo do processo de intervenção, considerando-os como uma referência, como é possível verificar nos extractos referidos anteriormente. Ao longo do acompanhamento é expressa a ideia de que a equipa estará lá para o que for preciso, salientando atitudes positivas em relação a esta que marcam através da compreensão, da empatia, da escuta e da confiança.

Este pai procura a equipa sempre que precisa através do telefone ou de uma reunião no Colégio de Santa Catarina, chegando ao ponto de aparecer no gabinete da equipa procurando a educadora para desabafar sobre o desaparecimento da filha mais velha e do seu neto de 3 meses. Esta jovem costumava ausentar-se de casa para ir dormir para casa das amigas, mas desde que o seu filho tinha nascido ainda não tinha acontecido. Após uns dias sem dar notícias, este pai viu-se com necessidade de falar sobre o assunto com a educadora (F6- Relação com a equipa).

Já a relação entre as crianças e jovens parece constituir-se como um dos elementos de base da construção da confiança que possibilita o encaminhamento e a inserção destes aos mais diversos níveis. Esta dimensão relacional do processo surge como um cenário onde a acção

toma um significado, adquirindo a intervenção um carácter formal. De acordo com os discursos dos profissionais, a intervenção passa por um registo relacional estruturado pela empatia.

No trabalho com crianças, jovens e famílias, o primeiro impacto deve ser logo positivo e cativante, por isto, a relação empática é muito importante. É um dos aspectos mais fundamentais e característicos nesta área (P2 – Relação com a equipa).

Por outro lado, os profissionais deverão ter em atenção os limites do seu investimento pessoal, porque surgem situações de crianças e jovens em situação de dependência emocional, onde a figura do profissional se torna uma referência necessária.

Trata-se de uma jovem que mantém um contacto frequente com a educadora, quer seja para contar os problemas que surgem, a sua capacidade de resolução ou para garantir que a educadora irá comparecer na reunião da escola com o director de turma (CJ2 – Relação com a equipa).

Eu preciso da Equipa para crescer, para ter mais maturidade (...) eu gosto que a educadora vá comigo às consultas (...), eu posso ir sozinha, mas quando estiver a ir para lá, posso desviar o meu caminho (...). A Equipa ajuda-me a pensar no que é melhor para mim” (CJ4 – Relação com a equipa).

Já em relação às famílias, é necessário ter em conta se é exercido controlo na relação entre estas, ou se estas percebem o acompanhamento como um controlo. Por vezes, o facto de a equipa querer estar por perto no sentido de apoiar a família, poderá ser vista por esta como controladora, onde não existirá espaço para o erro.

Parece que sou uma criança que não sei fazer nada, que faço tudo mal. Eu sei tratar dos meus filhos. O mal foi eles terem nascido nesta família, porque se tivessem nascido noutra não precisavam de ajuda para nada, se fossem filhos de outros...(F1 – Processos de intervenção).

A equipa reúne com esta mãe no sentido de esta perceber quais os motivos que levaram ao acolhimento da criança, com o objectivo de perceber o que poderá ser mudado privilegiando o crescimento dos seus filhos. No entanto, a mãe não entende o porquê da institucionalização das crianças, nem o porquê de ter acompanhamento da equipa a diversos níveis, levando-a desabafar pelo facto de se sentir controlada. A mãe acabou por passar uns dias sem atender as chamadas da equipa e resistir aos serviços sociais de apoio (F1 – Processos de intervenção).

Uma intervenção não pode ser controladora. O primeiro contacto com a criança, jovem e família é muito importante. Devemos caminhar com eles e não controlar, é preciso agir para que eles percebam que têm aqui alguém que os apoia, que os acompanha e não alguém que os controla (P2 – Processos de intervenção).

O estar ao lado das famílias nos momentos de maior dificuldade não significa controlar, é necessário estabelecer uma relação de confiança, de modo a que estas percebam que a intervenção não é controladora e que por outro lado sintam que a equipa está lá para vê-las alcançar a mudança, tornando-se autónomas.

3.4. TÉCNICAS DE INTERVENÇÃO COM AS FAMÍLIAS

O objectivo da equipa de inserção e acompanhamento na transição passar por fortalecer estas famílias, viabiliza a construção de uma capacidade de compreensão mais crítica da rede das suas realidades sociais e do meio envolvente, promovendo em simultâneo os seus próprios recursos e estratégias, o que irá certamente capacitá-los para uma maior competência funcional de modo a alcançarem os seus objectivos pessoais e colectivos, bem como para minorar os riscos sociais e afectivos que possa existir.

a) Dinamização de redes sociais de suporte

Esta abordagem remete para uma proposta de trabalho em rede que pressupõe um modelo de intervenção baseado no modelo sistémico. Segundo este, quando se intervém com crianças, jovens e famílias, deve-se ter em conta todos os sistemas aos quais estes pertencem. Partindo desta abordagem, o principal objectivo do serviço social seria fortalecer as capacidades adaptativas das famílias e influenciar os seus ambientes para que as transições sejam mais adaptativas (cf. Payne, 2002 cit. in Oliveira, 2010).

Assim, a equipa de inserção e acompanhamento na transição procura desenvolver uma intervenção que identifique, accione e/ou articule com a rede social de suporte (Segurança Social, Juntas de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia, ONG, IPSS's, etc.) da comunidade para que a família venha a obter os apoios através destes serviços.

É importante accionar uma rede de serviços locais que apoiem esta família. É urgente contactar a Junta de Freguesia, o Centro de Saúde e os Serviços de acção social local, com o objectivo de encontrar apoio na sua área de residência (P1 – Processos de intervenção).

No entanto, verifica-se alguma resistência aos serviços por parte de alguns jovens e famílias. Talvez esta resistência surja em famílias que sentem um controlo por parte da equipa, enquanto nos jovens isto acontece talvez como fuga para não perceberem a situação em que estão, admitindo que não precisam de ajuda e virando as costas a estereótipos que acham que podem ser criados por se dirigirem a determinadas instituições.

Eu não percebo porque é que tenho que ir à psicóloga... porque o tribunal impôs eu sei, mas não sei o que é que vou lá fazer. Ela perguntou-me se eu tinha algum problema, eu disse que não mas comecei a falar do mal que os pais dos meus filhos me fizeram, e ela mandou-me embora, disse que não estava lá para atender pessoas sem problemas (F1 – Processos de intervenção).

Jovem com filho de três meses apresenta alguma resistência aos serviços sociais da comunidade. Em reuniões marcadas com uma instituição Particular de Solidariedade Social, orientada para promover ao nível pessoal, social e profissionalmente cidadãos desfavorecidos ou em situação de risco e a apoiar a sua inclusão, a jovem faltou ao atendimento marcado antecipadamente, e quando este foi marcado novamente, foi adiado pela própria e assim sucessivamente, adiando também o esclarecimento de dúvidas relativamente a cursos profissionais financiados e creche para o seu bebé (P1 – Processos de intervenção).

Tendo em conta as características destas crianças, jovens e famílias e a sua fraca inserção em redes sociais de apoio na comunidade, a intervenção passará por criar novas redes de apoio, potenciar as já existentes, amplia-las, criar novos contactos, aumentar a capacidade da rede lidar com os problemas das famílias, melhor a relação da família com os serviços sociais e vice-versa. Aquilo que há de risco numa situação de problema, também há de potencial de mudança, e é neste sentido que surge a intervenção em rede, é aqui que a equipa de deve focar quando trabalha com famílias em situação de isolamento.

b) Desenvolvimento de competências parentais

O desenvolvimento de competências parentais é também uma das estratégias da intervenção em contexto de reunificação familiar. A maior parte das famílias acompanhadas pela Equipa de Inserção e Acompanhamento na Transição mantém as

dificuldades ao nível das competências parentais mesmo após a reunificação familiar, o que implica um maior trabalho a este nível.

De acordo com Côté (2000), as funções parentais podem ser definidas como um “conjunto de actividades que garanta a produção e desenvolvimento das crianças capaz de funcionar bem numa determinada sociedade. São baseadas no desempenho de habilidades específicas, ou seja, habilidade comportamental e relacional, atitudes, valores e crenças necessárias”.

Muitos são os autores que têm evidenciado que as oportunidades para um bom desenvolvimento infantil estão fundamentalmente, dependentes do contexto familiar onde a criança/jovem se encontra inserida, sendo que as competências parentais/apoio às funções parentais são vectores primordiais para o sucesso de uma dinâmica relacional e positiva na família, sendo que se torna importante desenvolver estas mesmas competências em famílias de risco. Este apoio enquadra-se em experiências de apoio em meio domiciliário, e de acompanhamento à situação escolar de cada criança/jovem, bem como outras experiências que se identifiquem como necessárias (cf. Department of Health, 2000:20).

Em contexto de Reunificação Familiar, trabalha-se a criança/jovem, o agregado familiar, a comunidade e a rede social de apoio. É preciso promover o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais, numa lógica de empowerment (P2 – Competências parentais).

Com o objectivo de apoiar este pai ao nível das funções parentais, são realizadas intervenções domiciliárias no sentido de procurar soluções para os problemas e estratégias em conjunto com este e com as suas filhas (F6 – Processos de intervenção).

O Acolhimento residencial, pelo qual estas crianças/jovens passaram, durante curtos ou longos períodos de tempo, vai limitando as vivências e experiências das famílias, pois estas

não vivem o “dia-a-dia” com estas, existindo um afastamento embora em alguns casos, as famílias visitem as crianças/jovens na residência de acolhimento.

Este apoio ao desenvolvimento de competências parentais, pretende, essencialmente, proporcionar um conjunto de experiências que, não tendo ocorrido naturalmente ao longo da vida familiar, reduziram o seu repertório vivencial. A vivência de diferentes experiências poderá permitir desenvolver a capacidade de resposta adequada a novas situações.

c) Intervenção com o propósito de *empowerment*

O *empowerment* é definido como um “processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder psicológico, sócio - cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania” (cf. Pinto, 2001:247). Este possibilita, nas crianças, jovens e famílias, o desenvolvimento de um “eu” mais positivo e poderoso, viabiliza a construção de uma capacidade de compreensão mais crítica da rede das suas realidades sociais e políticas e do meio envolvente, tal como a promoção dos seus próprios recursos e estratégias, capacitando-os, para uma maior competência funcional para alcançarem objectivos pessoais e colectivos.

Nós sabemos que é capaz, é por isso que estamos aqui ao seu lado para apoiá-la (P1 – Processos de intervenção).

No discurso deste pai verifica-se que a equipa sempre esteve presente quando deveria estar, ajudou-o ao nível das funções parentais, da reflexão, da capacitação e empowerment. Agora, ele refere que quer tentar fazer tudo sozinho, depois de ter aprendido e de o agradecer pessoalmente à educadora e restante equipa (F7 – Relação com a equipa).

A equipa de inserção e acompanhamento na transição deve realizar uma intervenção com o propósito de *empowerment* e capacitação destas famílias fomentando a autonomia, a identidade própria e a cidadania, devendo dar suporte às famílias para que estas fortaleçam os seus patrimónios e desenvolvam recursos de mudança intervindo no sentido da capacitação e consciencialização, do que são as suas potencialidades e, fornecer ferramentas auxiliares para a construção de trajectórias integradas.

4 - A INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR: FACTORES DE FORÇA E FACTORES CRÍTICOS

No decorrer do estágio e através do acompanhamento efectuado às crianças, jovens e suas famílias, procurou-se compreender os factores de força e os factores críticos numa intervenção em contexto de reunificação familiar através dos discursos dos diferentes actores (profissionais, crianças, jovens e famílias). É dessa síntese que em seguida se irá dar conta.

4.1. FACTORES CRÍTICOS DA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

Ao longo do estágio e da reflexão estruturada até aqui, verifica-se a existência de factores críticos para a intervenção, relacionados com factores internos e externos às famílias. Estes podem provocar situações de tensão na família face à presença de condições adversas, às quais a equipa deverá estar atenta para tentar inverter a situação. Deste modo, a reflexão em torno destes permitirá prever determinadas situações que possam acontecer durante a intervenção.

Adoptando o pensamento de Viscarret (2007), é nas transacções complexas entre as pessoas e o meio envolvente que emergem transtornos e, conseqüentemente situações de stress. Este é definido como uma condição psicossocial gerada, por um lado, como consequência das discrepâncias entre as necessidades e as capacidades e, por outro, pelas qualidades que definem o meio.

De acordo com esta perspectiva e transpondo-a para a intervenção em contexto de reunificação familiar, foi possível identificar um conjunto de factores críticos que foram agrupados em quatro dimensões de análise. Deste modo, surgem factores críticos relativos à própria família, que estão essencialmente ligados ao funcionamento e história do ciclo de vida familiar, uma dimensão de análise relacionada com a pressão do meio, outra com as relações entre os sistemas (ou a inexistência destas), e por fim, com os processos de intervenção.

Figura 3: Dimensões de análise- Factores críticos

Fonte: Própria, 2011

É neste contexto que serão analisadas as quatro dimensões de análise relativas aos factores críticos que enquadram uma série de aspectos a serem tidos em conta, quando trabalhamos com famílias.

i. Dinâmicas intrafamiliares

Um dos factores críticos identificados na intervenção está relacionado com o facto de existirem vários momentos de transformação e adaptação na vida de uma família, bem como na reprodução dos ciclos de vida que são transmitidos e reproduzidos de geração em geração.

Ao reconstruir a história de vida destas famílias, constata-se que já os seus pais e/ou avós passaram por situações de vulnerabilidade socioeconómica, institucionalizações, maus-tratos e/ou procedem de famílias com múltiplos problemas que se acumulam. Neste contexto, verifica-se que existe um enredo anterior, ou seja, um ciclo de vida que se repete de geração em geração.

Por vezes, na vida destas famílias, a falta de regras e a desvalorização da escolaridade, reflectida no absentismo e conseqüentemente no abandono escolar agudizam o papel da precoce *adultização*, que se reproduz ao longo das gerações. Neste contexto, as primeiras fases do ciclo de vida familiar são vividas em aceleração, pelo facto de terem que começar desde cedo a cuidar de irmãos ou a trabalhar para ajudar nas despesas do agregado familiar. Em alguma das famílias acompanhadas, o nascimento do primeiro filho acontece

antes da existência de um pai ou mãe adultos e de uma relação estável, deixando um dos progenitores encarregue do crescimento dos mais pequenos. Os núcleos familiares por vezes numerosos decorrem desde logo, da falta de planeamento familiar provocando uma acumulação de crises inesperadas e derivadas da sua vulnerabilidade a pressões do meio (cf. Sousa, 2005:30).

Aliado à fraca relação com o trabalho que estas famílias assumem, a situação de vulnerabilidade social e económica cria um contexto de vida para os seus membros que os obriga a desenvolver uma série de comportamentos e crenças, que se transmitem de geração em geração e correspondem a respostas adaptativas a situações de desvantagem social e económica. A precariedade da habitação, a prestação de cuidados básicos, de cuidados médicos e de educação acompanha as experiências existenciais destas famílias. Trata-se de uma realidade concreta que organiza, através de gerações, um modo de vida baseado em estratégias destinadas a superar as adversidades. Assim, torna-se difícil para a equipa quebrar os ciclos de vida que se repetem ao longo de gerações (cf. Viscarret, 2007:97).

De facto, o ciclo vital de uma família passar por momentos de adaptação, por mudanças ao nível familiar: como o nascimento dos filhos, a adolescência, a morte de um membro, etc., e ao nível do contexto envolvente: alteração de residência, de trabalho, situação de desemprego, entre outras. Estas transformações exigem novas respostas e incluem alterações no desenvolvimento dos membros da família (como a adolescência, a saída de um membro do agregado familiar, entre outras), portanto requerem mudanças nas pessoas, na forma de ver o mundo que as rodeia, de se relacionar com os problemas que surgem e na utilização dos recursos existentes na comunidade (cf. Alarcão, 2006:85).

Em cada fase do desenvolvimento do ciclo de vida familiar, exige-se do indivíduo uma série de tarefas que podem gerar situações de stress, no entanto, estes momentos poderão ser uma possibilidade de crescimento para a família desde que não ocorram com exagerada frequência e/ou intensidade.

Deste modo, verifica-se que as transformações e a história do ciclo de vida familiar surgem como um factor crítico em que, apesar do esforço da equipa, quebrar os ciclos de vida familiar torna-se difícil, pois estes reproduzem-se de geração em geração. Quanto às

transformações a que todas as famílias estão sujeitas, a função da equipa passa por ajudá-las a ultrapassar as situações de tensão e a encarar os problemas, reforçando as suas capacidades de adaptação e de mudança.

ii. *Pressões do meio*

Embora as famílias estejam sujeitas a problemas derivados do seu funcionamento e da história do seu ciclo de vida familiar, o reconhecimento dos problemas que surgem devido à pressão do meio envolvente é igualmente importante no que toca à intervenção, de forma a actuar sobre estes de forma preventiva.

Este ponto foi baseado no pensamento de Viscarret (2008) ao assumir que a acção do assistente social é definida pelos tipos de problemas que as pessoas enfrentam, definindo que as pressões do meio, entre outras, são encaradas como fonte de problemas que podem levar a situações de stress que afectam as famílias.

De facto, o contexto envolvente é dinâmico e complexo, visto que compreende muitos e variados tipos de sistemas, cada um com as suas características e níveis de organização próprios. Este inclui os seres humanos, que são organizados através de diferentes tipos de relações, redes sociais, instituições e outros sistemas sociais (comunidade, vizinhança, grupos, etc.). Face ao meio físico e social e às suas respectivas estruturas, políticas e económicas, os indivíduos e as famílias experimentam relações contínuas com o meio, nas oportunidades e nos obstáculos, que por sua vez incidem no seu funcionamento habitual. Algumas destas trocas e relações com o contexto envolvente dificultam uma adaptação correcta aos mesmos, gerando tensões e problemas não desejados. No entanto, a equipa deverá estar atenta, sabendo desde já que para além da história de vida da família, existem outros problemas *que se lhes impõem* (como é o caso da relação com o trabalho precário ou com o desemprego, a vulnerabilidade económica, dificuldades em satisfazer as necessidades das crianças e jovens e, problemáticas associadas, como a toxicodependência, o alcoolismo, etc.) (Viscarret, 2007; Ausloos, 1996).

Neste contexto, a influência dos factores socioeconómicos e socioculturais resultantes da organização social que caracteriza a contemporaneidade actuam como facilitadores de disfunções familiares, quer ao nível das oportunidades e da satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens, educação, habitação, quer ao nível da relação com o

trabalho. Neste contexto, a maiorias das famílias acompanhadas pela equipa encontra-se em situação de vulnerabilidade social e económica, sendo influenciada pela relação que estas têm com o trabalho e/ou com a ausência deste. De facto, o problema da inserção profissional para muitos indivíduos deriva essencialmente da situação que se vive actualmente ao nível do desemprego, da ausência de qualificações escolares e abandono escolar, mas também da prevalência de mentalidades que induzem facilmente à desmotivação perante o trabalho. Deste modo, surgem famílias cujos adultos circulam entre o emprego e o desemprego. É de notar que a inserção no mercado de trabalho surge como um factor determinante da inclusão/exclusão social com implicações não só no rendimento, mas também na realização pessoal e exercício da cidadania. Assim, as exigências normativas da própria sociedade exigem que os indivíduos respondam ao nível da inserção no mercado de trabalho e por sua vez aos padrões de consumo impostos. Por outro lado, a incapacidade das famílias responderem a estas expectativas leva a que sejam enredadas por situações de vulnerabilidade social e económica que poderão estar na origem de crises que se manifestam e, por sua vez na incapacidade para a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens, levando a comportamentos prejudiciais como os maus-tratos, a negligência, etc.

Já as problemáticas associadas ao acolhimento institucional, que também afectam algumas das famílias, podem ser consideradas como consequência da situação em que se encontram. A toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição, entre outras, surgem como relação causa-efeito e, por vezes como forma de fugir à realidade, como estratégias para superar ou atenuar as dificuldades por que passam. Deste modo, as pressões do meio ambiente surgem como um factor crítico para a intervenção, visto que não podem ser controladas pela equipa, mas apenas prevenidas no decorrer da intervenção.

iii. As Relações entre os sistemas

Esta dimensão de análise surge intrinsecamente ligada à questão anterior e envolve questões como o isolamento social das famílias e a resistência aos serviços. Estes subfactores dificultam a intervenção em contexto de reunificação familiar, aos quais a equipa dá especial atenção.

Como foi verificado, a maioria das famílias acompanhadas encontra-se em situação de vulnerabilidade económica, provocada pela fraca relação que estas têm com o mercado de trabalho ou ausência deste. O facto das sociedades capitalistas industrializadas se regerem, essencialmente e cada vez mais, por valores consumistas leva-as a situações de exclusão social pelo não cumprimento de valores ligados ao consumo. Face a este contexto, as despesas inerentes ao crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens podem ser encarados como um obstáculo para as suas necessidades de consumo, ou por outro lado, como uma pressão para consumir aquilo que não se pode ter, deixando valores essenciais para segundo plano. Acumulado a tudo isto, surge o stress familiar provocado pelos problemas de ordem socioeconómica, pelas dívidas que crescem e pela dificuldade em corresponder à sociedade de consumo.

Por consequência, surge o isolamento social causado por diversos factores, entre os quais se destacam a mudança de residência ou a fraca relação interpessoal entre os vizinhos, que por vezes provocam, aquilo a que Azevedo e Maia (2006) definem como o *desenraizamento da família*. A esta situação associa-se a falta de apoio social, uma vez que as famílias não utilizam normalmente os recursos comunitários disponíveis, têm dificuldade em envolver-se em actividades promovidas pela comunidade, nem discutem os seus problemas com alguém que as possa ajudar. Neste contexto, verifica-se alguma resistência aos serviços por parte de algumas famílias. Esta resistência tem essencialmente a ver com sentimentos de inutilidade que dificultam a aproximação aos outros, a existência de competências sociais pouco desenvolvidas e de determinadas características da personalidade, a maternidade no período da adolescência e a discriminação social pela situação de vulnerabilidade social e económica em que por vezes se encontram (Roig e D. Paúl, 1993 cit. in Azevedo e Maia, 2006:69).

A equipa de inserção e acompanhamento na transição desenvolve uma intervenção que accione e/ou articule com a rede social de suporte na comunidade, para que a família após saída da Casa Pia de Lisboa venha a obter esses apoios junto dos serviços próximos da sua área de residência, tornando-se autónoma. No entanto, se a família se encontra numa situação de isolamento social ou se resiste aos serviços, este torna-se um factor crítico para a intervenção que terá de ser ultrapassado.

iv. Processos de intervenção

Ao nível dos processos de intervenção, considera-se que os longos anos de institucionalização, a ambivalência no retorno à família, a sensação de controlo e por outro lado, a dependência emocional face ao profissional de referência, surgem como os factores críticos realçados nos depoimentos e acompanhamentos sociais efectuados.

A permanência das crianças e jovens em acolhimento institucional deseja-se curta no tempo, com projectos definidos, com uma rede de apoio a trabalhar em cooperação não só com a criança e jovem, mas também com a família, assumindo como principal objectivo a reintegração da criança ou jovem na família. No entanto, o facto das crianças e jovens permanecerem por longos anos na instituição dificulta o retorno à família e limita as vivências e experiências desta enquanto tal.

Através dos depoimentos das crianças e jovens, verifica-se que a importância da família nunca foi posta em causa, deixando transparecer um discurso defensivo, apesar das circunstâncias em que estiveram envolvidas quando viviam com esta. No entanto, o regresso à família torna-se ambivalente na perspectiva dos mais novos, e é até identificado como a fase mais difícil do processo, devido ao tempo que estiveram em situação de acolhimento institucional, onde criaram relações, hábitos, rotinas, etc. Após reunificação familiar, a criança ou jovem regressa à família e tem de conviver com novos hábitos, rotinas ou com a ausência destas, passando-se a verificar uma redefinição de papéis dentro da família que necessita de um acompanhamento de proximidade por parte da equipa, pois a adaptação à dinâmica familiar do agregado faz-se com dificuldade.

Outro factor crítico na intervenção tem essencialmente a ver com a dimensão relacional da intervenção, ou seja, por um lado, com a dependência emocional associada a uma carência afectiva por parte das crianças e jovens, onde a figura do profissional se torna uma referência imprescindível e, por outro, com a sensação de controlo que inconscientemente se faz sentir nas famílias.

No trabalho com famílias a dimensão relacional é de facto importante, no entanto os profissionais têm em atenção os limites do seu investimento pessoal, porque poderão surgir situações de crianças e/ou jovens em situação de dependência emocional. Isto não quer

dizer que esta dependência associada a uma carência afectiva seja irreversível, muito pelo contrário, pode alterar-se através do acompanhamento social efectuado, da capacitação e da percepção da própria criança ou jovem como capaz de alcançar os seus objectivos, por mais simples que sejam, sozinha.

Em contra partida e no âmbito da família, é necessário ter em conta se é exercido controlo sobre esta, ou se estas percepcionam o acompanhamento social como tal. Por vezes, o facto de a equipa acompanhar a família no sentido de esta se autonomizar, poderá ser entendido como um controlo, embora entre os profissionais se partilhe da opinião que a intervenção não poderá ser controladora, onde a relação de confiança com as famílias ditará esta percepção de controlo.

Portanto, o facto de as crianças permanecerem em acolhimento institucional por longos anos dificulta a intervenção e, conseqüentemente a própria reunificação familiar.

Já a dimensão relacional na intervenção surge como outro factor crítico enunciado. De facto, a dependência emocional que por vezes se faz sentir nas crianças e jovens, associada a uma situação de carência afectiva, leva os profissionais a repensarem o seu limite de investimento pessoal. Por outro lado, o controlo que inconscientemente se pode fazer sentir nas famílias provocará um certo mal-estar dificultando a intervenção.

4.2. FACTORES DE FORÇA NA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE REUNIFICAÇÃO FAMILIAR

Assumindo uma visão positiva das famílias, os factores de força na intervenção poderiam ter sido os primeiros a ser enumerados, no entanto adoptando o pensamento de Ausloos (1996), optou-se por abordar em primeiro lugar os factores críticos, deixando o leitor com a conotação positiva, fazendo “*esquecer*” os inúmeros factores enunciados no ponto anterior. Assim, optou-se por dar relevo aos factores de força.

Relativamente aos factores de força, pretende-se salientar as quatro dimensões descritas na figura seguinte.

Figura 4: Dimensões de análise- Factores de força

Fonte: Própria, 2011

i. A visão positiva sobre a família

A equipa de inserção e acompanhamento na transição destaca a orientação sistémica e actua segundo esta, reforçando a ideia de família como sistema e, portanto, o facto de um membro viver um problema tem impacto nos restantes membros e no todo familiar. Olhar a família deste ponto de vista, implica centrar-se em abordar os problemas, considerando que estes são influenciados por vários factores ou elementos, com os quais os indivíduos interagem sistematicamente.

Face aos acompanhamentos sociais efectuados e a experiência recolhida através do estágio, verifica-se que a atitude da sociedade culpabiliza a família, procurando sempre os problemas e nunca as competências destas, anulando a hipótese de reflectir acerca das causas dos problemas e de determinadas situações em que estas famílias se encontram.

De facto, quando se fala em famílias que provocaram o mal-estar nas suas crianças e jovens colocando-os em situações de perigo, fala-se sobretudo das suas disfunções e das suas dificuldades, e não daquilo que elas são capazes de fazer, adoptando uma visão negativa da família. No entanto, os profissionais da equipa, pretendem olhar para a família tendo em conta todos os problemas que a afectam, capacitando-a para a resolução dos seus problemas, recusando ver a família como incompetente e unicamente responsável pela situação em que se encontra.

Assim, a valorização surge como factor de força na perspectiva das famílias e dos profissionais, e como estratégia de capacitação, o que significa aceitar que estas famílias são as mais aptas para compreender as suas necessidades e dificuldades, actualizar os seus recursos, aumentando o seu sentimento de confiança e competência.

ii. Resiliência familiar

O desemprego e conseqüentemente a situação de vulnerabilidade social e económica bem como as condições de habitação precárias surgem como indicadores de risco que poderão influenciar a relação entre pais e filhos. Este acumular de factores de risco podem tornar a família mais vulnerável, isto é, susceptível de desequilíbrio e de comportamentos desapropriados entre os membros. Para além dos factores de risco já referidos, o alcoolismo, a toxicodependência, a debilidade mental são também vistos como potenciadores de risco para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens levando a situações de negligência, abandono, abuso, etc.

Por outro lado, nem sempre a situação de vulnerabilidade desencadeia, com certeza, situações de perigo. Algumas famílias frente a momentos de stress, conseguem dispor de mecanismos que funcionam como protecção e encontram recursos suficientes para enfrentar a situação. Este comportamento positivo é denominado de resiliência. Famílias resilientes ajudam os seus membros, através da motivação, do reconhecimento, entre outros, a enfrentarem situações de risco, tornando-os mais fortes de modo a fazer frente à adversidade (Antoni, 2000:10).

De acordo com Eckenrode e Gore (1996 cit. *in* Antoni, 2000), os factores de protecção são geralmente classificados em dois grupos: os factores pessoais e os recursos do ambiente.

Os factores pessoais são evidenciados pela componente biológica, como a saúde física e o temperamento, e relacionadas com as experiências do meio ambiente social, como a auto-estima e confiança. Os recursos do ambiente são demonstrados pelo apoio social existente na comunidade. Deste modo, o autor indica factores de protecção que poderão existir nas famílias em situação de vulnerabilidade económica e social: a rede afectiva primária, a influência educativa, capacidade afectiva entre pais e filhos, cultura de solidariedade, ajuda

recíproca na comunidade, sensibilidade para as dificuldades e necessidades enfrentadas pelos filhos.

Para Rutter (1990 cit. *in* Antoni, 2000), a resiliência é definida como a capacidade individual para superar as crises e a adversidade, identificando-a como uma característica do indivíduo. Walsh (1996 cit. *in* Antoni, 2000), amplia este enfoque ao compreender a resiliência de acordo com uma visão sistémica, em contextos ecológicos e de desenvolvimento, como por exemplo a família.

Deste modo, a resiliência familiar abrange processos interactivos que fortalecem a resiliência tanto individual como a do grupo familiar. Para compreender as famílias acompanhadas é importante observar o contexto e as condições de stress a que estiveram ou estão sujeitas, pois devem ser tidos em conta os desafios enfrentados, as limitações e os recursos (Antoni, 2000:22).

De facto, verificam-se situações de famílias que apesar dos factores de risco associados, conseguem adaptar-se à mudança e ultrapassar as suas dificuldades quer ao nível do seu funcionamento, quer ao nível das pressões do meio ambiente, facilitando a intervenção e tornando-se autónomas.

iii. O suporte profissional

No decorrer dos acompanhamentos sociais, sobressai outro aspecto importante na intervenção relativo à importância da equipa. Através do acompanhamento social e dos depoimentos, tanto das famílias como dos jovens, é possível identificar a relação de confiança e de proximidade com os profissionais e o papel que estes assumem ao longo do seu percurso de transição, considerando-os como uma referência central em todo o percurso.

Ao longo do acompanhamento é expressa a ideia de que a equipa estará lá para o que for preciso, salientando atitudes positivas em relação a esta que marcam através da compreensão, da empatia, da escuta e da confiança. A relação da equipa com as crianças e jovens parece constituir-se como um dos elementos de base da construção da confiança, que possibilita o encaminhamento e a inserção destes aos mais diversos níveis. Esta

dimensão relacional do processo surge como um cenário onde a acção toma um significado, adquirindo um carácter formal.

Esta visão do papel da equipa nos discursos das crianças, jovens e famílias poderá assumir por um lado, a referência de uma figura paternal, por outro a estabilidade de uma figura na vida destas (Oliveira, 2010:116).

Na perspectiva dos profissionais é essencial estabelecer uma relação de proximidade com as crianças, jovens e famílias, onde a capacidade empática é prioritária para que os processos de transição decorram com base nesta relação.

iv. Processos de intervenção

Ao longo do estágio verificou-se a existência de factores de força relativamente aos processos de intervenção onde se destacam o acompanhamento social, a dinamização de redes sociais de apoio e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais.

Através do acompanhamento social da equipa pretende-se promover a integração sustentada na família e/ou a organização de condições de vida autónoma na comunidade, aumentando a possibilidade das famílias lidarem com situações de especial dificuldade, tornando-se agentes de mudança. Esta forma de trabalho requer, em primeiro lugar, a capacidade dos elementos da equipa para se ajustarem com maior proximidade à situação das famílias e, em segundo lugar, a adopção de uma atitude que suscite o incentivo à resolução dos seus próprios problemas e à satisfação das necessidades das suas crianças e jovens. Aqui, a equipa não pretende oferecer todos os materiais para a resolução das diferentes situações, mas sim fornecer aprendizagens importantes para que cada família assuma o seu papel enquanto tal.

Outro factor de força realçado está relacionado com a dinamização de redes sociais de suporte na comunidade. Neste âmbito, o assistente social tem como objectivo apoiar ao nível da activação e/ou articulação com os serviços de apoio social, identificar recursos sociais e promover a cooperação e articulação entre serviços, consolidando redes de suporte social, com vista à criação de condições de bem-estar emocional e físico da família. Neste contexto, surgem exemplos de famílias que necessitam de determinados recursos, no entanto não encontram forma para aceder a eles porque desconhecem a sua

existência, ou porque acham que estes não têm forma de os satisfazer ao nível das suas necessidades. Aqui, o assistente social funciona como um elo de ligação, de modo a identificar e localizar os recursos existentes na zona de residência de cada família, actuando ao nível da interacção e comunicação das pessoas com os sistemas que as rodeiam, e exigindo que estes sistemas funcionem de forma eficaz e humana, com o objectivo de ajudar as famílias a solucionar os seus problemas de forma autónoma (cf. Viscarret, 2007:290).

Através da activação das redes sociais de apoio, o assistente social pretende também criar condições para a prestação de cuidados adequados de alimentação, higiene, saúde, segurança, educação e bem-estar e, estabelecer a comunicação com a rede social de suporte, no sentido das famílias e jovens, obterem as prestações familiares e pecuniárias a que têm direito, consoante as diferentes situações (rendimento social de inserção, abono de família, etc.).

O desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais em contexto domiciliário e comunitário surge como um factor de força realçado pelos profissionais e pelas famílias.

De facto, muitas das dificuldades no relacionamento interpessoal tem origem num repertório limitado e desajustado de comportamentos sociais que se podem dever às lacunas provocadas por percursos de vida complexos, entre o abandono, a institucionalização, o mau-trato, etc. Contudo, estas competências podem ser desenvolvidas a qualquer momento da vida de um indivíduo, sendo necessária uma intervenção directa entre o indivíduo e o seu relacionamento interpessoal (Casa Pia de Lisboa, 2006:21). Deste modo, pretende-se otimizar a comunicação interpessoal verbal e não verbal, praticar a assertividade e resolver problemas pessoais, apesar de só se atingir verdadeiramente os objectivos se a comunidade onde se insere o jovem ou a família estiver envolvida. Portanto, é neste contexto que a equipa pretende intervir também em contexto comunitário e domiciliário com o objectivo de colocar pais, crianças e jovens perante situações com as quais eles nunca lidaram. Assim, são-lhe dadas oportunidades para experienciarem determinadas situações.

Relativamente às competências parentais, constata-se que a maior parte das famílias acompanhadas pela equipa mantém as dificuldades ao nível destas, mesmo após a reunificação familiar, o que implica um maior trabalho a este nível.

De acordo com Côtê (2000), as funções parentais podem ser definidas como um “*conjunto de actividades que garanta a produção e desenvolvimento das crianças capaz de funcionar bem numa determinada sociedade. São baseadas no desempenho de habilidades específicas, ou seja, habilidade comportamental e relacional, atitudes, valores e crenças necessárias*”.

Muitos são os autores que têm evidenciado que as oportunidades para um bom desenvolvimento infantil estão fundamentalmente, dependentes do contexto familiar onde a criança/jovem se encontra inserida, sendo que as competências parentais/apoio às funções parentais são vectores primordiais para o sucesso de uma dinâmica relacional e positiva na família, sendo que se torna importante desenvolver estas mesmas competências em famílias de risco. Este apoio enquadra-se em experiências de apoio em meio domiciliário, e de acompanhamento à situação escolar de cada criança/jovem, bem como outras experiências que se identifiquem como necessárias (Department of Health, 2000:20).

É importante que as famílias se sintam apoiadas nas diferentes fases do desenvolvimento das suas crianças e jovens, de forma a se sentirem seguras e capazes de as orientar. A família deve aprender os seu valor pessoal e social, de forma a desenvolver estratégias educativas capazes de fazer crescer as crianças/jovens em ambientes afectivos e securizantes que promovam e assegurem as condições necessárias para o seu bem-estar, físico, familiar, social, escolar e/ou profissional.

As boas práticas parentais não são um dado da natureza, nem dependem apenas dos sentimentos, exigem a aquisição de competências específicas ao nível das dimensões da capacidade parental, como é possível verificar na Figura 1.

Deste modo, é também importante que as famílias tenham a possibilidade de efectuar aprendizagens e escolher trajectórias de sucesso na educação das suas crianças/jovens e que tenham a capacidade de gerar alternativas e encontrar soluções para os problemas que

vão surgindo no percurso familiar. De facto, o acolhimento residencial pelo qual estas crianças/jovens passaram, durante curtos ou longos períodos de tempo, foi limitando as vivências e as experiências das famílias. Portanto, o apoio ao nível do desenvolvimento de competências parentais, pretende, essencialmente, proporcionar um conjunto de experiências que não tendo ocorrido naturalmente ao longo da vida familiar, reduziram o seu repertório vivencial. A vivência de diferentes experiências poderá permitir desenvolver a capacidade de resposta adequada a novas situações. Assim é importante que as famílias acreditem naquilo que são capazes de fazer, que compreendam e manipulem os seus processos cognitivos na procura de soluções educativas positivas, modificando assim o pensamento impulsivo, conceptualizando formas alternativas para a solução de problemas. Mais que mudar, adequar e acrescentar comportamentos, o desenvolvimento de competências parentais viabiliza às famílias a capacidade para reflectir, proporcionando oportunidades de escolha – a escolha de acções educativas capazes de trazer maior bem-estar na vida das crianças e jovens.

CONCLUSÃO

“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas não se dizem violentas as margens que o comprimem.” - Bertolt Brecht

Este trabalho teve como objectivo compilar e articular as etapas metodológicas percorridas no decorrer do estágio curricular de mestrado, estabelecer uma ligação coesa entre os fundamentos teórico-práticos apreendidos bem como reflectir acerca dos factores críticos e de força relativamente à intervenção em contexto de reunificação familiar.

A reflexão teve como base o estágio na equipa de inserção e acompanhamento na transição da Casa Pia de Lisboa. Esta equipa actua segundo uma orientação sistémica focalizada na criança ou jovem em fase de transição do acolhimento institucional para meio natural de vida (nesta caso, autonomia de vida ou reunificação familiar), e no seu ambiente sócio-familiar.

Face ao maior número de famílias acompanhadas, surgiu a curiosidade relativamente à intervenção em contexto de reunificação familiar, deste modo o produto deste relatório pretende constituir-se como um elemento que potencie a reflexão nos profissionais ou interessados pelo trabalho com famílias em risco.

De acordo com Alarcão (2006), a família surge como um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas de interacção: contactos corporais, a linguagem, as relações interpessoais, entre outros e, conseqüentemente, desempenha dois tipos de funções durante o seu ciclo vital: 1) função interna (desenvolvimento e protecção dos seus membros e, 2) função externa (socialização, adequação e transmissão de determinada cultura). Ao mesmo tempo tenta resolver com sucesso duas tarefas básicas: a criação de um sentimento de pertença e a individualização/autonomização dos seus membros.

No entanto é necessário perceber as características das famílias a que nos referimos. Trata-se de famílias acompanhadas pela equipa de inserção e acompanhamento na transição, portanto parte-se do princípio que um ou vários dos seus membros menores, estiveram institucionalizados devido a problemas associados à satisfação das necessidades dos mais novos, maus-tratos, abuso, entre outras problemáticas que influenciam estes comportamentos.

Assumindo uma visão ecossistémica, é necessário compreender as relações recíprocas existentes entre a família e o contexto social envolvente. Assim, centramo-nos em abordar os problemas familiares, ao considerar que estes estão vinculados a outros elementos com os quais a família interage sistematicamente, recusando vê-la como causa das suas dificuldades ou perturbações.

De facto, todos os indivíduos se desenvolvem nos vários domínios da sua unidade bio-psico-social, num movimento espiral, feito de progressos e retrocessos seguidos de novos avanços, em constante interacção com o meio circundante. Como refere Bateson (1987), a interacção é cumulativa e, tanto os indivíduos como as famílias co-evoluem no seu processo de formação e desenvolvimento (Alarcão, 2006:109). É nas interacções complexas entre as pessoas e o meio que emergem transtornos e problemas, levando a situações de crise e de stress que poderão afectar o comportamento dos vários membros do agregado familiar.

De acordo com a perspectiva ecológica, as situações de stress surgem como uma condição gerada, por um lado, como consequência das discrepâncias entre as necessidades e as capacidades, e por outro, pelas qualidades que definem o meio. Assim, para compreender os problemas que afectam as famílias é importante perceber que estes estão vinculados a outros elementos, com os quais os membros do agregado familiar interagem sistematicamente, recusando ver a família ou os próprios indivíduos como, única e exclusivamente, a causa das suas dificuldades ou problemas.

Deste modo, constatou-se através dos acompanhamentos sociais efectuados que os factores críticos da intervenção derivam essencialmente da própria família, do meio envolvente, das relações entre as famílias e os sistemas envolventes e dos processos de intervenção. É neste

pressuposto que se identificaram os factores críticos da intervenção em contexto de reunificação familiar (Figura 5).

Figura 5: Factores críticos da intervenção em contexto de reunificação familiar



Fonte: Própria, 2011

As transformações existentes no desenvolvimento familiar e história do ciclo de vida surgem como fonte de problemas para a própria família e, conseqüentemente para a intervenção.

Tendo em conta os acompanhamentos sociais, assiste-se a uma repetição do ciclo das gerações anteriores, como por exemplo, os maus-tratos, a institucionalização, o abandono escolar, o nascimento do primeiro filho na adolescência, etc. As diversas transformações existentes nestas famílias exigem novas respostas que incluem alterações no desenvolvimento dos próprios membros da família (adolescência, precoce *adultização*, nascimento do primeiro filho, entre outras).

Aqui, o desenvolvimento familiar reporta-se à mudança da família enquanto grupo, bem como à mudança nos seus membros individuais, este carácter desenvolvimentista reside na identificação de uma sequência previsível de transformações na organização familiar. A essa sequência dá-se o nome de ciclo vital. As diferentes etapas do ciclo vital variam segundo vários autores, no entanto na perspectiva de Alarcão (2006) estas podem ser: o aparecimento de novos membros, tarefas a realizar, mudanças funcionais e estruturais a operar e a saída de elementos do grupo familiar. No entanto, importa referir que os ciclos

de vida familiar muito dificilmente são cortados, as famílias parecem reproduzir os ciclos das gerações anterior e acabar por funcionar de maneira idêntica.

Neste contexto, o meio pode ajudar/potenciar ou impedir/prejudicar o desenvolvimento familiar, pois a estrutura de oportunidades da sociedade encontra-se mais fechada para uns indivíduos do que para outros, em função de determinadas variáveis, como o género, a idade, a classe social, entre outras.

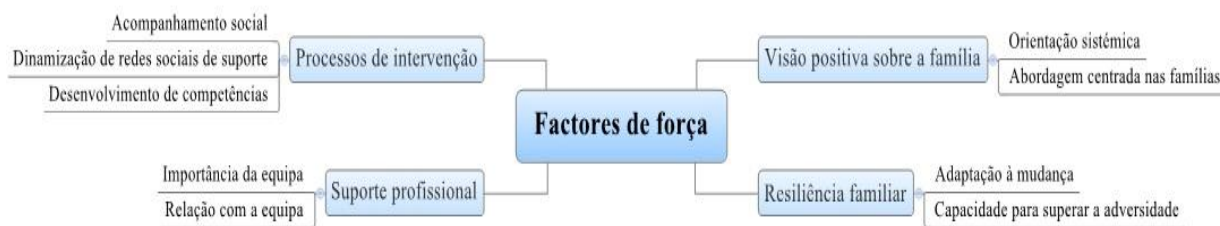
Constata-se que estas famílias acabam por ser condenadas pela sociedade, pelo facto de se encontrarem numa situação de vulnerabilidade social e económica, o que as leva a arranjar estratégias para superar as dificuldades que se apresentam. Assim, estas são as famílias mais facilmente identificadas pelos serviços, talvez pela sua frágil condição social e económica, o que não quer dizer que os problemas de mau-trato não surjam em famílias de condição social mais elevada.

Por outro lado, os amigos, os vizinhos, as instituições e o apoio da comunidade, pela sua ausência ou fraca presença, podem ser igualmente a origem de conflito e isolamento para estas famílias (Viscarret, 2007:289).

Portanto, esta perspectiva reforça a interacção entre os diferentes factores e permite compreender que a intervenção social deverá ser problematizada num quadro referencial interactivo. Deste modo, os contextos de vida, as condições socioeconómicas e culturais, o funcionamento da própria família, as características biológicas da criança/jovem e as características da personalidade dos pais actuam de forma dinâmica e recíproca, conduzindo a uma leitura sobre os factores críticos na vida destas famílias e consequentemente na intervenção em contexto de reunificação familiar.

No entanto, para além dos factores críticos na intervenção em contexto de reunificação familiar, surgem também factores de força (Figura 6).

Figura 6: Factores de força da intervenção em contexto de reunificação familiar



Fonte: Própria, 2011

A equipa assume uma orientação sistémica e uma abordagem centrada nas competências das famílias, adoptando uma visão interactiva entre a família e os sistemas envolventes. De facto, acreditar nas capacidades destas famílias é fundamental, tendo em conta que não existem famílias-problema, mas sim famílias com problemas.

Todas as famílias são susceptíveis a problemas, no entanto, o acumular de factores de risco e de pressões do meio ambiente dificulta a resolução das situações de crise. Face às circunstâncias da vida destas famílias acompanhadas pela equipa, verifica-se no entanto, o desejo de mudança, a capacidade de adaptação e a resiliência familiar. Algumas famílias frente a momentos de stress, conseguem dispor de mecanismos que funcionam como protecção, procurando recursos para enfrentar a situação. Este é um aspecto de força para a intervenção em contexto de reunificação familiar, visto que as próprias famílias, através dos seus discursos assumem o desejo da mudança, tornando-se autónomas, activas e capazes de solucionar os seus problemas.

Fortalecer estas famílias, viabilizando a construção de uma capacidade de compreensão mais crítica da rede das suas realidades sociais e do meio envolvente, promovendo em simultâneo os seus próprios recursos e estratégias, irá certamente capacitá-los para uma maior competência funcional para alcançarem os seus objectivos pessoais e colectivos, bem como para minorar os riscos sociais e afectivos que possa existir. A este propósito, surgem como factores de força, o acompanhamento social que actua segundo uma lógica

de *trabalho com o outro*, a dinamização de redes sociais de suporte social e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e parentais.

Para que estes processos decorram da melhor forma e a família os aceite, a importância da equipa tanto para as crianças, jovens e famílias, surge como um factor essencial na intervenção em contexto de reunificação familiar. A demonstração de confiança, empatia e respeito pelo ritmo de mudança de cada família é importante. É necessário encontrar estratégias de *empowerment* (consciencialização e responsabilização das famílias face aos seus problemas, reforço e valorização positiva das suas capacidades e competências). De facto, é importante assumir uma visão positiva da família e explorar em conjunto com ela, a enorme riqueza relacional e o seu potencial de adaptação e mudança.

- **Sugestões para futuras investigações**

Ao longo do trabalho foram surgindo algumas questões que fizeram sobressair a necessidade de se desenvolverem futuramente, alguns estudos nesta área. Apresentam-se, assim algumas sugestões.

Para além do trabalho desenvolvido sobre factores críticos e de força da intervenção em contexto de reunificação familiar, seria interessante analisar este mesmo tema através da história de vida de crianças e jovens, ou talvez comparar a história de vida de crianças e jovens em autonomia de vida e crianças e jovens em processo de reunificação familiar, visto que a equipa acompanha estes dois contextos.

Outro domínio de análise importante tendo em conta o número de crianças e jovens em acolhimentos institucional, seria uma reflexão em torno da intervenção precoce que se deveria dirigir às famílias, e que deverá incluir os membros do agregado familiar, sendo encarada como uma prática que se poderia basear numa rede integrada de serviços, apoios e recursos, que dão resposta às necessidades do conjunto da unidade familiar e deveria considerar:

- A família como unidade de intervenção e como principal contexto de desenvolvimento da criança e/ou jovem.
- A criança e a família inseridas numa comunidade, com as suas redes sociais, normas e valores.

- A importância de uma coordenação eficaz de serviços e recursos, que permita uma resposta integrada e atempada.

Deste modo, a reflexão em torno desta problemática, poderia criar metodologias de intervenção precoce com o objectivo de preservar a família e evitar a institucionalização das crianças e jovens, através de um apoio intensivo, imediato e individualizado às famílias.

Assim, uma intervenção neste contexto deveria prestar apoio ao nível de programas de promoção da parentalidade (treino de competências pessoais, interpessoais, e parentais) e da inserção na rede comunitária (formal e informal): família alargada, amigos, vizinhos, Junta de Freguesia, Segurança Social, Centros sociais, equipamento social e escolar, banco alimentar, entre outros. Este programas deveriam auxiliar as famílias na marcação e acompanhamento dos utentes a consultas de clínica geral e de especialidades, promover a procura activa de emprego, a formação profissional, e o apoio escolar.

Sem pretender que esta reflexão constitua uma resposta acabada relativa a factores críticos e de força da intervenção em contexto de reunificação familiar, considera-se que a mesma contém indícios que permitem continuar a alimentar o debate em torno de aspectos importantes para uma intervenção neste contexto.

Assim, falar de família competente é uma maneira de dar à família a sua competência, antes de ter em conta as suas faltas, as suas dificuldades. Este é um facto que modifica, desde logo, a posição do profissional. É importante compreender que estas famílias não são, única e exclusivamente, responsáveis pela situação em que se encontram. De facto, existem problemas que se *lhes põem* (intrafamiliares, de funcionamento e de relação) e problemas que se *lhes impõem* (derivados da pressão do meio). Neste âmbito, a perspectiva ecossistémica tenta compreender as relações recíprocas existentes entre os indivíduos e os seus contextos, onde as relações de causa-efeito dominam a vida de tantas famílias levando-as a recorrer a formas de adaptação e de sobrevivência.

Deste modo, é de referir que os factores de risco que provocam situações de vulnerabilidade e tensão entre os membros da família devem ser problematizados num quadro referencial interactivo. Portanto, não existem famílias-problema, existem sim

famílias com problemas e além disso, crianças que precisam de sentir que têm um adulto que olhe por elas e as ame sem condição prévia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, Robert, Lena Dominelli, e Malcolm Payne (Eds.) (2002), *Social Work – Themes, Issues and Critical Debates*, London: Macmillan Press.
- Adams, Robert; Dominelli, Lena; Malcolm Payne (2005). *Social Work Futures – Crossing Boundaries, Transforming Practice*, London: Macmillan Press.
- Afonso, Paula (1998), “As políticas de protecção às crianças em risco - A aposta na intervenção familiar”, In *Intervenção Social*, ISSS Lisboa, Dezembro, pág. 55-68.
- Alarcão, Madalena (2006), *(Des)Equilíbrios Familiares. Uma visão Sistémica*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Antoni, Clarissa de (2000), “Vulnerabilidade e Resiliência Familiar na Visão de Adolescentes Maltratadas”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Instituto de Psicologia.
- Astier, Isabelle (2009), “Les transformation de la relation d’aide dans l’intervention sociale”, in *Informations Sociales*, 2009/2, nº 152.
- Ausloos, Guy (1996), *A Competência das Famílias – Tempo, Caos, Processo*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Azevedo, Maria do Céu; Maia, Ângela da Costa (2006), *Maus-Tratos à Criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Barudy, Jorge (1998), *El dolor invisible de la infancia: una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Madrid: Paidós terapia familiar.
- Branco, Francisco (2008), “Acção Social, individuação e cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social”, *Revista Cidade e Território*, nº17, Lisboa.
- Breviglieri, Marc (2008), “L’individu, le proche et l’institution. Travail social et politique de l’autonomie”, in *Informations Sociales*, 2008/1, nº145.
- Bronfenbrenner, Urie (1979), *The experimental ecology of human development*. Cambridge : Harvard University Press.

Campanini, Annamaria; Luppi, Francesco (1996), *Servicio Social y Modelo Sistémico*, Barcelona : Paídos

Carneiro, Maria do Rosário Amaro da Costa (coord.) (1997), *Crianças em Risco*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Carneiro, Roberto (coord.) (2005), “Reunificação familiar e imigração em Portugal”. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Éticas.

Conselho Técnico - Científico da Casa Pia de Lisboa (2005), *Casa Pia de Lisboa: um projecto de esperança – As estratégias de acolhimento das crianças em risco*. Lisboa: Principia.

Côtê, Christian (2000), Conference sur les fonctions et les competences parentales: ce qu’elles sont, comment les identifier et comment les supporter dans l’intervention. Chicoutimi: Journée pédopsychiatrique du Pavillon Roland-Saucier Père et mère: les deux font la paire: rôles et responsabilités parentales.

Delgado, Paulo (2006), *Os Direitos da Criança. Da Participação à responsabilidade*, Porto:Profedições.

Deslauriers, Jean-Pierre; Hurtubise, Yves (2002), *Introduction au Travail Social*. Canadá: Université Laval.

DGAS (1996), *Crianças em Risco*, Lisboa: Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Secretaria de Estado da Inserção Social.

Department of Health (2000). *Guidance on the Assessment Framework*. London: DoH.(Internet Web site: <http://www.open.gov.uk/doh/quality.htm>).

Dias, Maria Olívia (2000), “A família numa sociedade em mudança. Problemas e influências recíprocas”. Revista Gestão e Desenvolvimento nº9. Novo Hamburgo: Centro Universitário Feevale.

Eroles, Carlos (coord.) (2001), *Familia y trabajo social: un enfoque clínico e interdisciplinario de la intervención profesional*. Buenos Aires: Espacio.

Escártin, M^a José; Palomar, Manuela; Suárez, Esperanza (1997), *Introducción al Trabajo Social II (Trabajo Social com indivíduos y familias)*, Spain: Editorial Aguaclara.

Faleiros, Vicente de Paula (2002), *Estratégias em Serviço Social*, Lisboa: Cortez Editora.

Fazenda, Isabel (2005), “Empowerment e Participação, uma Estratégia de Mudança”, Lisboa: Centro Português e História e Trabalho Social.

Garcia, José Luís (cord.) (2000), *Estranhos - Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras: Celta.

Guadalupe, Sónia (2009), *Intervenção em Rede*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Guiliani, Frédérique (2006), “La procédure de l’entretien individualisé dans le travail d’accompagnement: quand les usagers et intervenants sociaux ont à organiser l’expérience de situations sans qualité”, in Astier, I e Duvoux, I. (Ed.), *La Société Biographique: Une injonction à vivre dignement*. Paris: L’Harmattan, pp. 195-212.

Instituto para o Desenvolvimento Social (2000), "Crianças e Jovens que vivem em lar. Caracterização Sociográfica e Percursos de Vida", colecção estudos, Instituto para o Desenvolvimento Social

Magalhães, Teresa (2002), *Maus-tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.

Martínez, M^a José Martínez (2005), *Modelos Teóricos del Trabajo Social*. Murcia: Diego Marín Editor

Martins, Paula (2004), *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco – representações sociais, modos e espaços*. Dissertação de doutoramento não publicada, Minho: Instituto dos Estudos da Criança, Universidade do Minho.

Oliveira, Ana Maria da Costa (2010), *O Virar da Seta – Factores positivos em vidas de jovens em risco*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

O’Loughlin Maureen; O’Loughlin, Steve (2008), *Social Work with Children & Families*. Glasgow: Learning Matters.

Penha, Maria Teresa (2000), *Crianças em Situações de Risco*. Guia do Formando, Módulo PROFISS, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade (Secretaria de Estado do Emprego e Formação).

Pinto, Carla (1988), “Empowerment, uma Prática de Serviço Social “ In Fazenda, Isabel (2005), “Empowerment e Participação, uma Estratégia de Mudança”, Centro Português e História e Trabalho Social, Lisboa.

Portugal, Sílvia (2007), “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica,” Oficina do CES nº 271. Coimbra

Ramião, Tomé d’Almeida (2010), *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Anotada e comentada*, Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.

Serrano, Ana Maria (2007), *Redes Sociais de Apoio e sua Relevância para a Intervenção Precoce*, Porto: Porto Editora.

Sousa, Cristina e Figueiredo, Bárbara (2000), “Perspectiva ecológica na compreensão dos maus-tratos infantis”. Lisboa: Revista Infância e juventude – Instituto de Reinserção Social, Outubro – Dezembro, nº4.

Sousa, Liliana (2005), *Famílias Multiproblemáticas*, Coimbra: Quarteto Editora.

Sousa, Liliana; Hespanha, Pedro; Rodrigues, Sofia; Grilo, Patrícia (2007), *Famílias Pobres: Desafios à intervenção social*, Lisboa: Climepsi Editores.

Strecht, Pedro (2000), *Crescer Vazio - Repercussões Psíquicas do Abandono*. Lisboa: Assírio e Alvim

Strecht, Pedro (2001), *Preciso de Ti. Perturbações Psicossociais em Crianças e Adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Vilares, Iveta (2009), “A institucionalização: (Des)Encontros pela Relação”. Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Bragança.

Viscarret, Juan Jesús (2007), *Modelos y Métodos de Intervención en Trabajo Social*. Madrid: Aliança Editorial.

Bibliografia Institucional

T.E.I.A (2010). “Equipa de Inserção e Acompanhamento na Transição”. Casa Pia de Lisboa: Colégio de Santa Catarina.

Casa Pia de Lisboa (2006). “Equipa de Inserção e Acompanhamento na Transição”. Casa Pia de Lisboa: Colégio de Santa Catarina.

Casa Pia de Lisboa. “Missão e Visão Histórica”, Lisboa: Casa Pia de Lisboa.

Casa Pia de Lisboa (2007). “Orgânica”. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.

Casa Pia de Lisboa (2010). “Política de Qualidade”. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.

Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina (2009). “Plano de Actividades 2009”. Lisboa: CPL.

Plano de Intervenção Imediata (2009), “Relatório de Caracterização de Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento”. Instituto de Segurança Social.

Bibliografia Legal

Convenção sobre os Direitos da Criança, UNICEF, 1989

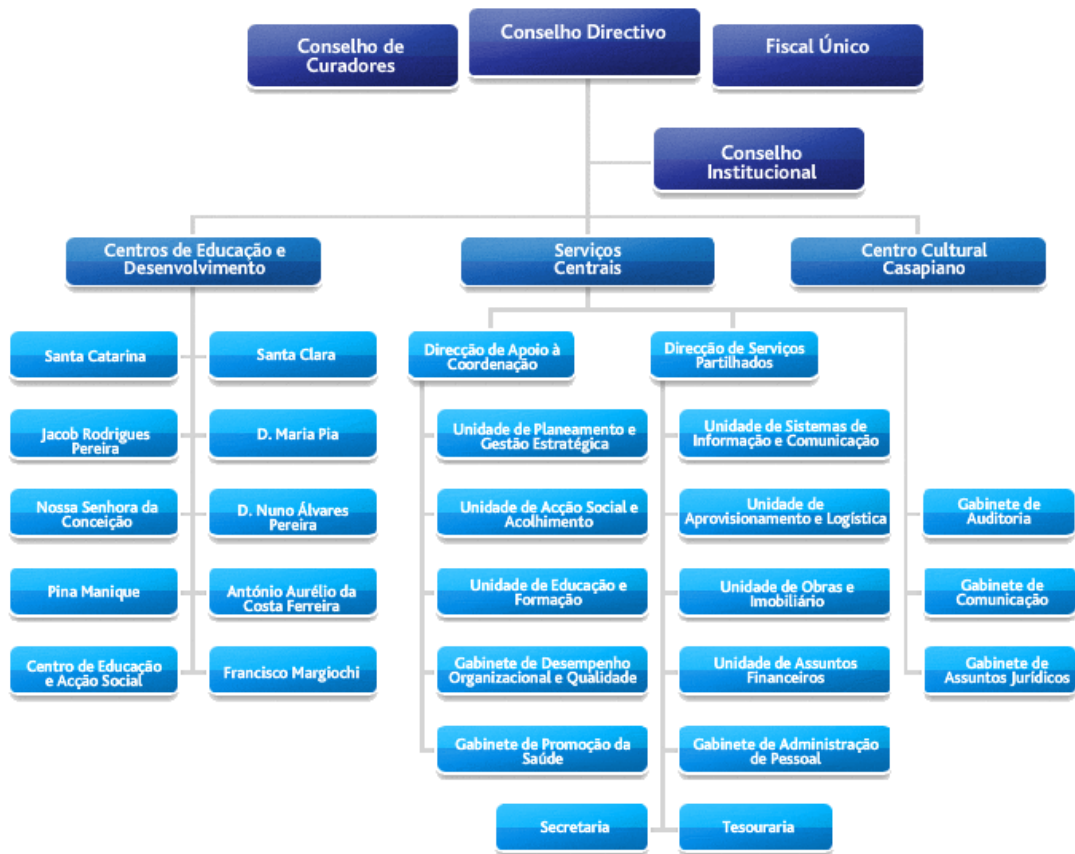
Estatutos da Casa Pia de Lisboa, Portaria nº 1637-A/2007

Lei Promoção e Protecção, nº 147/99 de 1 de Setembro

Medidas em Meio Natural de Vida, Decreto-Lei nº12/2008

ANEXOS

***Anexo A – Regulamentação da Organização e Estrutura Orgânica da
Casa Pia de Lisboa***



Fonte: Portaria nº 1637-A/2007

***Anexo B – Respostas Sociais do Centro de Educação e Desenvolvimento
de Santa Catarina***

<p>L.A.R (Lugares para Acolher e Reintegrar)</p>	<p><u>7 Residências de Acolhimento</u> - Assegura o acolhimento residencial de crianças e jovens, dos 6 aos 18 anos, em situação de perigo, cujas circunstâncias do caso aconselham um acolhimento superior a 6 meses. Exige a aplicação de medida de promoção e protecção – acolhimento em instituição.</p>
<p>R.A.I.A (Residências de Apoio à Integração de Adolescentes)</p>	<p><u>3 Apartamentos de Autonomização</u> - Resposta social desenvolvida em equipamento/apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens, dos 16 aos 21 anos, que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.</p>
<p>T.E.I.A (Equipa de Inserção e Acompanhamento na Transição)</p>	<p><u>Apoio na Transição</u> - Resposta que tem como objectivo assegurar a saída sustentada das crianças e jovens do acolhimento residencial, acompanhando-os e/ou às suas famílias, num processo de inserção social e autonomia progressiva.</p>
<p>Unidade de Emergência (CAT) (Centro de Acolhimento Temporário)</p>	<p><u>Acolhimento Urgente e Transitório</u> – Assegura uma resposta de acolhimento urgente e transitório, dirigida a crianças e jovens, dos 6 aos 18 anos, em situação de perigo actual ou iminente para a sua vida ou integridade física e para as quais não existe resposta imediata. Exige a aplicação de medida de promoção e protecção.</p>
<p>Unidade Terapêutica e Educativa</p>	<p>Unidade Terapêutica e Educativa -Resposta de acolhimento especializado dirigida a adolescentes entre os 12 e os 16 anos com</p>

problemática afectivo-emocional de grau moderado. É um modelo de carácter integrativo, flexível e multimodal, centrado nas necessidades terapêuticas do jovem. Exige a aplicação de medida de promoção e protecção.

Fonte: T.E.I.A, 2010

Anexo C - Grelha de Sistematização da experiência desenvolvida durante o percurso de estágio (CD-ROM)

Anexo D - Grelhas de caracterização da população (baseadas nos processos psicossociais das crianças e jovens)(CD-ROM)

Anexo E - Mapa distribuição da população por freguesias (CD-ROM)

Anexo F - Grelhas de análise dos discursos (CD-ROM)